

A young boy is captured in a dynamic pose, splashing water in a shallow stream. He is shirtless and appears to be in the middle of a soccer game, with a soccer ball visible in the lower-left corner. The water is splashing upwards, creating a misty, golden-hued atmosphere. The background shows a blurred natural setting with green grass and a body of water.

**O PERFIL DA JUVENTUDE
E O ACESSO ÀS POLÍTICAS
NOS TERRITÓRIOS RURAIS
E DE CIDADANIA DO
RIO GRANDE DO NORTE**

João Bosco Araújo da Costa
María Aparecida Ramos da Silva
organizadores



O livro *O perfil da juventude e o acesso a políticas públicas nos Territórios Rurais e de Cidadania do Rio Grande do Norte* é fruto do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Esse projeto foi realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre os anos de 2014 e 2016.

Os autores esperam que os textos aqui reunidos possam contribuir para o aprofundamento do debate acerca das demandas de políticas públicas do segmento juvenil nos territórios rurais e de cidadania em nosso estado, como também que colaborem para o andamento de pesquisas acadêmicas norteadas pelas questões apresentadas.

João Bosco Araújo da Costa

Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Realiza pesquisas e orientações de mestrado e doutorado nos campos temáticos do poder local, governança democrática municipal, cultura política, políticas públicas, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento e terceiro setor.

Maria Aparecida Ramos da Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por seis anos, atuou como professora do curso de Comunicação Social da mesma instituição. Integra os grupos de pesquisa Círculo de Estudo em Cultura Visual e Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Tem pesquisas nas áreas de comunicação e sociologia, participação política, juventudes e mídias pós-massivas, novas tecnologias de informação e comunicação, processos midiáticos e direitos humanos.

**O PERFIL DA JUVENTUDE
E O ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS
RURAIS E DE CIDADANIA DO
RIO GRANDE DO NORTE.**



**O PERFIL DA JUVENTUDE
E O ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS
RURAIS E DE CIDADANIA DO
RIO GRANDE DO NORTE.**

**João Bosco Araújo da Costa
Maria Aparecida Ramos da Silva**
organizadores

1ª EDIÇÃO
NATAL
CARAVELA SELO CULTURAL
2017

Copyright © João Bosco Araújo da Costa
e Maria Aparecida Ramos da Silva, 2017

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610
de 19/02/1998. É proibida a reprodução total ou parcial
sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

Catálogo da Publicação na Fonte:
Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva. CRB-15/692.

O perfil da juventude e o acesso às políticas nos territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte / João Bosco Araújo Costa e Maria Aparecida Ramos da Silva (Organizador); José Correia Torres Neto (Editor); Kaline Sampaio de Araújo e Verônica Pinheiro da Silva (Revisoras); Amanda da Costa Marques (Projeto gráfico e Diagramação); Fernanda Oliveira (Diagramação). – Natal: Caravela Selo Cultural, 2017.

250 p.: il.

ISBN 978-85-69247-54-8 PDF

1. Cidadania – Rio Grande do Norte. 2. Políticas. 3. Juventude. I. Costa, João Bosco Araújo; II. Silva, Maria Aparecida Ramos da. III. Torres Neto, José Correia. IV. Araújo, Kaline Sampaio de. V. Silva, Verônica Pinheiro da. VI. Marques, Amanda da Costa. VII. Oliveira, Fernanda.

CDU 342.71

P426s

Direitos reservados a João Bosco Araújo da Costa
e Maria Aparecida Ramos da Silva

Natal – Rio Grande do Norte – Brasil

2017

SÉRIE HUMANIDADES I

CONSELHO EDITORIAL

- João Bosco Araújo da Costa
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Presidente
- Alexsandro Galeno Araújo Dantas
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Daniel Menezes
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Francisco Alencar Mota
(Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú)
- Jacimara Villar Forbeloni
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal Rural do Semiárido)
- Jessé de Souza
(Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense)
- Joana Aparecida Coutinho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Maranhão)
- Joana Tereza Vaz de Moura
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- João Emanuel Evangelista
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- José Antonio Spineli Lindozo
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Conceição Almeida
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Ivonete Soares Coelho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
- Norma Missae Takeuti
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Vanderlan Francisco da Silva
(Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande)

Dalvanir Avelino da Silva (*In Memoriam*)

Foi professora Doutora do Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora no Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Formada em Serviço Social, também foi Assessora de Gestão Social no Território da Cidadania Potengi/RN, por meio da UFRN/CNPq/MDA, e teve experiência nas áreas de Serviço Social, Administração Pública, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.).

João Bosco Araújo da Costa

Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Realiza pesquisas e orientações de mestrado e doutorado nos campos temáticos do poder local, governança democrática municipal, cultura política, políticas públicas, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento e terceiro setor.

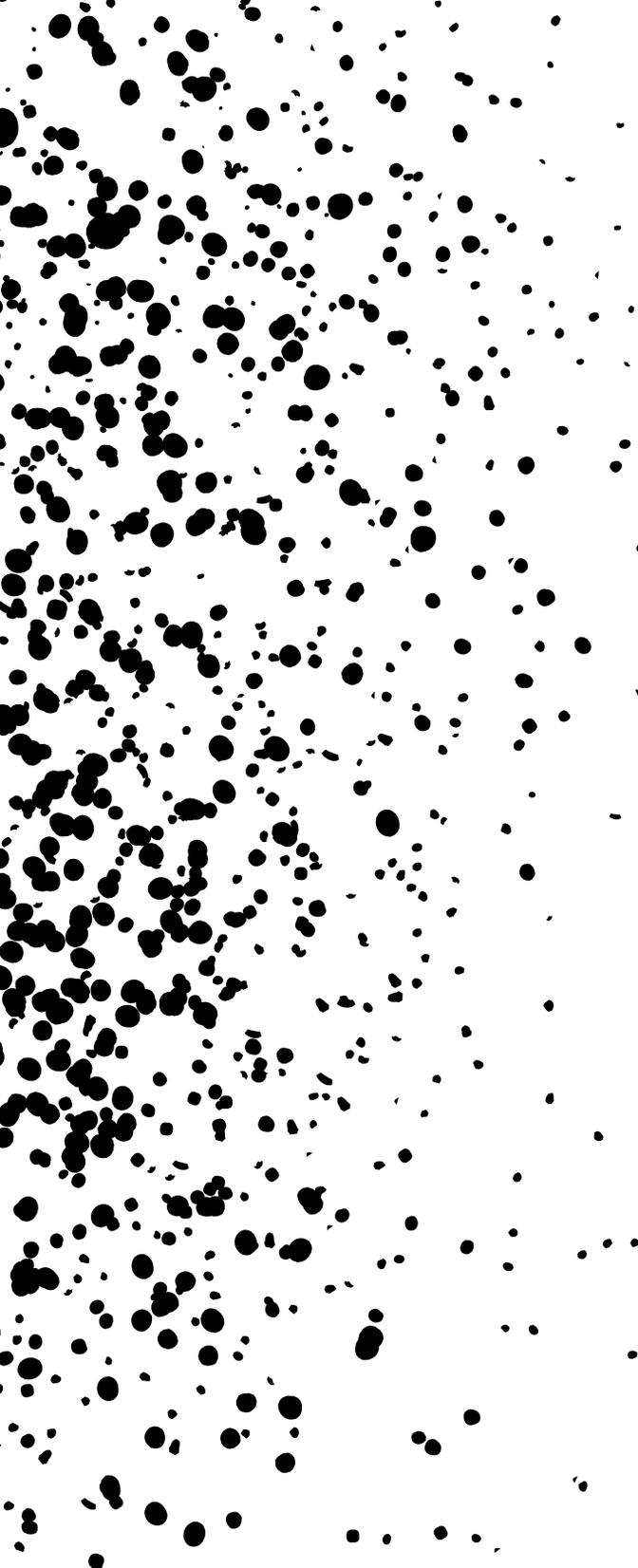
Maria Aparecida Ramos da Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por seis anos, atuou como professora do curso de Comunicação Social da mesma instituição. Integra os grupos de pesquisa Círculo de Estudo em Cultura Visual e Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Tem pesquisas nas áreas de comunicação e sociologia, participação política, juventudes e mídias pós-massivas, novas tecnologias de informação e comunicação, processos midiáticos e direitos humanos.

Maria Divaneide Basílio

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuou como bolsista da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais/FLACSO exerceu foi consultora nacional sobre juventude do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Integra o Laboratório Rural da UFRN e participou da pesquisa sobre a Avaliação da implementação e efetividade do Programa Estações de Juventude e do Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

11

JUVENTUDES E O ACESSO A POLÍTICAS
PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS RURAIS
E DE CIDADANIA DO RN

26

Maria Aparecida Ramos da Silva

JUVENTUDE E IDENTIDADE:
REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO
DOS JOVENS NO TERRITÓRIO POTENGI/RN

236

Dalvanir Avelino da Silva
Maria Divaneide Basílio

APRESENTAÇÃO

Este livro, também publicado na forma e-book, traz a um público maior os resultados de uma pesquisa realizada sobre o perfil, as políticas públicas existentes e as políticas públicas acessadas pelas juventudes nos territórios rurais de cidadania do estado do Rio Grande do Norte. Especificamente nos territórios do Potengi, Mato Grande, Trairi, Seridó e Agreste Litoral Sul que compreendem cinco dos dez territórios rurais e de cidadania em que se divide o estado do Rio Grande do Norte.

Compõe o livro, além do relatório dos resultados da pesquisa, mais alguns textos de autores e autoras que estiveram envolvidos com o projeto do qual a pesquisa se constituiu em uma de suas atividades. Trata-se do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEDET – UFRN/CNPq/MDA), entre os anos de 2014 e 2016.

O referido projeto foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas (GDPP), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN (CCHLA/UFRN) vinculado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Esse grupo de pesquisa constitui-se como um espaço coletivo de reflexão, produção e investigação teórico-empírica no campo das Ciências Sociais. Suas pesquisas articulam os campos temáticos do Poder Local, do Desenvolvimento e das Políticas Públicas, que têm orientado as pesquisas realizadas, principalmente, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,

cursos de Mestrado e Doutorado. Os fenômenos estudados e o aprofundamento do quadro analítico das pesquisas finalizadas e em andamento representam experiências de desenvolvimento locais, de gestões de âmbito local e de avaliações de políticas públicas especialmente. Além de desenvolver pesquisas acadêmicas, o GDPP também executa projetos de extensão, como foi o caso do Projeto NEDETs em cinco dos dez territórios rurais e de cidadania que constituem os territórios no Rio Grande do Norte.

Nas últimas décadas do século XX, mas que já se delineava desde os anos sessenta deste século passado, com o advento das críticas construídas pelos movimentos sociais e populares, conheceram a intensificação do processo de desconstrução da noção tradicional do sentido do desenvolvimento herdada do século XIX. É no contexto deste processo que se torna inteligível a noção de desenvolvimento territorial, regional e local sustentável. A noção tradicional de desenvolvimento, que não obstante sua desconstrução teórica e política desde os anos sessenta do século passado, na prática continua dominante e hegemônica, foi constituída com a consolidação do capitalismo urbano industrial no século XIX europeu.

Nessa concepção economicista do desenvolvimento, este é concebido como sinônimo de crescimento econômico, industrialização e uso intensivo de tecnologia. Esse uso intensivo de tecnologia significa a utilização do conhecimento científico vinculado à produtividade e ao domínio “da natureza”. Nesse sentido o que estamos aqui denominando de concepção tradicional e dominante do desenvolvimento significa as percepções, categorias científicas e representações do imaginário social é a concepção de mudança social através do progresso contínuo das sociedades pelo crescimento econômico e o grau de industrialização.

Essa concepção de desenvolvimento ancorada na ideia força de progresso como evolução e processo de mudança social

se consolida na Europa a partir do século XIX como consequência das mutações simbólicas impulsionadas pela revolução industrial e emergência sociedades urbanas industriais. Desde os meados do século passado que essa concepção tem recebido críticas por seu caráter predador e os extremos sacrifícios humanos tem provocados em sua trajetória histórica.

Foi durante os séculos XVIII e XIX europeu que a ideia de progresso aliada a noção de desenvolvimento como mudança social passou a significar crescimento econômico e industrialização. Essa metamorfose foi uma consequência no imaginário social e nas conceituações científicas do surgimento e expansão das manufaturas no entorno das cidades industriais e parte significativa do processo de urbanização.

Essa concepção de desenvolvimento procurou equacionar como relação inequívoca o crescimento econômico e a diminuição da pobreza. Essa equação não funcionou historicamente e concretamente e as questões das privações dos indivíduos e da exclusão social apesar do crescimento econômico e da industrialização não foram resolvidas e sim amplificadas especialmente nas sociedades da periferia do sistema capitalista. Ao contrario tivemos a destruição do meio ambiente, crescente exclusão social e a imposição com consequências desastrosas e fins inalcançáveis de um modelo único de desenvolvimento para todas as sociedades do planeta que se mostrou inviável.

A noção “inacabada” de desenvolvimento sustentável se constituiu na verdade de variadas “noções em construção” como crítica ao paradigma tradicional do desenvolvimento acima referido. A multiplicidade de noções de desenvolvimento sustentável tem em comum propor o crescimento econômico, com maior ou menor ênfase, quase sempre menor, com preservação do meio ambiente, desenvolvimento social endógeno e responsabilidade social.

Existem entre as diversas noções de desenvolvimento sustentável, aquelas com maior ênfase no conservacionismo e na equidade social e críticas ao crescimento econômico ate as que tentam equalizar e equilibrar essas duas “pontas” da relação entre crescer economicamente e preservar o meio ambiente. Em todas a ideia central é de que precisa ocorrer uma harmonização entre o crescimento econômico e o meio ambiente.

As variações sociais e políticas que proporcionaram o processo de desconstrução da concepção tradicional de desenvolvimento e culminou com a noção “guarda chuva” de desenvolvimento sustentável foram, entre outras, os movimentos sociais a partir dos anos sessenta do século passada, especialmente os ambientalistas, a crise do petróleo na década de setenta do mesmo século e as diversas conferencias mundiais realizadas opor instituições tais como ONU, clube de Roma entre outras.

Como em todas as sociedades no mundo contemporâneo, no Brasil, a noção de desenvolvimento sustentável tem caminhado em seus resultados práticos muita lentidão e insuficiência. Parte se deve a própria imprecisão e ambiguidades da noção de sustentabilidade e por outro lado devido a predominância entre os agentes econômicos, os formuladores de políticas públicas e no imaginário social da hegemonia da concepção de progresso e desenvolvimento consolidada a partir do século XIX europeu.

Uma noção de que procura superar as ambiguidades das noções de desenvolvimento sustentável é a concepção de desenvolvimento como expansão das capacidades e das liberdades dos indivíduos, elaborada por Amartya Sen. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, as questões de ordem ambientais e do desenvolvimento local endógeno, Amartya Sen (2000) concebe o desenvolvimento como um meio e o fim desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, se trata de uma

concepção de desenvolvimento que na nossa avaliação amplia e supera as ambiguidades das noções de desenvolvimento sustentável.

Amartya Sen utiliza o conceito de liberdade no plural, as quais seriam o principal meio e o próprio fim do desenvolvimento. Entre as liberdades se encontram as liberdades políticas, as oportunidades sociais, a garantia de transparência e a segurança protetora. Nesse sentido essas liberdades se constituem nos meios e nos fins últimos do desenvolvimento, promovendo a expansão das capacidades dos indivíduos.

Nessa concepção de desenvolvimento o poder público através das políticas públicas tem papel relevante e fundamental em sociedades de extremas desigualdades sociais, como no caso do Brasil, ao promover oportunidades de superação de condições de privações dos indivíduos em relação as capacidades exigidas dos membros da sociedade. Assim, quando uma política pública tem efetividade em alcançar seus objetivos promove efetivações na vida dos indivíduos de seu público alvo, ampliando suas capacidades e portanto suas liberdades. Por isso essa concepção de desenvolvimento esta “intimamente” relacionada ao papel das políticas públicas como elemento proporcionadores de efetivações na vida dos indivíduos e ao papel do poder público como correções das desigualdades de oportunidades entre classes e indivíduos.

A concepção de desenvolvimento territorial ancora-se na ideia de que a existência de espaços intermunicipais com características sócio econômicas e identidades comuns podem potencializar a implementação de políticas públicas pelo Estado. A concepção de desenvolvimento territorial não se constitui numa oposição as noções de desenvolvimento sustentável e mesmo a concepção de desenvolvimento como liberdade.

Tem se constituído muito mais como um método de atuação do poder público na implementação de políticas públicas para o

desenvolvimento e combate a exclusão social, privações e pobreza no Brasil especialmente depois de 2003. Com a constituição dos territórios rurais e depois de cidadania criou-se uma nova institucionalidade que tem como objetivo encaminhar os recursos de diversos ministérios, notadamente do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para os territórios estabelecidos em todos os Estados da federação.

Estimulando os atores públicos, privados e o associativismo local se constituiu numa atuação em espaços não formalizados enquanto engenharia institucional dos entes que compõe o estado brasileiro, a União, os entes federados e os municípios, para uma nova forma de representação e negociação, reduzindo o número de projetos em mais de cinco mil municípios para cerca de duas centenas de territórios, ancorados na concepção de multifuncionalidade da agricultura e da pluriatividade da agricultura familiar.

É nesse quadro mais amplo da discussão sobre a noção de desenvolvimento que se coloca qual o lugar deve ter as juventudes dos territórios rurais e de cidadania. Num primeiro momento se faz necessário uma breve digressão sobre o conceito de juventudes e sua aplicação ao campo das políticas públicas. A literatura sobre juventude tornou dominante uma representação de juventude que, além de uma pretensa singularidade, à ancora numa perspectiva de uma fase da vida como “suspensão” que os indivíduos vivenciaram independente de seu pertencimento a classe social, gênero, raça e etnia entre outros. É preciso abandonar essa representação simplista e singular de juventude para compreender a diversidade de “juventudes” que existem nas sociedades contemporâneas e, portanto no Brasil.

Logo também uma compreensão plural do conceito de juventude se faz necessário para podermos compreender a diversidade de juventudes que existem nos espaços rurais e urbanos dos municípios que compõem os territórios rurais e de cidadania

do estado do Rio Grande do Norte. Nesses territórios temos juventudes urbanas e rurais, quilombolas, assentados rurais, trabalhadores rurais e assalariados urbanos entre outros.

Essas duas noções presentes na literatura contemporânea sobre juventude caracteriza-se seja pela ideia de “suspensão” tempo intermediário, ou pela ideia de “tempo de conflitos” existenciais. A primeira compreende como uma fase de “passagem” entre a infância e outro da vida adulta dos indivíduos. A segunda noção compreende a juventude como uma fase de “turbulência” na qual está em jogo a construção da identidade, valores e questionamentos de comportamentos.

Essas noções deixam de fora um número expressivo de “juventudes” não tem condições sociais de vivenciar essas “fases da vida”, os problemas e conflitos existenciais que a literatura atribui a totalidade da “juventude” e aos problemas juvenis nas sociedades contemporâneas. A representação ainda dominante de juventude produzida por essas duas noções deixa de fora as múltiplas “juventudes” das classes populares, que logo no início de sua adolescência, ou mesmo ainda na infância, se inscrevem nos espaços do mundo do trabalho, na maioria das vezes precarizado, e nos “compromissos” com a reprodução material da vida e das unidades familiares tal qual nos membros adultos de suas famílias.

Ao ancorarmos nas categoriais sociais de classe, gênero, raça, região, etnia entre outras, tem-se a possibilidade de apreensão e compreensão do conceito de juventudes, o qual permite uma concepção que amplia sua constituição para a existência de múltiplas juventudes. É o caso do perfil das juventudes dos diversos espaços que compõem os territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte.

Quanto às políticas públicas para as juventudes, depois do advento do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, todos os órgãos e ministérios do Governo Federal passaram

a ter algumas formas de ações, projetos, planos e políticas públicas que englobavam as juventudes. Mas essas ações e políticas não tiveram e ainda não tem articulações entre si e entre os órgãos executores, impossibilitando de criar sinergias entre estes órgãos, entidades e ministérios.

Além disso, o pacto federativo como vem sendo praticado no Brasil, que compreende a relação entre União, estados e municípios, encontra muitos pontos de estrangulamentos e dificuldades para que as políticas públicas elaboradas pelo Governo Federal, e que preveem a participação de estados e municípios em sua execução, cheguem até os seus potenciais beneficiários e alvo de atenção do poder público. Em relação às políticas públicas para as juventudes não temos um cenário distinto de outras ações, projetos, planos e serviços públicos destinados aos diversos segmentos das classes subalternas brasileiras.

Conforme levantamento da Secretaria Nacional de Juventude, através de uma consultoria realizada através do PNUD em 2014, junto aos diversos ministérios, existia um conjunto expressivo de políticas públicas, programas, projetos e ações que a partir de 2003 começaram a serem implementadas pelo Governo Federal e que alcançavam a juventude direta e ou indiretamente.

A constituição da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ vinculada a Secretaria Geral da Presidência da República, no governo do presidente Lula, significou a possibilidade de criar sinergias e possibilitar um maior acesso das juventudes às políticas públicas existentes nos diversos ministérios que contempla também e especificamente as demandas das juventudes. A elaboração e implementação do Plano Juventude Viva e do programa Estações de Juventude pela SNJ era uma possibilidade para que a Secretaria Nacional de Juventude exercesse um importante papel como agente de articulação entre União, Estados e Municípios para a

ampliação do acesso as políticas públicas existentes nos diversos ministérios e órgãos estatais.

A pesquisa “O perfil das juventudes e as políticas públicas nos territórios rurais e de cidadania do RN”, cujo relatório constitui a maior parte dos textos deste livro, realizada como parte do projeto de extensão “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” exatamente elaborar o perfil destas juventudes dos espaços urbanos e rurais nos territórios rurais e de cidadania no Rio Grande do Norte, quais as políticas públicas existentes, sejam ações, projetos e ou programas, e quais são acessadas. Também procurou investigar quais os impedimentos e empecilhos para seu acesso pelos jovens dos diversos segmentos sociais destes territórios.

O relatório dos resultados da pesquisa foi apresentado nas reuniões plenárias dos colegiados dos cinco territórios do projeto de extensão, nas reuniões e encontros das Câmaras de Juventude reconstruídas e ou criadas nesses territórios, assim como cópias impressas forma disponibilizadas. Esses resultados certamente contribuíram para a potencialização das atividades e da dinâmica de funcionamento destas Câmaras nos territórios rurais e de cidadania do Potengi, Trairi, Seridó, Agreste Litoral Sul e Mato Grande.

O projeto de “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” teve como objetivo geral construir ações territoriais e núcleos de extensão em desenvolvimento territorial nos territórios rurais e de cidadania Agreste Litoral sul, Mato grande, Potengi, Seridó e Trairi por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo a produção de dados, informações e conhecimentos; difusão de métodos e tecnologias sociais e o monitoramento, avaliação e assessoria aos Colegiados

e o acompanhamento de iniciativas de desenvolvimento territorial do ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

Como objetivo específico teve: a produção de dados, informações e conhecimentos com vista a elaboração de pesquisa; a difusão de métodos e tecnologias sociais voltadas para a gestão social; o monitoramento, avaliação e assessoria técnica aos Colegiados Territoriais; subsidiar a realização de uma agenda de reuniões das instancias do Colegiado Territorial visando o cumprimento do conjunto dos objetivos específicos acima mencionados.

Os NEDETs do projeto "Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN" foram constituídos por uma equipe técnica formada por professores coordenadores de projeto e de núcleo, bolsista de iniciação ao extensionismo e profissionais para atuar nas funções de Assessoria Territorial para Gestão Social (ATGS), Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva (ATIP). São equipes responsáveis pela produção de dados, informações e pesquisas; geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Sua ação envolve os diversos aspectos dos processos de gestão social e de efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva nos Territórios Rurais e da Cidadania.

O Programa Territórios Rurais e de Cidadania foi criado em 2008, abrangendo 120 territórios em todo o país, com o objetivo de dinamizar a economia das regiões com altos índices de pobreza, economia agrícola de base familiar precária e menor acesso às políticas públicas. Nesse sentido, os Territórios da Cidadania é uma

estratégia de desenvolvimento territorial e regional sustentável e garantia de direitos sociais, visando o desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Cada território possui um Conselho Territorial, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Como já referido antes no Rio Grande do Norte, existem dez Territórios Rurais e da Cidadania e o projeto Nedet (UFRN/CNPq/MDA) abrangeu cinco desses Territórios Rurais e da Cidadania: Seridó, Mato Grande, Agreste Litoral Sul, Trairi e Potengi, totalizando 89 municípios atendidos. Nesses territórios a atuação das equipes NEDETs potencializou a dinâmica das reuniões e plenárias dos colegiados dos territórios, a reconstrução das Câmaras de Inclusão Produtivas, de mulheres, de juventude, de educação e a criação de câmara de Comunidades tradicionais.

Durante o período do projeto, nesses municípios, as equipes multidisciplinares de profissionais do NEDET realizaram ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva. A capacitação desses profissionais visou dotá-los de instrumentos e métodos para realizar as ações de assessoria aos Colegiados Territoriais, tanto as relacionadas à gestão social quanto às que dizem respeito às atividades de inclusão produtiva.

Os profissionais que atuaram como assessores territoriais tiveram um papel fundamental para a efetivação da abordagem territorial do desenvolvimento rural. Atuando junto ao colegiado territorial, esses profissionais realizaram o assessoramento a essas instâncias para que as mesmas pudessem exercer, com eficiência

e eficácia, seu protagonismo no processo de desenvolvimento territorial. Possibilitaram que as diversas Câmaras reconstruídas e e novas que foram criadas nos territórios pudessem adquirir uma dinâmica ativa de reuniões e encontros, os quais, em algumas Câmaras como as de Juventudes e Mulheres, chegaram ter cerca de duzentos e cinquenta participantes.

Além disso, os núcleos tinham como objetivo estimular o desenvolvimento dos processos de acompanhamento, avaliação e informação nos territórios e a geração e sistematização de conhecimentos acerca dos territórios. Nesse sentido, no âmbito do projeto de extensão NEDET (UFRN/CNPq/MDA), foram realizadas três pesquisas que versaram sobre juventudes, mulheres e comunidades tradicionais. Este livro, intitulado *O perfil da juventude e o acesso a políticas públicas nos territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte*, trata da questão das políticas públicas para os jovens nos territórios atendidos e está dividido em duas partes.

Na primeira, *Juventudes e o acesso a políticas públicas nos Territórios Rurais e de Cidadania do RN*, a pesquisadora Aparecida Ramos expõe os resultados da pesquisa sobre o perfil das juventudes dos territórios e as políticas públicas acessadas pelos jovens nessas localidades. Seu texto está dividido também em três tópicos centrais, além da introdução e considerações finais. Este texto compõe o relatório dos resultados da pesquisa realizada por esta autora para o projeto “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN”

O primeiro tópico, intitulado *Perfil da juventude potiguar e ruralidade*, utilizou pesquisas nacionais sobre as juventudes rurais, como o *Retratos da Juventude Brasileira*, do Instituto Cidadania (2005), e, principalmente, os dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

para traçar uma caracterização a respeito das juventudes, abordando temas como educação, trabalho, renda e gênero. A partir desses dados, a pesquisadora inicia discorrendo acerca da relação entre o êxodo rural e as juventudes, mostrando que há uma tendência na diminuição no número de jovens nas áreas rurais, que se repetem tanto no Brasil e na região Nordeste, assim como no Rio Grande do Norte. Fundamentada nesses dados, o próximo passo foi apresentar uma representação da população juvenil rural potiguar que vivencia o cotidiano dos territórios rurais e da cidadania. A pesquisadora procurou apontar os dados gerais com informações sobre todos os 89 municípios pesquisados, dispostos nos territórios, além de criar subtópicos nos quais vai apresentando o panorama das juventudes nos Territórios Rurais e da Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande, Trairi e Potengi. Para fins de sistematização, o livro apresenta os territórios em ordem decrescente, indo do mais populoso para o menos populoso. A pesquisadora procurou mostrar que as questões que envolvem a identificação das juventudes, como suas características quantitativas e de sexo, escolaridade, trabalho/emprego, influenciam nas suas ações reivindicatórias e pautam políticas públicas específicas que supram essas demandas.

O segundo tópico, Políticas públicas para as juventudes, traz a abordagem a respeito da ampliação das políticas públicas dedicadas aos jovens no Brasil e a discussão sobre o conceito de “juventudes”, visando mostrar a pluralidade desse segmento no qual se incluem diferenciações significativas, seja por gênero, raça ou orientação sexual, por exemplo, que demandam iniciativas governamentais distintas e um olhar diferenciado. Esse tópico apresenta três subtópicos. No primeiro subtópico, a autora apresenta o resultado do mapeamento das políticas públicas voltadas para a juventude existentes no país. Em seguida, são mostradas as políticas públicas específicas para a juventude rural, que levam em

consideração que o jovem do campo é um ator social de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais. O terceiro tópico traz algumas considerações sobre a redução do número de jovens no campo e a necessidade de políticas públicas de juventude que atuem nessa questão.

No terceiro tópico da primeira parte deste livro, A percepção do acesso às políticas públicas no meio rural, Aparecida Ramos traz o resultado das entrevistas realizadas com os jovens participantes das coordenações das Câmaras Temáticas de Juventude da cada um dos territórios pesquisados. O objetivo foi compreender a percepção dos jovens dos Territórios da Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande e Potengi e do Território Rural Trairi sobre o acesso às Políticas Públicas de Juventude, visando averiguar o conhecimento sobre as PPJs e as demandas nos territórios apresentam sérios problemas. Além de poucas PPJs executadas nos territórios, há uma escassez de informação sobre as políticas públicas e sobre os procedimentos para o acesso dos jovens. Também ressaltaram questões como o excesso de burocracia e a “falta de confiança” nos projetos apresentados pelos jovens, além da falta de sensibilidade do poder público e dos governantes para com as demandas da juventude rural. Por outro lado, os entrevistados ressaltaram que existe uma falta de organização dos jovens rurais e que há a necessidade de ampliação da participação política desse segmento.

A segunda parte do livro traz o artigo *Juventude e identidade: reflexões sobre a organização dos jovens no Território Potengi/RN*, de Dalvanir Avelino da Silva Maria Divaneide Basílio. No artigo, as pesquisadoras tecem algumas reflexões sobre a construção de uma identidade juvenil a partir da vivência no território Potengi/RN e as implicações desse processo na organização da Câmara de Juventude do referido território. Os resultados apontam que a organização da juventude no interior do território indica para

uma possível superação desse desafio, sugerindo uma atuação mais perene, através, principalmente, da Câmara Técnica de Juventude. Tal processo exige, inicialmente, o fomento/fortalecimento das organizações juvenis nos municípios e um processo de articulação entre os grupos de jovens existentes, como condição para uma atuação que gere resultados no território.

Esperamos que o livro *O perfil da juventude e o acesso a políticas públicas nos Territórios Rurais e de Cidadania do Rio Grande do Norte*, possa contribuir para o aprofundamento do debate acerca das demandas de políticas públicas do segmento juvenil nos territórios rurais e de cidadania em nosso estado, como também que colaborem para o andamento de pesquisas acadêmicas norteadas pelas questões apresentadas nos textos aqui reunidos.

Boa leitura!

Natal, maio de 2017

João Bosco Araújo da Costa

Maria Aparecida Ramos da Silva

JUVENTUDES E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS RURAIS E DE CIDADANIA DO RN

Maria Aparecida Ramos da Silva

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada por meio do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEDET – UFRN/CNPq/MDA). O referido projeto é coordenado pela Base de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN (CCHLA/UFRN).

O estudo teve como objetivos principais a elaboração de um perfil da juventude rural e a organização de um panorama das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) que são acessadas nos Territórios Rurais e de Cidadania do Seridó, Mato Grande, Agreste Litoral Sul, Trairi e Potengi, totalizando 89 municípios atendidos pelo Projeto de Extensão NEDET/UFRN.

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi criado em 2008, abrangendo 120 territórios em todo o país com o objetivo de dinamizar a economia das regiões com altos índices de pobreza, economia agrícola de base familiar precária e menor acesso às políticas públicas. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estabeleceu um parâmetro de ruralidade para os municípios com população menor

ou igual a 50 mil habitantes e densidade demográfica menor ou igual a 80 habitantes por km² (PLANO..., 2010c). Os territórios pesquisados caracterizam-se como tipicamente rurais em função de praticamente a totalidade de seus municípios se encontrarem com menos de 50 mil habitantes, com exceção dos municípios de Caicó, no Seridó, que possui 62 mil habitantes, e Ceará-Mirim, no Mato Grande, com 68 mil.

Nessa perspectiva, para compreender o significado dessas políticas públicas, foram utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa quantitativa e qualitativa. Segundo Richardson (1999), a principal característica do método quantitativo é a utilização da quantificação nos processos de coleta e tratamento das informações, com o intuito de indicar com precisão os resultados e de evitar distorções de análise e interpretação. O método caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, “desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação e análise de regressão” (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Para a análise dos dados, utilizou-se o método qualitativo, que não utiliza instrumentos quantificáveis na análise de um determinado objeto, por ser mais adequado aos estudos de problemas mais complexos, no caso, a percepção acerca das PPJs nos territórios. O método qualitativo permite a compreensão das singularidades dos processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais, em que as pesquisas que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Como afirma Richardson (1999, p. 80),

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a

interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Para esta pesquisa, o método qualitativo foi utilizado na análise das perguntas abertas apresentadas por meio da aplicação da entrevista semiestruturada. Assim, entende-se que os dois métodos se complementam, contribuindo reciprocamente para a realização do trabalho.

Além de realizar uma revisão bibliográfica sobre os Territórios da Cidadania, Juventude e Políticas Públicas, foram coletadas informações acerca da juventude dos territórios a partir da base de dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de diversos documentos como os Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A pesquisa também realizou entrevistas semiestruturadas divididas em dois momentos. Foram entrevistados 13 coordenadores das Câmaras Temáticas de Juventude dos territórios, nos meses de maio a setembro de 2016. Para tanto, foi elaborada uma entrevista semiestruturada com 22 quesitos, formada por perguntas fechadas, com itens de múltipla escolha, e perguntas abertas, em que o entrevistado respondeu com suas próprias palavras. A primeira parte da entrevista, com sete tópicos, foi destinada à identificação do entrevistado com nome, sexo, faixa etária, profissão, função na Câmara Temática de Juventude e sua relação com o meio rural. Em seguida, quatro questões visaram compreender aspectos específicos sobre a Câmara Temática. A terceira parte objetivou apreender a percepção do entrevistado quanto ao território no qual está inserido. A última parte, com cinco itens, avaliou especificamente a percepção a respeito das PPJs.

Além das entrevistas com os jovens, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois gestores de órgãos do Governo Federal que são responsáveis pela implementação da política territorial no estado: Frederico Kramer Costa, representante do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Dário Alves de Andrade, então delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no RN (MDA), na época da pesquisa. As duas entrevistas foram realizadas na sede do MDA, em Natal, no dia 21 de agosto de 2016.

Visando apresentar os resultados da pesquisa, o texto a seguir está estruturado em quatro capítulos. O primeiro traz esta Introdução, com a apresentação do tema, objetivos e metodologia.

O segundo capítulo apresenta o Perfil da juventude potiguar e ruralidade, com uma contextualização dos Territórios Rural e da Cidadania inseridos na pesquisa e os dados básicos de cada município. A seguir, apresenta-se a caracterização da juventude, enfocando elementos centrais para descrever o público juvenil, como renda, escolaridade e cor/raça, além do número de jovens por municípios.

O terceiro capítulo, Políticas públicas para as juventudes, traz a discussão acerca das políticas públicas específicas para as juventudes, mostrando as principais PPJs existentes no país e seu enfoque no Rio Grande do Norte. Esse capítulo tem o objetivo de apresentar um mapeamento das políticas, especificamente, as destinadas à juventude rural.

No quarto capítulo, intitulado Percepção do acesso às políticas públicas no meio rural, foram sistematizadas as políticas públicas que são acessadas pelas juventudes nos territórios pesquisados, destacando a visibilidade e o conhecimento a respeito das PPJs, que atualmente se encontram sendo implementadas por diferentes órgãos federais dentro do Programa Territórios da Cidadania.

Por fim, estão as considerações finais acerca desse cenário nos Territórios Rurais e de Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande, Trairi e Potengi, mostrando os principais entraves existentes para o acesso dos jovens rurais às Políticas Públicas de Juventude, além das referências bibliográficas que embasaram este documento.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para as discussões estratégicas no contexto do desenvolvimento territorial, assim como dos colegiados e Câmaras Temáticas de Juventude, além de auxiliar o trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão NEDET/UFRN e de pesquisadores interessados nesta temática.

PERFIL DA JUVENTUDE POTIGUAR E RURALIDADE

A juventude brasileira, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, totaliza 51.330.569 pessoas, o que representa um percentual de 27% sobre a totalidade da população. Esse recorte aponta jovens entre 15 e 29 anos que estão inseridos em diferentes contextos. Há equilíbrio na distribuição de homens e mulheres na população jovem que mora, em sua maioria, no meio urbano (84,8%). Desse total, 35,8% dos jovens ainda estudam e cerca de 28 milhões (53,5%) tinham acesso ao mercado de trabalho em 2010.

Com relação à juventude rural brasileira, foco principal desta pesquisa, o Censo 2010 mostra que fica em torno de 8 milhões de pessoas, as quais se encontram em variadas situações: na agricultura familiar, na reforma agrária e/ou nos povos e comunidades tradicionais; no campo, nas florestas ou nas águas. Segundo Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), o reconhecimento da diversidade da juventude rural brasileira tem sido fundamental para a implementação de políticas públicas voltadas para o segmento nos últimos anos.

Barcellos (2013, p. 4) explica que “A categoria juventude rural no Brasil recentemente passa a ser referenciada inclusive por considerar o jovem como um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais”.

No entanto, o mesmo autor analisa que, no contexto geral, “demograficamente está ocorrendo uma inegável diminuição da porcentagem de jovens e de adultos que vivem nas áreas rurais nas últimas décadas” (BARCELLOS, 2013, p. 4).

Sobre esse movimento de permanência dos jovens no campo, Azevedo (2016) comparou as informações dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, mostrando que a migração ainda é uma forte realidade, especialmente entre os jovens.

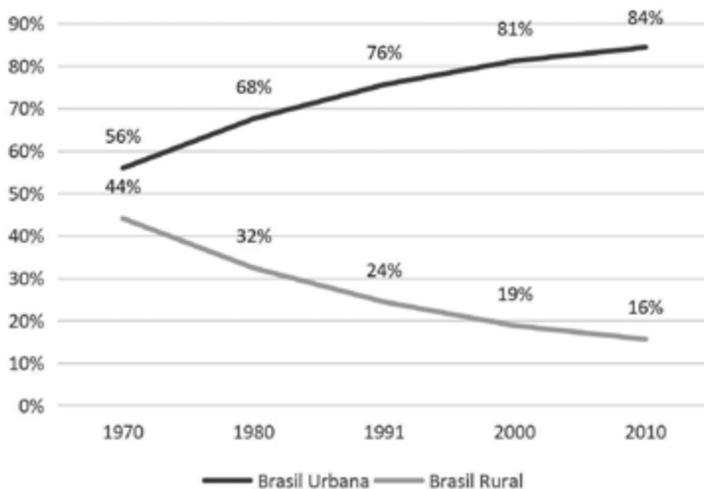
Tabela 1 - População total por tipo de área

	Brasil			Rio Grande do Norte		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1970	52097260	41037586	93134846	736615	813569	1550184
1980	80437327	38573725	119011052	1115279	783556	1898835
1991	110990990	35834485	146825475	1669267	746300	2415567
2000	137925238	31947618	169872856	2033775	743733	2777509
2010	160934649	29821150	190755799	2465042	702985	3168027

Fonte: Azevedo (2016).

No Brasil, a população rural segue uma tendência de encolhimento desse setor da sociedade, em números absolutos, percebido a partir do Censo Demográfico de 1980, conforme gráfico abaixo.

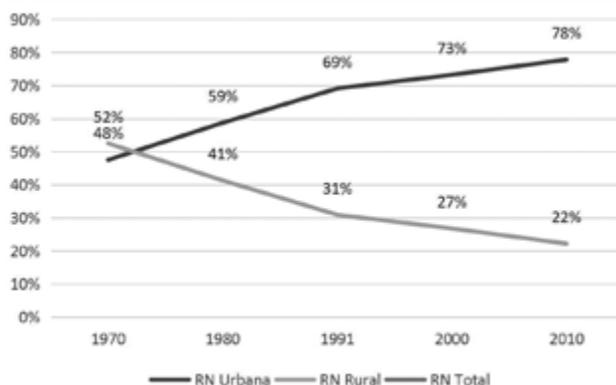
Gráfico 1 - População total do Brasil por tipo de área



Fonte: Censos Demográficos (IBGE), com adaptações.

O gráfico mostra que, em 1970, a população urbana significava 56% do total da população brasileira, enquanto a rural ficava em torno de 44%. Esses números vão se alterando, com a população rural decaindo gradativamente, até chegar a 16% dos habitantes do país, em 2010.

Gráfico 2 - População total do RN por tipo de área



Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE).

No Rio Grande do Norte, a população rural atingiu seu máximo em 1970, com 813.569 habitantes no estado, o que correspondia a 52% da população. Contudo, a exemplo do que ocorre no país, esse segmento vem decaindo desde então, chegando a 702.985 pessoas em 2010, ou seja, 22%.

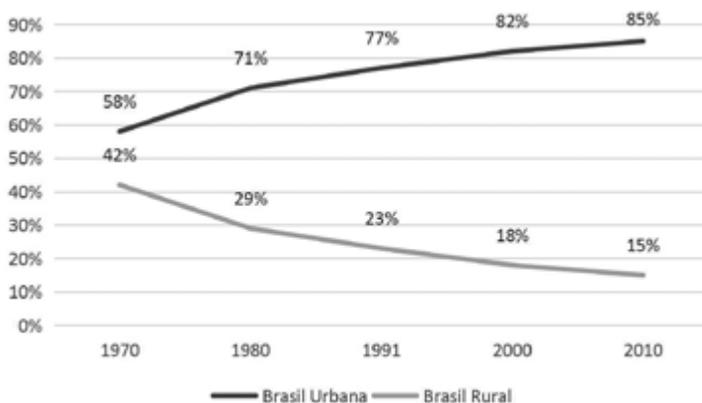
Tabela 2 - População jovem por tipo de área

	Brasil			Rio Grande do Norte		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1970	14447220	10672822	25120042	194294	198526	392820
1980	24395462	10140790	34536252	322410	192284	514694
1991	31633240	9587188	41220428	488362	198447	686809
2000	39331638	8608084	47939722	582709	205649	788358
2010	43522942	7807627	51330569	698640	196184	894965

Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE).

A Tabela 2 mostra o número de jovens urbanos e rurais no Brasil e no Rio Grande do Norte em cada um dos Censos ora estudados, mostrando uma progressão crescente no total de pessoas entre 15 e 29 anos no estado. No entanto, enquanto a população jovem total aumenta, o número de jovens no campo diminui a cada Censo.

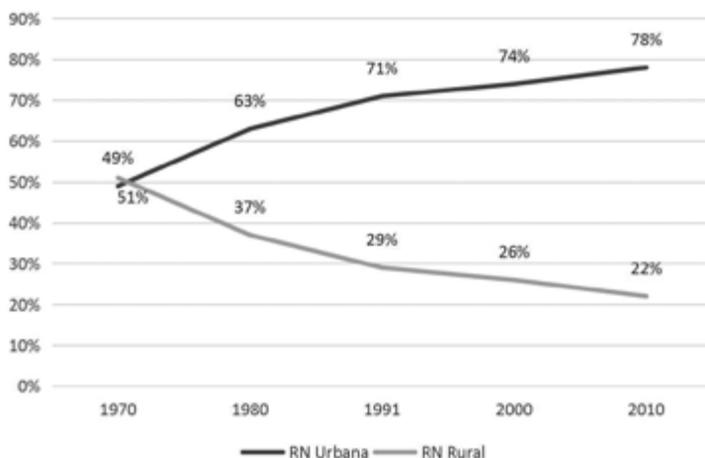
Gráfico 3 - População jovem do Brasil por tipo de área



Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE).

O gráfico acima mostra essa mudança no país entre a população jovem que, assim como ocorreu no total dos habitantes, também migrou para os centros urbanos, passando de 42% de jovens rurais, em 1970, para 15%, em 2010.

Gráfico 4 - População jovem do RN por tipo de área



Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE).

No Rio Grande do Norte, com relação à população rural jovem, observa-se que, no Censo de 1970, havia praticamente a mesma quantidade de jovens nas duas áreas, 49% e 51%. Esses dados passaram a ser modificados nos anos seguintes, com um considerável aumento da população urbana jovem, enquanto a população rural potiguar continuava declinando, passando para 37%, em 1980, 29%, em 1991, 26%, em 2000, e chegando a 22%, em 2010.

Segundo o Censo 2010, no total, o Rio Grande do Norte possui 894 mil jovens entre 15 e 29 anos, o que representa 28% da sua população total. Esse panorama pode ser melhor identificado a partir da Tabela 3, que mostra o percentual da população jovem nas áreas urbana e rural, identificando que, no RN, 78% dos jovens estão vivendo na área urbana e 22% na rural. No Brasil, esses números passam dos 85%, na urbana, e 15%, na área rural.

Tabela 3 - Percentual da população jovem por tipo de área

	Brasil		RN	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	58%	42%	49%	51%
1980	71%	29%	63%	37%
1991	77%	23%	71%	29%
2000	82%	18%	74%	26%
2010	85%	15%	78%	22%

Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE).

Ao se observar a tabela e avaliando apenas os números que dizem respeito aos jovens rurais no Brasil e no Rio Grande do Norte, percebe-se que é evidente o declínio da presença da população rural comparada à população urbana. Os primeiros Censos representaram uma maioria na década em que a população rural alcançou o seu maior contingente no país.

Sobre a permanência do jovem no campo e a sucessão rural, Lima (2013, p. 25) salienta que esses dois conceitos estão vinculados à questão da migração, “como sinônimo de mobilidade espacial de uma população, ou a deslocamentos de pessoas (ou grupos de pessoas) de um local para outro”.

A partir desses conceitos supracitados, a permanência na terra seria uma oposição à migração, correspondendo à não-migração, como definido por Lisboa (2008, p. 10-20 apud LIMA, 2013, p. 26):

A não-migração é caracterizada pela permanência das pessoas residentes em determinada localidade, enquanto os fatores de

atração dos locais de origem agem levando parte da população a migrar. A não-migração é então a fixação ou permanência da população nos seus locais de origem ou de residência atual.

Segundo o autor, a população necessita de alguns fatores de atração em seus locais de origem para a não-migração ou permanência em suas localidades. Para Lima (2013, p. 26), um desses fatores é o acesso à terra, ou a obtenção de terra (por herança, aquisição, concessão, aluguel ou uso), já que isso

é central para a agricultura familiar, pois da terra depende a produção rural para o autoconsumo e, ainda para a venda de excedentes em mercados locais. Além disto, a terra é o principal patrimônio dos agricultores. Fatores que de algum modo impeçam ou dificultem o acesso à terra impulsionam a migração para outras localidades, em geral, para as cidades.

A terra é o fator primordial para a permanência dos jovens no campo. Nesse sentido, políticas públicas que facilitem seu acesso impulsionariam a permanência no meio rural.

Com relação à inserção na educação e/ou mercado de trabalho, o Censo/IBGE 2010 aponta que 25% dos jovens rurais do estado só trabalha, 28% só estuda, 5% estuda e trabalha, enquanto 42% não está inserido em nenhuma dessas duas atividades, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 - Situação dos jovens rurais quanto à educação e ao trabalho

		FREQUENTA ESCOLA				
		Sim, pública	Sim, particular	Não, já frequentou	Não, nunca frequentou	Total
Trabalha	Sim	9421	1228	46985	1072	58706
	Não	52635	1615	78659	4569	137478
Total		62056	2843	125644	5641	196184

Fonte: Azevedo (2016).

A Tabela 4 revela a situação dos jovens rurais no Rio Grande do Norte com relação à educação e ao trabalho. No estado, um total de 64.899 jovens frequentam a escola, dos quais 96% estão na escola pública e apenas 4% na particular. A maioria dos jovens, cerca de 65%, já passou pelos bancos escolares, enquanto ainda existe quase 3% que afirmou nunca ter frequentado o ambiente escolar.

Na tabela a seguir, é possível verificar o total e o percentual dos jovens que se ocupam no trabalho agrícola e não agrícola no estado.

Tabela 5 - Ocupação do jovem no trabalho agrícola e não agrícola rural no RN – 2010

	Contingente	Percentual
Agrícola	12441	21%
Não Agrícola	46265	79%
Total	58706	100%

Fonte: Azevedo (2016).

O grupo que desenvolve outras atividades laborais não vinculadas às atividades do campo é significativamente superior – 79% – do que o contingente de jovens rurais que atua em atividades agrícolas – 21%.

Caracterizando a juventude nos Territórios Rurais e de Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi lançado em 2008, dentro desse contexto de enfrentamento aos problemas do campo e tendo como intuito principal o desafio

de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões mais necessitadas, especialmente no meio rural. O PTC tem como objetivo promover

o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (PLANO..., 2010a, p. 10).

Dessa forma, com a criação do Programa Territórios da Cidadania, o Governo Federal pretendia incentivar o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade no campo, ao mesmo tempo em que levava a essas populações o acesso a programas básicos de cidadania. Para isso, essa política pública previa ações integradas nas três esferas de governo.

Segundo Jesus e Fernandes (2015, p. 5), foi no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que o enfoque territorial recebeu uma nova conotação política e, de fato, foi “institucionalizado como uma importante bandeira das políticas públicas, especialmente as voltadas para o desenvolvimento rural”.

Em entrevista para esta pesquisa, o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/RN), à época, Dário Andrade, explicou que a política territorial faz parte do Brasil Rural; dentro desta política, é usada a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento do rural, com dois eixos:

- a) Integração das políticas públicas, sejam de vários ministérios e órgãos federais, sejam com ações e programas com os estados e municípios; e b) Garantir a participação social, em que o espaço, a arena, de diálogos e confrontos de interesses também é o Colegiado e suas instâncias (informação verbal)¹.

¹ Entrevista à pesquisadora em 21 de agosto de 2016.

Outro ponto defendido por essa política é que o planejamento e desenvolvimento do território se dê a partir das potencialidades locais. O representante do MDA afirma que existe um novo conceito de ruralidade:

Mas antes mesmo desses pilares, é bom a gente entender o que é território, que é um espaço contínuo, que envolve o campo, mas também os núcleos urbanos de municípios pequenos de até 50 mil habitantes. Entende-se que o campo mesmo não vive dissociado dos núcleos urbanos, que é um novo conceito de ruralidade. O território é visto em suas várias dimensões, não apenas econômica, no sentido de produtor de alimentos para as cidades, mas também do ponto de vista social, cultural, sua diversidade (informação verbal).

As políticas públicas, então, devem ser elaboradas e implementadas compreendendo-se esse novo cenário e as várias dimensões do rural. Dessa forma, deve-se perceber que o rural é um espaço contínuo que também envolve o meio urbano e não se dissocia deste.

Partindo dessa concepção, o surgimento dos territórios foi induzido por políticas públicas, tendo sido implantados, inicialmente, dez Territórios Rurais abarcando os 167 municípios do Rio Grande do Norte. São eles: Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Sertão Central, Potiguaras, Mato Grande, Agreste Litoral Sul, Seridó, Trairi e Potengi. Destes cinco últimos, que serão analisados, apenas o Território do Trairi não foi incorporado pelo Programa Territórios da Cidadania.

Sobre a identificação dos territórios rurais e de cidadania do estado, Dário Andrade enfatiza que:

Se percebe que a definição desses territórios se dá a partir de um elemento de coesão. No Seridó, é muito típico a coesão. Se você perguntar a alguém onde nasceu, a pessoa não responde Currais

Novos ou Caicó. Responde: “sou do Seridó”. Há uma identidade. É bem forte a questão do pertencimento (informação verbal).

Isso significa que a definição de território envolve mais do que a proximidade geográfica ou modelos produtivos, por exemplo; significa que existe uma coesão social e a construção de uma identidade, além da questão do “pertencimento” a uma comunidade e a uma região.

Em âmbito nacional, a estratégia dos territórios começou no ano de 2003, baseada num modelo europeu de desenvolver as áreas economicamente deprimidas, como na Espanha e em Portugal. A partir desse ano, o MDA começou a adotar esse recorte em alguns estados, como foi o caso do Rio Grande do Norte.

Mas acho que o grande pontapé inicial foi com o advento do Programa Territórios da Cidadania, em que houve uma maior ênfase do governo de que os demais ministérios assumissem. Antes, era apenas o MDA, só os programas do MDA. Com o PTC, eles começam a vislumbrar outros ministérios (informação verbal).

Com efeito, o Programa Territórios da Cidadania envolve a ação de diversos ministérios, não sendo restrito ao MDA, o que potencializa a implementação das políticas.

Sobre os territórios do Rio Grande do Norte que serão apresentados nesta pesquisa, uma primeira observação diz respeito à grande variação no número de municípios que compõem esses territórios, variando desde 11 municípios, como é o caso do Território Potengi, até 25, como é o caso do Território Seridó. De acordo com Jesus e Fernandes (2015, p. 7),

por um lado, um número elevado de municípios pode ser positivo ao gerar acúmulo de “lideranças” em torno de projetos comuns e ao criar escala na produção no mercado local. Por outro lado, pode impor vários fatores limitantes, como um elevado

número de membros para as assembleias e as suas devidas deliberações, com custos altos em um ambiente potencialmente conflitivo para as decisões.

Outra questão é sobre a dimensão dos territórios – existe uma diversidade em cada um dos cinco deles. Três são relativamente pequenos (inferiores a 4,05 mil km²): Agreste Litoral Sul, Trairi e Potengi; o Mato Grande supera os 5,5 mil km²; e o Território Seridó é o maior, atingindo 10,5 mil km². Para Jesus e Fernandes (2015, p. 8), “uma maior extensão territorial dificulta o processo de governança no interior dos conselhos”.

Frederico Costa, do Incra/RN, analisa as dificuldades dentro dos territórios do estado, afirmando que:

no próprio território há uma dificuldade de integração dos próprios atores locais. Tem aí um território com onze municípios, como o Potengi, mas percebe-se que os onze tem seus conjuntos de ações que não conseguem dialogar com os demais, que são as ações comuns que poderiam ser potencializadas e trabalhadas, talvez, com outra visão e não conseguem fazer (informação verbal).²

O gestor explica que, no estado, assim como são encontradas dificuldades na arena interna, os territórios também enfrentam obstáculos externos. Isso porque

por mais que a estratégia seja fazer essa convergência, os próprios órgãos que deveriam estar dentro do território, e muitas vezes estão, eles estão trabalhando sem essa convergência. Ou seja, fazendo a sua caixinha lá num determinado local e não discute essa ação dentro do território ou ela vem sem que o próprio território saiba (informação verbal).

² Entrevista à pesquisadora em 21 de agosto de 2016.

Ele defende que a estratégia da política territorial é que exista uma convergência entre os órgãos. Contudo, muitas vezes isso não ocorre, pois as instituições implementam ações dentro do território, mas sem o conhecimento ou articulação com os colegiados.

Com relação à densidade populacional, todos os territórios pesquisados possuem densidade maior que a brasileira (23,8 hab/km²). O que apresenta a menor densidade é o Seridó (27,4 hab/km²), enquanto o Agreste Litoral Sul (93 hab/km²) registra a maior, superior à do estado (59,99 hab/km²). A densidade média dos territórios é 47,10 hab/km², bem inferior à estadual, reforçando a caracterização de territórios rurais.

A seguir, serão apresentados alguns dados para compreender o perfil da juventude que vivencia o cotidiano dos Territórios Rurais e de Cidadania no Rio Grande do Norte. São aspectos sociodemográficos que influenciam de maneira significativa as demandas sociais e políticas públicas voltadas para esse segmento. A população jovem apresenta uma composição da seguinte forma:

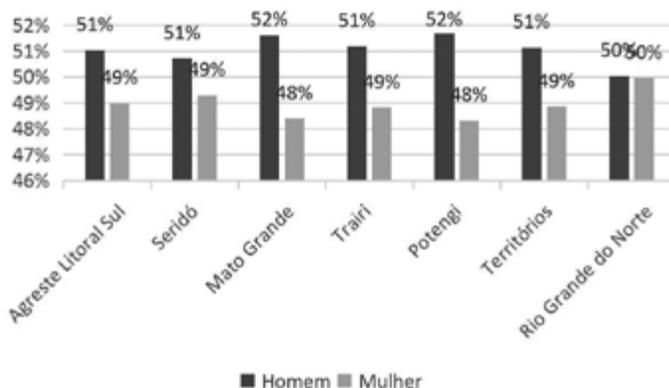
Tabela 6 - População jovem por Território Rural e da Cidadania

Território	Grupo etário de 15 a 29 anos				
	Homem	Mulher	Total	% RN	% Territórios
Agreste Litoral Sul	47.979	46.052	94.031	10,50%	31%
Seridó	40.053	38.924	78.977	8,8%	26%
Mato Grande	33.462	31.387	64.849	7,25%	22%
Trairi	20.722	19.761	40.483	4,5%	13%
Potengi	11.540	10.790	22.330	2,5%	7%
Total	153.756	146.914	300.670	33.6%	100%
Rio Grande do Norte	447.835	447.130	894.965	100%	-

Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, os 167 municípios do Rio Grande do Norte possuem um total de 894.965 jovens entre 15 a 29 anos, sendo praticamente o mesmo percentual de homens e mulheres.

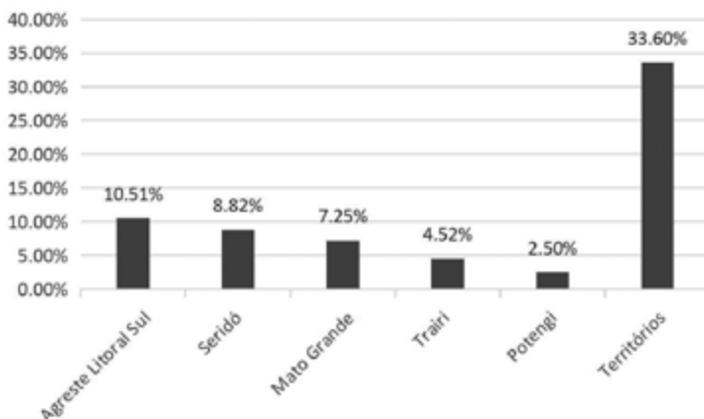
Gráfico 5 - População jovem nos territórios por sexo



Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE, 2010).

O gráfico acima ilustra a distribuição da juventude por sexo, mostrando que a população masculina é maior em todos os territórios pesquisados, chegando a 51% quando soma-se o total dos habitantes.

Gráfico 6 - População jovem nos territórios, % do RN



Fonte: adaptado de Censos demográficos (IBGE, 2010).

Os cinco territórios pesquisados totalizam pouco mais de 300 mil pessoas nessa faixa etária, o que significa 33,6% da população jovem potiguar e 9% da população total do estado. A juventude residente no Território Agreste Litoral Sul corresponde a 10,5% da população jovem do estado; o Seridó, a cerca de 9%; Mato Grande, 7%; Trairi, a 4,5%; e Potengi, a 2,5%.

As questões que envolvem a caracterização da juventude dos Territórios Rurais e de Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande, Trairi e Potengi, como suas características quantitativas e de sexo, escolaridade, trabalho/emprego influenciam nas suas ações reivindicatórias e pautam políticas públicas específicas que supram essas demandas. A seguir, será retratado o panorama específico de cada um desses territórios pesquisados.

Território Rural Agreste Litoral Sul

O Território Rural Agreste Litoral Sul – RN é composto por 24 municípios: Arês, Baía Formosa, Brejinho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Montanhas, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Passagem, Pedro Velho, Santo Antônio, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Serrinha, Tibau do Sul, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

A figura abaixo mostra a composição do território e sua localização no mapa do estado. A cidade polo fica no município de Nova Cruz.

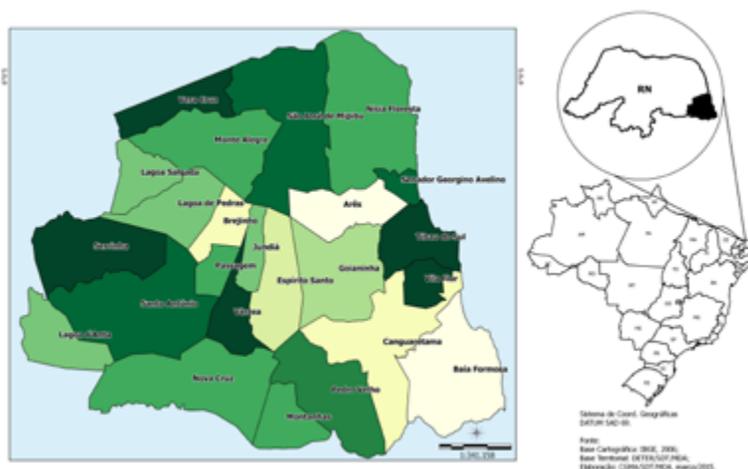


Figura 1 - Municípios do Território Rural Agreste Litoral Sul

O território possui uma área de 3.572 km² e uma população total de 330 mil habitantes, configurando 10,5% do total da população do RN, que é de 3.168.027, conforme os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Os três municípios com maior

número de habitantes são: São José de Mipibu (39.776), Nova Cruz (35.490) e Canguaretama (30.916). O município menos populoso é Vila Flor, com 2.872 habitantes.

Tabela 7 - Dados Básicos do Território Agreste Litoral Sul

Variável	Valor
Área (em km²)	3.572,84
População total (hab.)	332.398
População urbana (hab.)	194.264
População rural (hab.)	138.134
Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	223
Número de Projetos – Reforma Agrária	6
Área reformada – Reforma Agrária (em hectares)	4.084
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	9.019
Pessoal ocupado na agricultura familiar	23.327

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). INCRA (2014)

Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).

Índice de Desenvolvimento Humano PNUD (2014).

A Tabela 7 mostra que existe uma divisão entre a área da população dentro do território, em que predomina a urbana, com 58%, enquanto a rural corresponde a 42% do total. Os dados mostram ainda que o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar é de 23 mil.

Continuação da Tabela 8.

Tabela 8 - Pessoas que frequentam a escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade – Território Agreste Litoral Sul – 15 a 29 anos

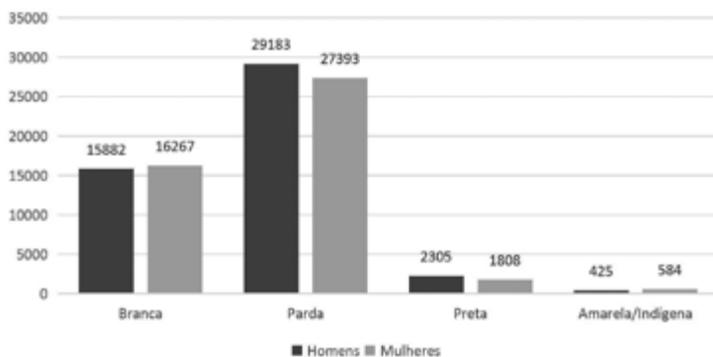
Município	População Total	Total de Jovens	Jovens estudantes		
			Homens	Mulheres	Total
Arês	12.924	3765	660	653	1313
Baía Formosa	8.573	2334	432	470	902
Brejinho	11.577	3249	431	472	903
Canguaretama	30.916	9.114	1617	1525	3142
Espírito Santo	10.475	2847	535	498	1033
Goianinha	22.481	6.602	1296	1138	2434
Jundiá	3.582	982	185	130	315
Lagoa d'Anta	6.227	1811	316	299	615
Lagoa de Pedras	6.989	1908	377	332	709
Lagoa Salgada	7.564	2171	328	334	662
Montanhas	11.413	3083	530	452	982
Monte Alegre	20.685	5.847	1069	1093	2162
Nísia Floresta	23.784	6.677	1173	1048	2221
Nova Cruz	35.490	9.993	1868	1724	3592
Passagem	2.895	763	108	111	219
Pedro Velho	14.114	3949	861	747	1608
Santo Antônio	22.216	6.225	1184	1027	2211
São José de Mipibu	39.776	11.172	2008	2146	4154

Município	População Total	Total de Jovens	Jovens estudantes		
			Homens	Mulheres	Total
Senador Georgino Avelino	3.924	1120	142	162	304
Serrinha	6.581	1777	387	286	673
Tibau do Sul	11.385	3385	461	461	922
Várzea	5.236	2956	238	195	433
Vera Cruz	10.719	1422	525	505	1030
Vila Flor	2.872	879	177	180	357
Total Território Agreste Litoral Sul	332.398	94031	16908	15988	32896

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Entre os territórios estudados, o maior contingente de jovens está presente no Território Agreste Litoral Sul, chegando a aproximadamente 95 mil jovens no total, o que equivale a 31% da população do território e 10,5% dos jovens do estado. Com relação à divisão por gênero, apresenta uma composição equilibrada, com cerca de 51% de homens e 49% de mulheres jovens. A tabela seguinte traz a constituição dessa população por cor ou raça e segundo o sexo, na faixa etária de 15 a 29 anos.

Gráfico 7 - População residente entre 15 e 29 anos, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A juventude do Território Agreste Litoral Sul é constituída predominantemente por pessoas pardas, chegando a 60% do total, sendo 31% homens e 29% mulheres. Os brancos somam cerca de 35% na localidade; pretos, 4,5%; e amarelos e indígenas, 1%.

A terminologia oficial da pesquisa do IBGE utiliza o termo “preto”, diferente de “negro”, isso porque o grupo mais genérico de “negros” reúne as cores específicas “preta” e “parda”. Os pardos são formados pela miscigenação entre as pessoas e envolvem os caboclos, mulatos, cafuzos e mestiços.

Com efeito, ao somar essas duas classificações de pretos e pardos, o número de jovens negros do Território Agreste Litoral Sul seria próximo de 65% no total, sendo 34% homens e 31% mulheres. Em todos os territórios pesquisados, exceto o Seridó, prevalece a população jovem negra, em números superiores aos encontrados no Brasil, em que 54% da juventude é negra, e no RN, com 58,5%.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2014), nos últimos anos, tem aumentado o número de brasileiros que se declaram pardos ou negros – 53%, diante de

45,5% que se disseram brancos. Em 2004, 51,2% dos brasileiros se diziam brancos diante de 42% pardos e 5,9% negros (totalizando 47,9% de negros e pardos), apontando para a predominância da população brasileira que se autodeclarava branca. Essa mudança começou a ocorrer em 2007, quando 49,2% se disseram brancos, 42,5% pardos e 7,5% negros (totalizando 50% de negros e pardos). Desde então, o número de pessoas que se diz negro ou pardo só faz crescer. Essa mudança pode ser fruto de políticas de autoafirmação, nas quais as pessoas podem ter uma consciência maior da sua cor, assim como o aumento da miscigenação racial no país.

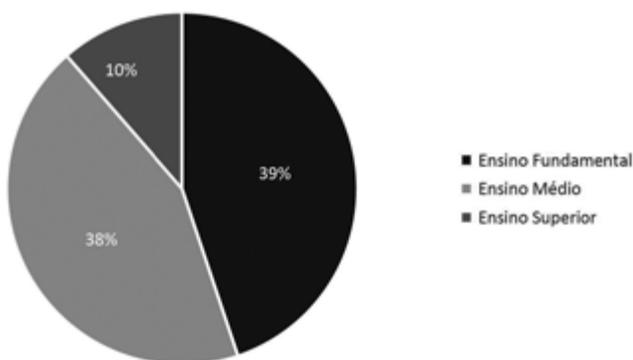
Ao traçar esse desenho da população dos territórios, é possível visualizar a distribuição espacial e a concentração dos maiores percentuais da população negra, segundo a localização geográfica. Isso permite que os gestores públicos e a sociedade civil tenham acesso a informações que facilitem a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, a partir de números concretos.

Com relação a essas demandas, a educação é um dos aspectos fundamentais de políticas públicas básicas a que os cidadãos devem ter acesso. Baseando-se nessa perspectiva, é imprescindível o conhecimento acerca de informações sobre os aspectos que envolvem a escolaridade dos jovens. No Território Agreste Litoral Sul, os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que existe um total de 32.896 jovens estudantes entre 15 e 29 anos, sendo desses 51,4% do gênero masculino e 48,6% do feminino. O número total de jovens que frequenta a escola, seja particular ou pública, corresponde a 9,9% da população total do território. Quando comparado ao total da população juvenil presente no território, esse percentual chega a 35% de jovens no ambiente escolar.

São José de Mipibu, com 4.154; Nova Cruz, com 3.592; e Canguaretama, com 3.142, são os municípios que reúnem mais jovens frequentando os estabelecimentos de ensino.

A população de jovens estudantes está frequentando diversos níveis de ensino, como Alfabetização de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Pré-Vestibular, Ensino Superior, Especialização, Mestrado e Doutorado. Para esta pesquisa, foi realizado um recorte nos três níveis com maior representatividade, pois concentram a maioria dos jovens estudantes: a Educação Básica, formada pelo Ensino Fundamental e Médio; e o Ensino Superior.

Gráfico 8 - Jovens que frequentam a escola no Território Agreste Litoral Sul por nível de ensino



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No Território Agreste Litoral Sul, a prevalência está no Ensino Fundamental e Médio, que aglutinam praticamente a mesma quantidade do total de 28 mil jovens matriculados, com 39% e 38%, respectivamente. Observa-se que o número de jovens que frequenta o Ensino Fundamental é elevado, visto que a pesquisa observou a idade entre 15 a 29 anos e esse nível de ensino já deveria ter sido concluído no prazo regular. No estado, o percentual de estudantes do Ensino Fundamental nessa mesma faixa etária é de 30%

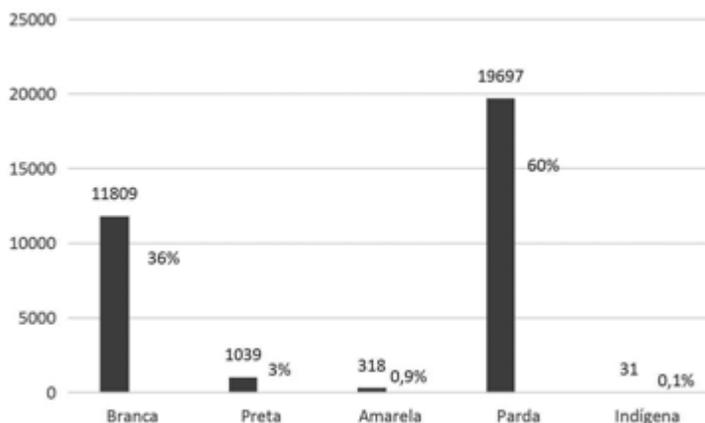
dos jovens que frequentam a escola; o dos regularmente matriculados no Ensino Médio chega a 44%.

No Ensino Superior, está 10% da população juvenil do Território Agreste Litoral Sul. Esse número está muito aquém do percentual de jovens que estão no Ensino Superior no Rio Grande do Norte, que representa 26% do total de jovens que frequenta a escola. Ao se comparar com o número total de jovens do município, essa quantidade de jovens cursando uma Instituição de Ensino Superior ainda é menor e representa somente 3,5% desse universo.

Além das escolas municipais e estaduais, o território também foi contemplado com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, no município de Canguaretama, que oferece os cursos técnicos de Informática, Eletromecânica, Eventos e Mecânica, além das graduações em Tecnologia em Gestão de Turismo e Licenciatura em Educação no Campo e da especialização em Educação de Jovens e Adultos no contexto da diversidade.

Em Nova Cruz também funciona uma unidade do IFRN, com os cursos técnicos em Administração, Informática e Química, assim como a graduação em Tecnologia em Processos Químicos. Nesse município, a UFRN também mantém um Polo de Educação a Distância (EaD), por meio do qual alunos de municípios da mesma região, e também do estado da Paraíba, estudam em nove cursos.

Gráfico 9 - Jovens que frequentam a escola no Território Agreste Litoral Sul por cor ou raça – 15 a 29 anos



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

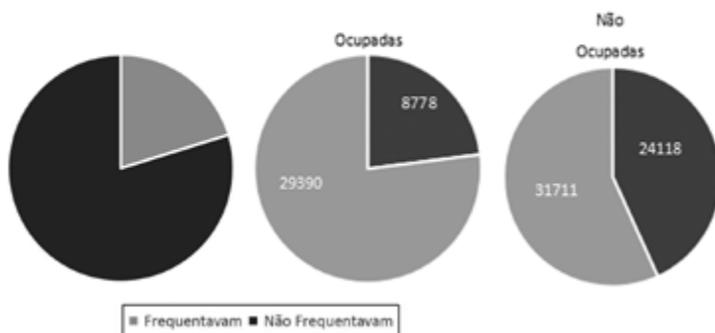
Outro recorte feito pela pesquisa foi a distinção por cor ou raça dos jovens que frequentam a escola no Território Agreste Litoral Sul. Desse modo, os dados do Censo 2010 constataram que a maioria se declarou parda, chegando a 60%, seguido dos que se declararam da cor branca, com 36%. Em terceiro, aparecem aqueles que se identificaram enquanto negros, com 3%; em seguida vêm os da cor amarela, com 0,9%, e os indígenas, com 0,1%.

Os dados do Censo Demográfico 2010 também possibilitaram fazer uma seleção para mensurar a quantidade da população juvenil presente no território que está ocupada ou não ocupada. Segundo o IBGE, as pessoas ocupadas são classificadas em: Empregados, que são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada; Conta Própria, que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados; Empregadores, aquelas pessoas que exploram

uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados; e Não Remunerados, que são aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana. As pessoas não ocupadas são as que não possuem remuneração e também não se encaixam em nenhuma ocupação econômica.

Além de observar o contingente de pessoas ocupadas e não ocupadas, esta pesquisa também comparou esses resultados pela frequência ou não à escola da juventude do Território Agreste Litoral Sul. O gráfico a seguir revela os resultados:

Gráfico 10 - Situação de ocupação e frequência à escola da juventude no Território Agreste Litoral Sul



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados mostram que, dos jovens estudantes do Território Agreste Litoral Sul, 38 mil estão ocupados em algum tipo de trabalho, o que representa 40% desse segmento. Esse número está abaixo do percentual encontrado no estado, que possui 46% de jovens estudantes que trabalham. De outra forma, no território pesquisado, predomina o número dos não ocupados, com 55 mil

pessoas, correspondendo a 60% dessa população. Trata-se de um percentual acima dos números do Rio Grande do Norte, que no total tem 54% da população juvenil ocupada.

Ao se analisar separadamente os dados disponibilizados por meio do Censo Demográfico 2010 com relação à juventude ocupada, identifica-se que mais de 29 mil jovens, ou seja, 77%, não frequenta a escola e aproximadamente 9 mil, representando 23%, frequenta o ambiente escolar.

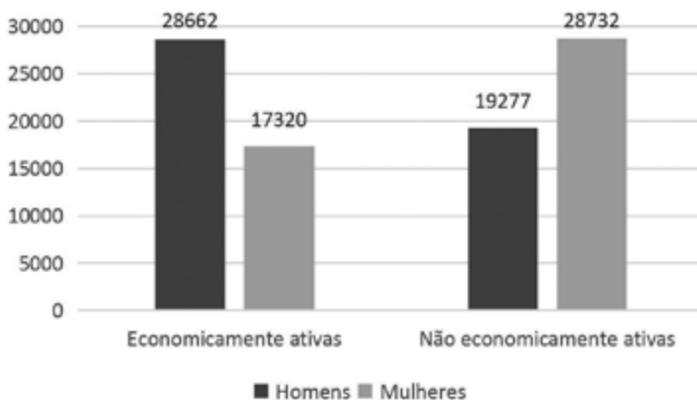
Essa proporção é alterada quando se analisa a população jovem não ocupada, em que 43% se dedica apenas a estudar e 57% não trabalha nem está frequentando as instituições de ensino, seja pública ou particular.

Avaliou-se também os números que dizem respeito à população economicamente ativa, na faixa etária entre 15 e 29 anos, presente no Território Agreste Litoral Sul. Segundo o IBGE, esse segmento compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.

A população ocupada são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Já a população desocupada são aquelas pessoas que não tinham trabalhado, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). Para tanto, compreende-se que há uma diferença entre a população considerada desocupada e a não ocupada.

Além disso, os dados também mostram a população não economicamente ativa, que são as pessoas que não possuem ocupação, assim como não estão dispostas a trabalhar. Esses aspectos são caracterizados no gráfico a seguir.

Gráfico 11 - Pessoas entre 15 a 29 anos, por condição de atividade e de ocupação, por sexo no Território Agreste Litoral Sul



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico aponta que, no caso específico do Território Agreste Litoral Sul, existe uma soma de aproximadamente 46 mil pessoas ou 48% da população jovem ativa e um maior contingente de jovens não economicamente ativos, representando 52% da população juvenil.

Em termos comparativos, esses números são o contrário do que apresenta o Brasil e o RN, na mesma faixa etária. No país, os indicadores da população jovem ativa são bem superiores, chegando a 63% daqueles que desenvolvem atividades em distintos setores da economia, enquanto 37% não atuam no setor produtivo. No estado, esses índices giram em torno de 55% e 45%, respectivamente.

Quando analisado tão somente por gênero, o gráfico mostra claramente que a maioria da população economicamente ativa é formada por homens, enquanto há um predomínio de mulheres entre a população não economicamente ativa. Nessa perspectiva, há uma significativa diferença ao se comparar a população por gênero, em que 30% dos homens e 18% das mulheres

são economicamente ativos. Esse cenário é parecido com os dados do Rio Grande do Norte, no qual 32% das pessoas do gênero masculino são economicamente ativas e 23% são mulheres.

Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o Território Agreste Litoral Sul manifesta uma oscilação de 12 pontos percentuais, entre homens e mulheres ativos economicamente. Esse número se iguala aos Territórios Seridó e Trairi e fica atrás do Mato Grande e Potengi, que apresentam uma variação de 13%. O estado apresenta apenas 9% de variação, e o Brasil, 7% de diferença entre homens e mulheres inseridos nos setores produtivos.

Ao se aprofundar a análise e realizar a comparação por faixas etárias, essa flutuação é reduzida para 5%, entre 15 e 19 anos, visto que essa camada contempla os que ainda não possuem idade para o trabalho. No entanto, a diferença entre homens e mulheres disponíveis para o setor produtivo aumenta e se mantém estável entre 20 a 24, com 9%, e de 25 a 29 anos, com 10%.

Com relação à população não economicamente ativa, as mulheres aparecem com 31%, sendo a parcela que menos participa da vida econômica do território, enquanto os homens representam 21% dos não economicamente ativos, sendo a variação entre esses dois grupos de dez pontos percentuais. No estado, também há uma predominância de mulheres entre os não ativos economicamente, com 27%, e os homens configuram 18%, perfazendo uma diferença de 9%.

Entre a população jovem economicamente ativa, 25% são responsáveis pela unidade domiciliar e, entre os inativos, 6% se identificaram na condição de pessoa responsável pela família ou que assim era considerada pelos demais membros da família. O detalhamento dos dados mostra que, desde a faixa etária entre 15 e 19 anos, a juventude assume e tem reconhecida a responsabilidade pelo domicílio, sendo ativos ou inativos economicamente.

Território da Cidadania Seridó

O Território da Cidadania Seridó – RN é composto por 25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Na Figura 2, pode-se observar a composição do território e sua localização no mapa do Rio Grande do Norte. Seu principal município é Caicó, com 62.709 habitantes, seguido de Currais Novos, com 42.652, e Parelhas, com 20.354. No Território Seridó, o município menos populoso é Ipueira, com 2.077 habitantes.

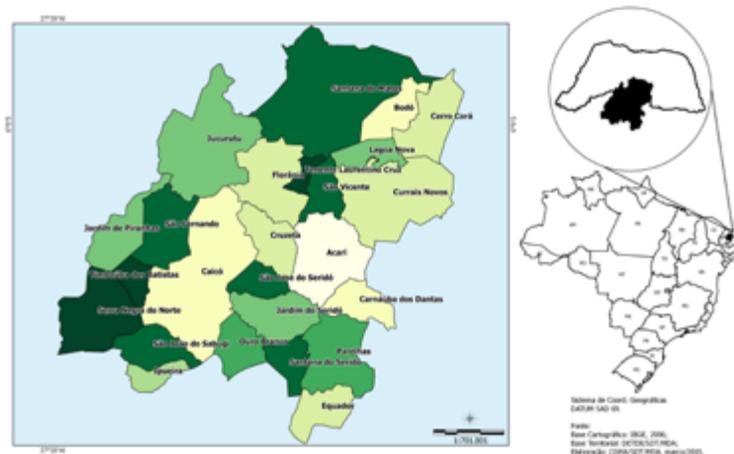


Figura 2 - Municípios do Território da Cidadania Seridó

O território possui uma área de mais de 10 mil km² e uma população total de 295 mil habitantes, configurando 9% do total da população do RN, conforme os dados do Censo Demográfico 2010. A tabela abaixo traz os dados básicos do Território Seridó, mostrando

que 76% dessa população total de 295 mil habitantes está localizada nos centros urbanos daqueles municípios, enquanto 24% estão nas zonas rurais.

Tabela 9 - Dados básicos do Território da Cidadania Seridó

Variável	Valor
Área (em km ²)	10.796,72
População total (hab.)	295.726
População urbana (hab.)	225.066
População rural (hab.)	70.660
Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	1.016
Número de Projetos – Reforma Agrária	22
Área reformada – Reforma Agrária (em hectares)	24.888
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	11.266
Pessoal ocupado na agricultura familiar	31.242

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). INCRA (2014)

Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).

Índice de Desenvolvimento Humano PNUD (2014).

A Tabela 9 evidencia ainda que passam de mil as famílias assentadas por políticas públicas de Reforma Agrária, em que a quantidade de projetos que prioriza essa questão soma 22 iniciativas. Também indica que a agricultura familiar possui mais de onze mil estabelecimentos, envolvendo cerca de 31 mil pessoas nessa ocupação.

A seguir, a tabela revela as informações acerca da população total da juventude e a quantidade desses indivíduos que frequentavam escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade, por município do Território Seridó:

Tabela 10 - Pessoas que frequentam a escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade, no Território Seridó – 15 a 29 anos

Município	População Total	Jovens no Território	Juventude na escola		
			Homens	Mulheres	Total
Acari	11.035	2.888	427	436	863
Bodó	2.425	675	121	112	233
Caicó	62.709	16.600	2.982	2.804	5.786
Carnaúba dos Dantas	7.429	1.994	253	267	520
Cerro Corá	10.916	3.027	440	451	891
Cruzeta	7.967	2.076	273	291	564
Currais Novos	42.652	11.128	1.646	1.895	3.541
Equador	5.822	1.618	304	229	533
Florânia	8.959	2.406	429	487	916
Ipueira	2.077	516	77	100	177
Jardim de Piranhas	13.506	3.762	599	587	1.186
Jardim do Seridó	12.113	2.905	588	539	1.127
Jucurutu	17.692	4.770	789	754	1.543
Lagoa Nova	13.983	4.036	560	617	1.177
Ouro Branco	4.699	1.157	148	146	294
Parelhas	20.354	5.579	791	868	1.659

Continuação da Tabela 10.

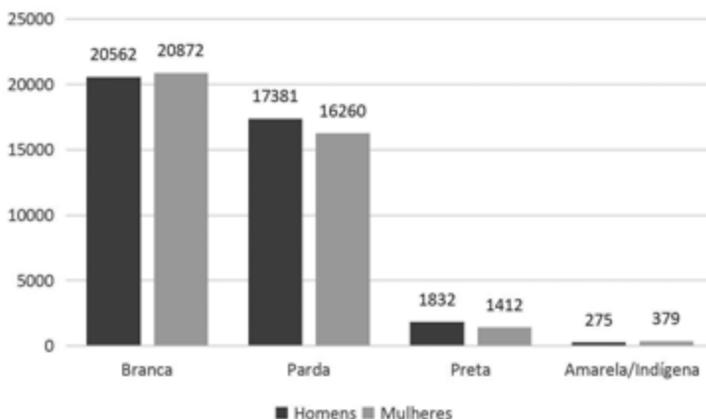
Município	População Total	Jovens no Território	Juventude na escola		
			Homens	Mulheres	Total
Santana do Matos	13.809	3.695	643	628	1.271
Santana do Seridó	2.526	717	65	103	168
São Fernando	3.401	900	169	173	342
São João do Sabugi	5.922	1.550	280	266	546
São José do Seridó	4.231	1.219	175	205	380
São Vicente	6.028	1.583	214	222	436
Serra Negra do Norte	7.770	2.053	294	314	608
Tenente Laurentino Cruz	5.406	1.523	204	215	419
Timbaúba dos Batistas	2.295	600	117	93	210
Total	295.726	78.977	12.588	12.802	25.390

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010), com adaptações.

O Território Seridó aparece em segundo lugar em números de jovens, entre os territórios pesquisados, totalizando aproximadamente 79 mil deles, segundo o Censo 2010, o que significa 26% da população geral do território. Com relação à população juvenil do estado, o território possui 9% do total dos jovens. No Território Seridó, a população jovem está dividida praticamente igual entre homens e mulheres, com 51% e 49%, respectivamente.

O gráfico a seguir mostra a distribuição populacional jovem, por cor ou raça e por sexo.

Gráfico 12 - População residente entre 15 e 29 anos, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No que tange à composição racial da população juvenil do Território Seridó, o mapeamento do IBGE mostrou que é formada majoritariamente por brancos, conforme se verifica no gráfico acima, independentemente do sexo, com 26% de homens e 26,4% de

mulheres; na sequência vêm os pardos – 22% e 21%, respectivamente. Como é possível verificar nos demais territórios, assim como no Brasil, com 23% de homens e 22,6% de mulheres, e no estado, com 27% e 26%, a maioria é parda. Os que se declararam pretos somam 4%, e os amarelos ou indígenas são menos de 1%.

Ao analisar por meio da categoria “negros”, que é a reunião dos pardos e pretos, conforme a metodologia do IBGE, o Seridó permanece com o predomínio da juventude branca, com 53%. Nos demais territórios, assim como no país e no estado, prevalecem os jovens negros.

Segundo Luís Gonzaga de Medeiros (2008, documento exclusivo da internet), no artigo O Povoamento do Seridó,

A reduzida miscigenação entre os colonizadores e os indígenas permitiu que o seridoense descendente de famílias tradicionais conservasse um biótipo ainda hoje bem diferente daquele dos habitantes de outras micro-regiões do Rio Grande do Norte. Daí porque o seridoense é um tipo alto, às vezes alourado, branco e de olhos azuis, que muito contrasta com o biótipo do norte-riograndense do litoral.

As particularidades da colonização da região, que começou logo após o fim da Guerra dos Bárbaros (1687 a 1697), talvez expliquem a predominância da população branca até os dias atuais. Conforme o autor, não houve uma significativa miscigenação entre os colonos e os indígenas, naqueles tempos, e após a guerra o Seridó foi ocupado por povoadores de origem lusitana e que possuíam características europeias.

No entanto, a juventude negra no Território Seridó também apresenta uma soma significativa, com aproximadamente 47%, percebendo-se a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento populacional.

Com relação ao acesso à escola, que é um dos aspectos fundamentais de políticas públicas básicas a que os cidadãos têm direito, no Território Seridó, segundo o Censo 2010, um total de 25.390 jovens entre 15 e 29 anos são estudantes, sendo praticamente a mesma quantidade de homens e mulheres. Esse número total significa que apenas 9% da população geral do território e 32% da população juvenil está no ambiente escolar. Caicó e Currais Novos, que são as duas principais cidades do território, possuem o maior número de estudantes dentre os municípios. Além do Ensino Básico nas escolas municipais e estaduais, esses dois municípios possuem unidades do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Em Caicó, são ofertados os cursos técnicos de Eletrotécnica, Informática, Vestuário, Têxtil e Eletrotécnica, além das graduações de Licenciatura em Física e Tecnólogo em Design de Moda. A instituição também oferece diversos cursos de formação inicial e continuada, como Inglês e Costura.

No município de Currais Novos, o IFRN oferta os cursos técnicos de Alimentos, Informática, Manutenção e Suporte em Informática, Alimentos EJA, Manutenção e Suporte em Informática EJA, além das graduações em Alimentos, Sistemas para Internet e Licenciatura em Química.

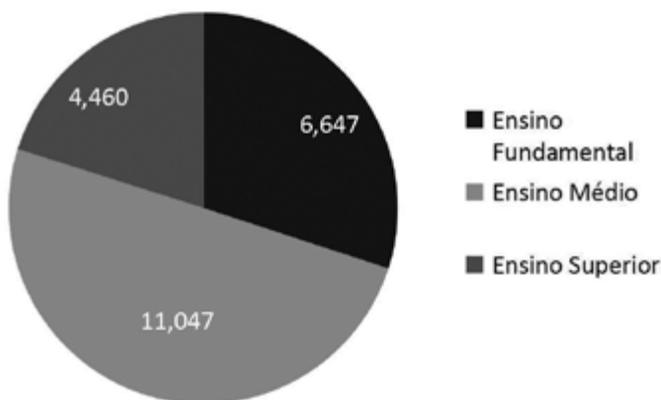
Em Caicó, a UFRN tem presença por meio do CERES, com os seguintes cursos de graduação: Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, e Sistemas de Informação. Em Currais Novos, o Campus da UFRN registra os cursos de Administração, Letras (Inglês e Espanhol) e Turismo. Possui ainda o mestrado em Letras, em Currais Novos, e Geografia, em Caicó. Adicionalmente, vale ressaltar que a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) tem um Campus na cidade de Caicó, em que há oferta dos cursos de Enfermagem e Odontologia. Este município também sedia a Escola Multicampi

de Ciências Médicas do RN, com curso de graduação em Medicina.

Com a perspectiva dos cursos oferecidos no Território Seridó, esta pesquisa verificou, a partir do Censo Demográfico 2010, o contingente da população jovem que frequentava a escola.

Conforme o gráfico abaixo, no território, existem 6.647 jovens que estão matriculados regularmente no Ensino Fundamental; 11.047 no Ensino Médio; e 4.460 estão cursando o Ensino Superior. Esses dados correspondem a 8,5%; 14% e 6% do total de jovens do território que estão no Ensino Fundamental, Médio e Superior, respectivamente.

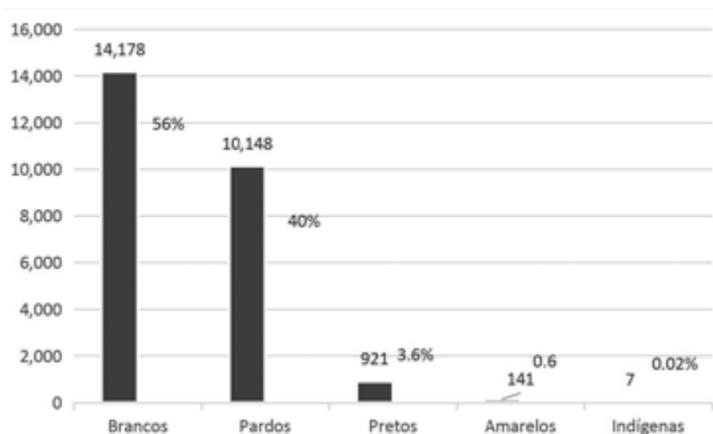
Gráfico 13 - Jovens que frequentam a escola no Território Seridó



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A faixa etária pesquisada engloba em sua maioria os estudantes que estão cursando o Ensino Médio. Isso pode explicar o maior contingenciamento de jovens nessa faixa de ensino. No entanto, os dados do Censo 2010 mostram que ainda existe um alto percentual de jovens com mais de 15 anos que estão cursando o Ensino Fundamental. Em compensação, o número dos que estão matriculados no Ensino Superior é de 6% desses jovens. A pesquisa realizada pelo IBGE não indica se essa população juvenil está matriculada em instituições educacionais localizadas no próprio Território Seridó ou em outros municípios.

Gráfico 14 - Jovens que frequentam a escola no Território Seridó, por cor ou raça



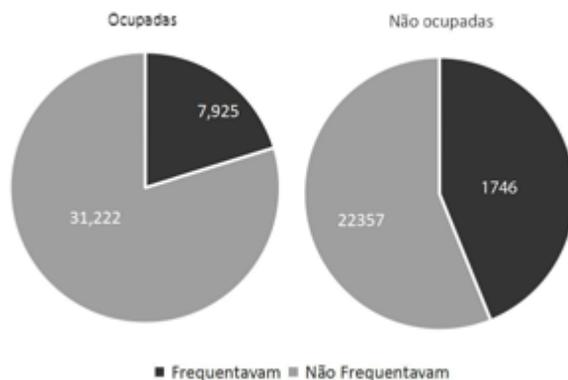
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Ao se especificar por cor ou raça o total dos que frequentam a escola no Território Seridó, que é de 25.390, percebe-se que em sua maioria estão os que se declaram brancos, com 56%, seguidos de 40% pardos; 3,6% pretos e 0,6% que se declararam de cor amarela.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2010, o panorama da ocupação e geração de renda da juventude rural residente no

Território Seridó que frequenta ou não a escola ocorre da forma apresentada no gráfico abaixo:

Gráfico 15 - Situação de ocupação e frequência à escola da juventude no Território Seridó



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

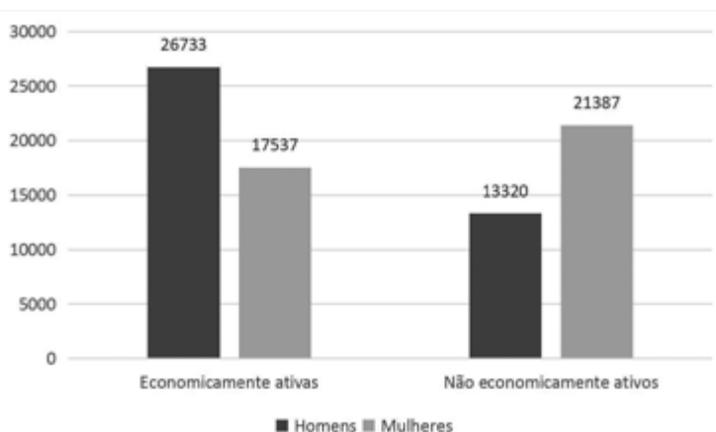
O total de pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos com alguma ocupação era de 39.147, sendo que, desses, 7.925 frequentavam os estabelecimentos de ensino, seja na Educação Básica ou Superior. Isso significa que 20% da população juvenil do Seridó enfrenta a dupla jornada, trabalhando e estudando ao mesmo tempo.

Quando se averigua os dados acerca da população jovem que não trabalha, a qual totaliza 39.826 indivíduos, o contingente que frequenta as salas de aula aumenta consideravelmente, chegando a 17.469, ou aproximadamente 45%. No entanto, mesmo entre os jovens que não possuem ocupação, também é significativo o número dos que não frequentam as instituições escolares, alcançando 56%.

A população economicamente ativa, que é a parcela do contingente juvenil que desenvolve alguma ocupação – remunerada ou não –, como também aqueles que não trabalham, mas estavam

dispostos a trabalhar, é de mais de 44 mil, representando 56% dos habitantes do Território Seridó. Já cerca de 35 mil, ou 44%, é o percentual da população jovem que não está economicamente ativa.

Gráfico 16 - Pessoas entre 15 a 29 anos, por condição de atividade e de ocupação, por sexo no Território Seridó



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Conforme o gráfico acima, ocorre uma preponderância dos homens, com 34%, entre os economicamente ativos no Território Seridó, ao passo que as mulheres expressam 22% do total da população juvenil. Observando-se a faixa etária entre 15 e 19 anos, esses números ficam em 12% e 7%; entre 20 e 24 anos, 24% e 16%; e, entre 25 e 29 anos, 25% e 16%, respectivamente.

Com efeito, os indicadores mostram que, no total, há uma variação entre os homens e mulheres jovens economicamente ativos de 12%, ficando igual aos números dos Territórios Agreste Litoral Sul e Trairi e abaixo do Mato Grande e Potengi, ambos com 13% cada. No entanto, essa diferença diminui ao se examinar as faixas etárias, ficando em 5%, 8% e 9%, nessa ordem. Como já

citado anteriormente, no país, essa oscilação é de 7% e, no estado potiguar, 9% no total.

No tocante à população juvenil não economicamente ativa, o gráfico acima indica que há um predomínio de mulheres, com 27%, e 17% de homens. Isso significa que há um número consideravelmente maior de mulheres, o que equivale a 10% a mais do que os homens, que não possuem potencial de mão de obra com que o setor produtivo pode contar. Comparativamente aos demais territórios, essa taxa é igual no Agreste Litoral Sul e Trairi e alcança 9% no Mato Grande e Potengi, assim como no Rio Grande do Norte.

No território há uma prevalência de pessoas do sexo feminino que não estão inseridas e participando do setor produtivo, assim como não estão procurando se incorporar.

Ao pesquisar a condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade nele, depreende-se que 23% da juventude economicamente ativa é responsável pela residência. O índice é de 6% entre os jovens inativos economicamente, ou seja, mesmo os jovens que apenas realizaram atividade não remunerada no próprio domicílio ou não trabalharam nem procuraram emprego na semana em que ocorreu a pesquisa também assumem a responsabilidade pela família.

Território da Cidadania Mato Grande

O Território da Cidadania Mato Grande é composto por 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

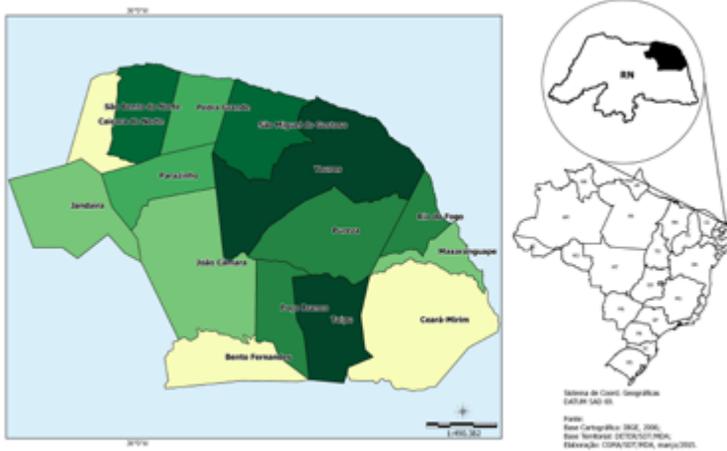


Figura 3 - Municípios do Território da Cidadania Mato Grande

A Figura 3 mostra a localização desse território no mapa do Rio Grande do Norte, assim como a configuração do seu espaço geográfico. O município de João Câmara, com 32.227 habitantes, é caracterizado como centro polarizador do território. Destacam-se ainda os municípios de Ceará-Mirim, com 68.141, localizado na Região Metropolitana de Natal, e Touros, com 31.089, no Litoral Norte. Já São Bento do Norte é o que possui menos habitantes, com 2.975.

Tabela 11 - Dados básicos do Território da Cidadania Mato Grande

Variável	Valor
Área (em km ²)	5.702,25
População total (hab.)	224.107
População urbana (hab.)	109.589
População rural (hab.)	114.518
Nº de Famílias Assentadas – Reforma Agrária	5.375
Número de Projetos – Reforma Agrária	84
Área reformada - Reforma Agrária (em hectares)	137.680
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	7.234
Pessoal ocupado na agricultura familiar	18.907

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). INCRA (2014). Atlas do Desenvolvimento Humano (2014). Índice de Desenvolvimento Humano PNUD (2014).

Com expõem os dados do Censo Demográfico 2010, no território reside uma população total de 224 mil habitantes, configurando 7% do total da população do RN, concentrada em uma área de 5 mil km².

Conforme a tabela acima, a ruralidade está bastante presente nesse território, em que a população que mora nas comunidades rurais ultrapassa a urbana, com 51% e 49%, respectivamente. Essa questão também se observa no número de famílias assentadas da Reforma Agrária, que é de 5.375, assim como o número de projetos e de estabelecimentos da agricultura familiar, o total de área reformada e o pessoal ocupado na agricultura familiar, que, proporcionalmente, ultrapassa os demais territórios.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre a população total e a população juvenil, mostrando também quantos jovens estão frequentando o ambiente escolar no Território Mato Grande.

Tabela 12 - Pessoas que frequentam a escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade no Território Mato Grande – 15 a 29 anos

Município	População Total	Total de Jovens	Juventude na escola		
			Homens	Mulheres	Total
Bento Fernandes	5.113	1.498	385	298	683
Caiçara do Norte	6.016	1.686	292	242	534
Ceará-Mirim	68.141	19.740	3.546	3.529	7.075
Jandaíra	6.801	1.924	305	291	596
João Câmara	32.227	9.343	1.709	1.850	3.559
Maxaranguape	10.441	2.939	578	555	1.133
Parazinho	4.845	1.371	254	263	517
Rio do Fogo	10.059	2.762	530	501	1.031
Pedra Grande	3.521	1.047	203	196	399
Poço Branco	13.949	4.211	702	643	1.345
Pureza	8.424	2.312	491	383	874
São Bento do Norte	2.975	822	167	153	320
São Miguel do Gostoso	8.670	2.667	544	385	929

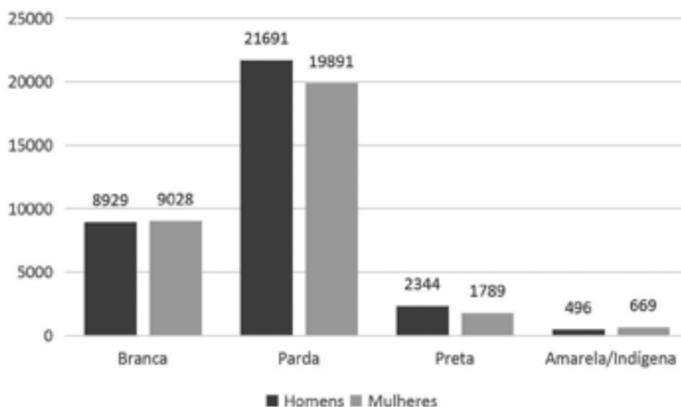
Continuação da Tabela 12.

Município	População Total	Total de Jovens	Juventude na escola		
			Homens	Mulheres	Total
Taipu	11.836	3.455	594	501	1.095
Touros	31.089	9.072	1.527	1.173	2.700
Total Território Mato Grande	224.107	64.849	11.827	10.963	22.790

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O Território Mato Grande apresenta uma representatividade significativa da juventude rural no estado, totalizando 64.849 de pessoas no grupo etário de 15 a 29 anos, o que corresponde a 22% dos habitantes do território e 7% do total dos jovens potiguares. A composição da juventude por gênero se mostra bastante aproximada com 51,6% de homens e 48,4% de mulheres. No gráfico abaixo é possível observar essa população juvenil por cor ou raça e sexo.

Gráfico 17 - População residente entre 15 e 29 anos, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

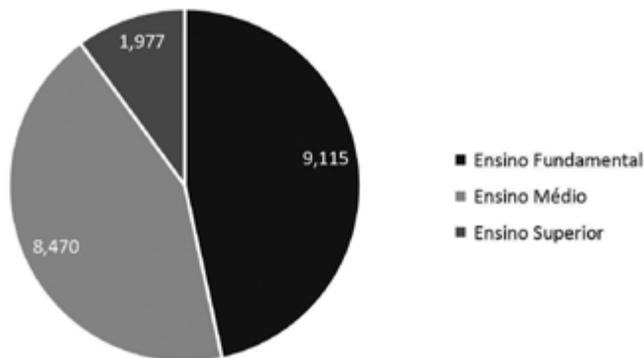
A população residente no Território Mato Grande é majoritariamente parda, com 34% dos homens e 31% das mulheres; em seguida aparecem os brancos, com 13,8% e 13,9%; pretos com 4% e 3%; e amarelos e indígenas perfazem 0,7% e 1%, respectivamente.

Conforme explicado anteriormente, o censo demográfico do IBGE não utiliza o termo “negro” como método de identificação racial, mas esse grupo reúne os dados dos pretos e pardos. A partir dessa visão, ao fazer essa somatória no Mato Grande, existem mais de 70% de negros e cerca de 28% de brancos. Esse território se configura como maior percentual de juventude negra, em comparação com as demais localidades. O perfil dos jovens do Mato Grande apresenta uma diferença significativa entre esses dois grupos étnicos, com uma preponderância dos negros.

Com relação aos dados sobre educação no Território Mato Grande, a tabela acima indica que, no total, em todos os níveis de ensino, existem 22.790 jovens entre 15 a 29 anos que estão frequentando a escola. Os três municípios mais populosos são também os que possuem o maior número de estudantes: Ceará-Mirim, com mais de sete mil estudantes, seguido de João Câmara, com 3.559, e Touros, com 2.700. Já os municípios com o menor contingente populacional são também os que têm menos jovens no ambiente escolar: Parazinho, com 517, Pedra Grande, com 399, e São Bento do Norte, com 320.

Esses dados mostram que os jovens estudantes representam 10% da população geral e 35% da população juvenil do território. Ao se analisar pelo recorte de gênero, verifica-se que, do total de estudantes, cerca de 52% são do gênero masculino e 48% são do feminino e que, nos municípios, esse percentual praticamente se mantém, não ocorrendo muita discrepância com relação à quantidade de homens e mulheres. Provavelmente, apenas no município de Touros a diferença ultrapassa esse percentual do território, chegando a mais de 56% de pessoas do sexo masculino.

Gráfico 18 - Jovens que frequentam a escola no Território Mato Grande, por nível de ensino



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico acima mostra que, do total de jovens que frequenta a escola no Território Mato Grande, a maioria encontra-se no Ensino Fundamental e Médio, com 40% e 37% dos jovens, respectivamente. E, desse mesmo total, 8,7% dos jovens que moram nos municípios localizados nesse território estão cursando o Ensino Superior.

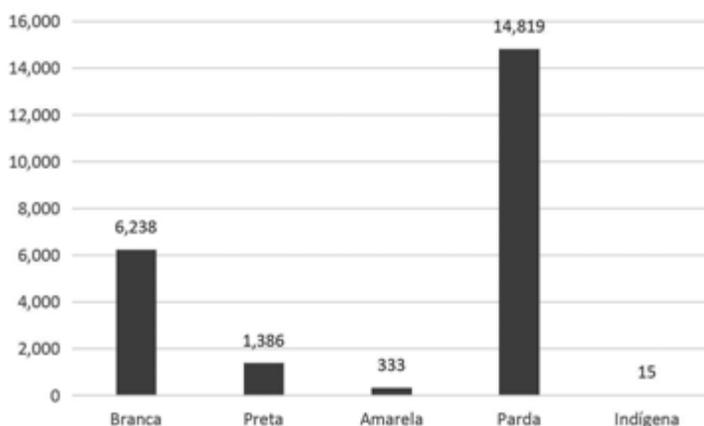
O acesso à educação é realizado nas escolas municipais, estaduais, públicas ou particulares. O território também possui duas unidades do IFRN, em João Câmara e Ceará-Mirim.

Em João Câmara, são ofertados os cursos técnicos de Administração, Cooperativismo, Eletrotécnica, Informática e Licenciatura em Física e Tecnologia em Energias Renováveis. A instituição também oferece dois cursos de pós-graduação: Organização e Gestão Escolar (Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos) e Educação, Sustentabilidade e Geografia do Semiárido.

No município de Ceará-Mirim, o IFRN disponibiliza os cursos técnicos em Programação de Jogos Digitais, Manutenção e Suporte em Informática, Informática e em Equipamentos Biomédicos.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo e o percentual da população jovem que frequenta os estabelecimentos de ensino do território por cor ou raça.

Gráfico 19 - Jovens que frequentam a escola no Território Mato Grande, por cor ou raça



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

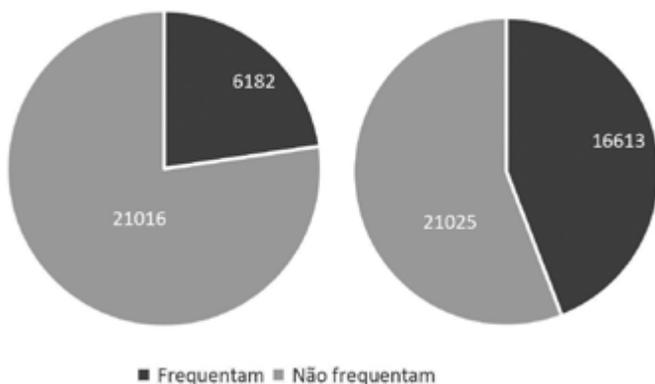
No gráfico acima, constata-se que a maioria dos jovens que frequentam a escola no Território Mato Grande se declararam pardos, correspondendo a 65% do total da população juvenil que está no ambiente escolar. Em segundo, estão os brancos, com 27%, seguidos dos pretos, com 6%. Os jovens que se declararam amarelos correspondem a somente 1,5%.

Com relação aos indígenas, segundo Guerra (2007), a região do Mato Grande, especialmente o município de João Câmara, abriga a comunidade de remanescentes indígenas dos Mendonça,

na comunidade do Amarelão e no Assentamento Santa Terezinha. No entanto, dos jovens que frequentam a escola naquele território, apenas 0,06% se identificaram como indígenas.

A situação de ocupação e frequência da juventude nas escolas no Território Mato Grande está disposta de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 20 - Situação de ocupação e frequência na escola da juventude no Território Mato Grande



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico elaborado com base nos dados do Censo 2010 evidencia que do total de jovens do território, que chega a quase 65 mil, 42% estão ocupados, enquanto 58% não estão ocupados. Esses números se aproximam dos encontrados para o estado, no universo da população juvenil, que gira em torno de 46% e 54%, respectivamente.

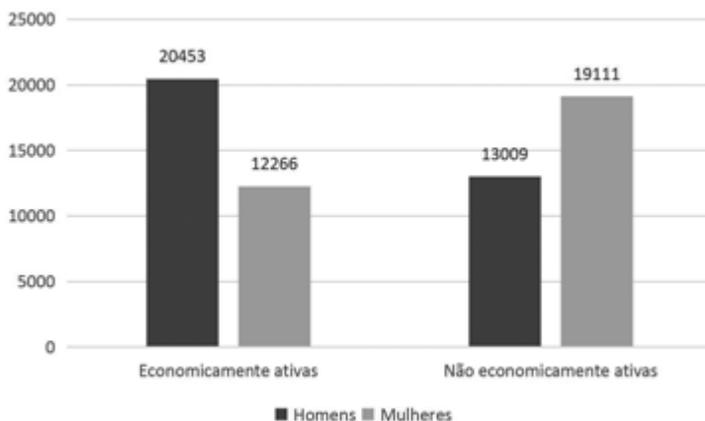
O percentual de jovens ocupados que estão frequentando as instituições escolares é de 6.182, o que corresponde a 23% dos matriculados em todos os níveis de ensino, desde o Básico até o Superior, inclusive cursos pré-vestibular e Alfabetização de Jovens e Adultos. Por outro lado, chega a 16.613, ou 44%, o percentual

da população juvenil que não trabalha, mas está participando da vida escolar.

Os dados também expressam que 77% das pessoas ocupadas e 56% das não ocupadas não frequentam a escola.

Ao analisar a população que está economicamente ativa, sendo empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria ou mesmo sem rendimento, mas que exercem alguma ocupação no território, assim como os que não exercem ocupação, mas estavam procurando trabalho no momento da pesquisa do IBGE, chega-se aos seguintes resultados, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 21 - Pessoas entre 15 a 29 anos, por condição de atividade e de ocupação, por sexo no Território Mato Grande



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico corrobora a tendência dos resultados dos demais territórios e do estado ao demonstrar que os homens são a maioria da população economicamente ativa, assim como as mulheres predominam entre os Não Economicamente Ativos, que se referem às

pessoas não classificadas como ocupadas e desocupadas, isto é, aquelas que não possuem idade, interesse ou condições de exercer algum ofício.

Os resultados mostram que a população economicamente ativa do Território Mato Grande é formada por 32% de pessoas do sexo masculino e 19% do feminino, ou seja, além de serem maioria, os homens também mostram uma larga vantagem, com um percentual de 13% a mais do que as mulheres, como mão de obra com a qual o setor produtivo pode contar.

Esses dados repercutem na população não economicamente ativa, em que as mulheres constituem 29% e os homens 20%. Isso significa que ao mesmo tempo em que estão menos no mercado de trabalho, as mulheres são as que têm menos oportunidades para procurar uma ocupação.

Ao analisar a população não economicamente ativa na faixa entre 15 e 19 anos, que corresponde ao maior percentual de pessoas que não possuem idade para trabalhar, o número não apresenta muita variação, com 23% de homens e 27% de mulheres. No entanto, as diferenças começam a ser mais significativas nas faixas etárias seguintes, momento em que os homens passam a participar ainda mais do mercado de trabalho. Entre 20 a 24 anos, apenas 10% dos homens e 18% das mulheres não estão economicamente ativos. Já entre 25 e 29 anos, o público do sexo masculino reduz para 6%, e do feminino, para 15%.

Esses dados apontam que em todas as faixas etárias, mesmo naquelas que agregam as pessoas que não possuem idade para o mercado de trabalho, existe uma supremacia das mulheres entre as pessoas que não integram o sistema produtivo e econômico do território.

Outro resultado interessante é que, ao analisar a condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pela residência, 23% da população juvenil economicamente ativa é considerada pessoa responsável e esse percentual é de 9% entre os inativos economicamente.

Território Rural Trairi

O Território do Trairi é constituído por 15 municípios: Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Januário Cicco, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Presidente Juscelino, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

A sede do território é Santa Cruz, com 35.797 habitantes. Entre os mais populosos estão os municípios de Tangará, com 14.175, e São José do Campestre, com 12.356. Por outro lado, Monte das Gameleiras possui 2.261 habitantes, figurando como o menos populoso do território.

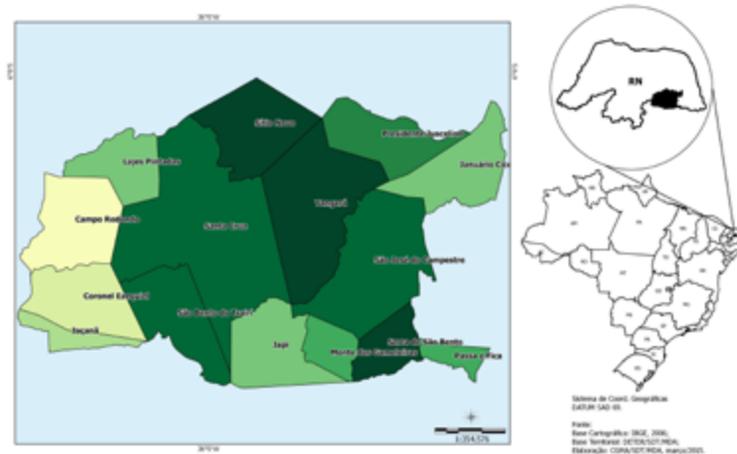


Figura 4 - Municípios do Território Rural Trairi

Conforme os dados do Censo 2010, o território possui uma área de 3 mil km² e agregava uma população de 141.866 habitantes. Desse total, residiam na zona urbana cerca de 93.901 habitantes e 47.965 na zona rural.

Tabela 13 - Dados básicos do Território Rural Trairi

Variável	Valor
Área (em km ²)	3.065,11
População total (hab.)	141.866
População urbana (hab.)	93.901
População rural (hab.)	47.965
Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	834
Número de Projetos – Reforma Agrária	11
Área reformada – Reforma Agrária (em hectares)	20.841
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	7.918
Pessoal ocupado na agricultura familiar	20.307

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). INCRA (2014)

Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).

Índice de Desenvolvimento Humano PNUD (2014).

Os dados contidos na tabela acima revelam que o Território do Trairi acompanha a tendência de urbanização que caracteriza todo o estado do Rio Grande do Norte nas últimas décadas. Em 2010, sua população correspondia a 4,5% do total do estado. No entanto, mais de 20 mil pessoas se dedicam à agricultura familiar no território, ao mesmo tempo em que 834 famílias foram assentadas na Reforma Agrária. A tabela abaixo mostra o total da população em cada município, além do recorte da população juvenil e, desses, quantos estão estudando.

Tabela 14 - Pessoas que frequentam a escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade no Território Trairi – 15 a 29 anos

Município	População Total	Total de Jovens	Jovens que frequentam a escola		
			Homens	Mulheres	Total
Campo Redondo	10.266	2.785	392	418	810
Coronel Ezequiel	5.405	1.479	255	229	484
Jaçanã	7.925	2.187	354	360	714
Januário Cicco	9.011	2.484	467	432	899
Japi	5.522	1.534	249	245	494
Lajes Pintadas	4.612	1.281	161	191	352
Monte das Gameleiras	2.261	640	117	151	268
Passa e Fica	11.100	3.224	522	516	1.038
Presidente Juscelino	8.768	2.462	540	381	921
Santa Cruz	35.797	10.598	1.591	1.721	3.312
São Bento do Trairi	3.905	1.124	136	136	272
São José do Campestre	12.356	3.492	655	607	1.262
Serra de São Bento	5.743	1.634	279	239	518
Sítio Novo	5.020	1.465	223	226	449

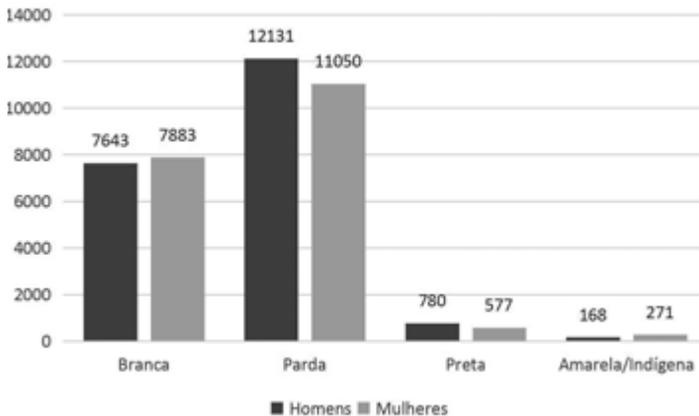
Continuação da Tabela 14.

Município	População Total	Total de Jovens	Jovens que frequentam a escola		
			Homens	Mulheres	Total
Tangará	14.175	4.094	674	632	1.306
Total Território Trairi	141.866	40.483	6.615	6.484	13.099

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No Território Trairi, existem 40.483 pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos, sendo formada por 51% de homens e 49% de mulheres, representando cerca de 13% da população do território e 4,5% da juventude potiguar. O gráfico a seguir mostra a segmentação da população jovem residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade.

Gráfico 22 - População residente entre 15 e 29 anos, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

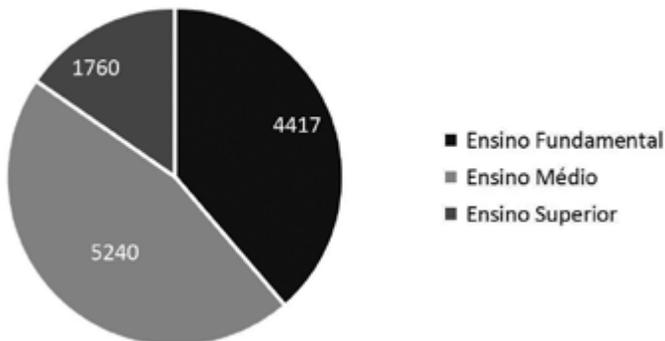
Assim como no Agreste, Mato Grande e Potengi, a divisão do contingente populacional da juventude do Trairi mostra que os pardos são a maioria, com 30% de homens e 27% de mulheres. Os brancos representam cerca de 40% dos habitantes; os pretos 3,5%; e os amarelos ou indígenas somam pouco mais de 1%.

Vale ressaltar que o IBGE utiliza essa classificação “pretos” em um sentido diferente de “negros”. Para formar a classificação de negros, é comum que seja somada a população preta à população parda para a formação de um grupo. Para tanto, usar o termo preto não é equivalente a usar a categoria negro, que pode incluir os pardos.

Nesse caso, pode-se afirmar que a maioria da população do Território Trairi é formada de negros, pois quando se somam as categorias de pretos e pardos, o total chega a 60%. Com exceção do Seridó, em que a maioria é branca, esse resultado coincide com os demais territórios pesquisados, sendo o quarto com mais jovens negros, atrás do Mato Grande, com 70%, Potengi, com 69%, e Agreste, com 65%.

No que diz respeito ao direito à Educação Básica e ao acesso ao Ensino Superior, o Censo 2010 indica que a quantidade de jovens que frequenta a escola no Território Trairi é de 13.099 indivíduos, representando 32% do total de jovens na localidade. Esse número também significa 32% do total da composição populacional do território. O recorte por gênero fica similar aos demais territórios, em que existe praticamente a mesma proporção de homens e mulheres frequentando o ambiente escolar, com 50,5% de homens e 49,5% de mulheres jovens no Território Trairi.

Gráfico 23 - Jovens que frequentam a escola no Território Trairi, por nível de ensino

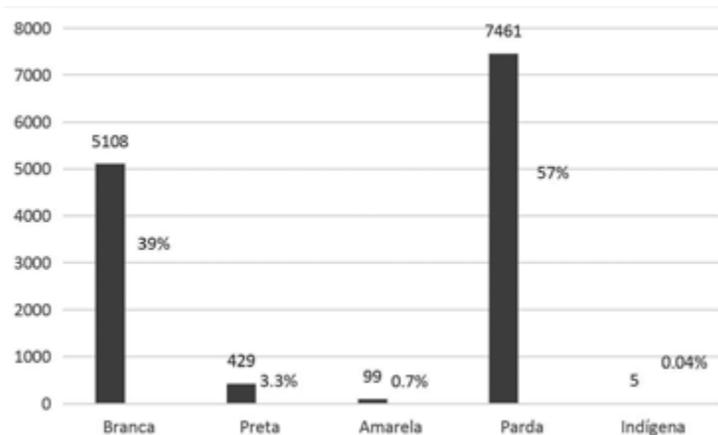


Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Do total de jovens que frequenta a escola no Território Trairi, a maioria está no Ensino Médio, com 40%. No entanto, ainda é significativo o percentual da população juvenil que está no Ensino Fundamental, que chega a 33%. Com relação ao Ensino Superior, o percentual chega a 13%, sendo o território que apresenta a maior quantidade de jovens nesse nível, quando comparado aos demais.

No Território Trairi, além dos estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, com os níveis Fundamental e Médio, há uma unidade do IFRN no município polo de Santa Cruz oferecendo os seguintes cursos: Refrigeração e Climatização, Mecânica, Informática e Manutenção e Suporte em Informática, assim como as Licenciaturas em Física e Matemática. No mesmo município, existe ainda a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), uma Unidade Acadêmica Especializada da UFRN que oferta os cursos de graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição desde 2009. A Universidade Vale do Acaraú (UVA) também mantém um polo no município de Santa Cruz, ofertando, principalmente, a graduação em Pedagogia.

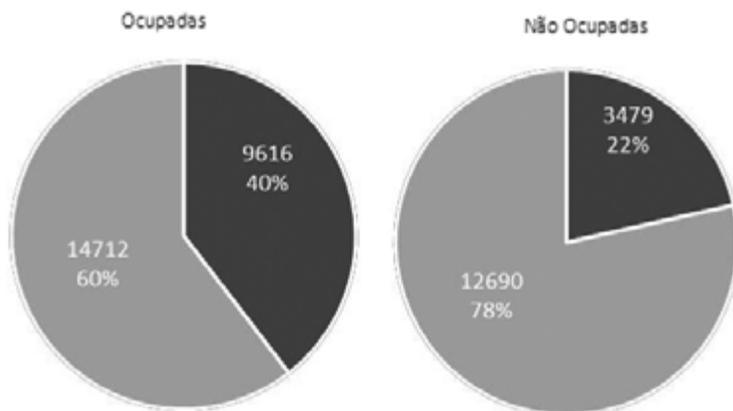
Gráfico 24 - Jovens que frequentam a escola no Território Trairi, por cor ou raça



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Ao fazer o recorte dos dados por cor ou raça, verifica-se que a população juvenil que frequenta a escola no Território Trairi é majoritariamente parda, com um percentual correspondente a 57%, seguido dos estudantes que se declararam brancos, com 39%. Os que se identificaram enquanto pretos foram 3,3%, seguidos dos da cor amarela, 0,7%, e dos indígenas, 0,04%.

Gráfico 25 - Situação de ocupação e frequência à escola da juventude no Território Trairi



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

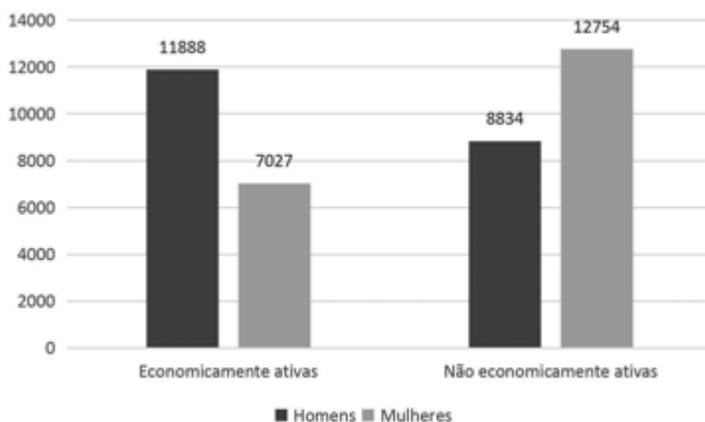
Do total de jovens do Território Trairi, pouco mais de 16 mil, que equivale a 40%, estão ocupados em algum tipo de trabalho e 60% não estão ocupados – cerca de 24 mil jovens. Esses números refletem praticamente os mesmos percentuais presentes nos demais territórios pesquisados e nos números do estado, em que 46% da juventude está ocupada e 54% não possui ocupação.

Com relação à situação escolar, a maioria dos que estão ocupados, com 78%, não frequenta a escola, sendo que 22% frequenta. Os dados também mostram que, dos não ocupados, 40% frequenta as instituições escolares e 60% não trabalha nem estuda. Esses dados mostram discrepância em relação aos números estaduais, em que 47% dos não ocupados ainda estuda e 53% não frequentam a escola nem possuem ocupação.

Com relação à população economicamente ativa, a população juvenil é formada por 47% de pessoas que participam de forma ativa da economia do território e o maior contingente desses

jovens, 53%, não é economicamente ativo. A composição por sexo se apresenta da seguinte forma, conforme demonstra o gráfico:

Gráfico 26 - Pessoas entre 15 a 29 anos, por condição de atividade e de ocupação, por sexo no Território Trairi



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados do Censo 2010 no Território Trairi reforçam a desigualdade de gênero entre as pessoas ativas economicamente e as inativas, em que os homens são os que mais estão presentes no mercado de trabalho ou em algum tipo de ocupação, seja remunerada ou não.

No universo da população jovem, 29% dos homens participam ativamente da economia, enquanto as mulheres representam 17%. Esses são os menores percentuais entre os territórios pesquisados; ficam bem abaixo dos dados do estado, em que 32% dos homens e 23% das mulheres são considerados economicamente ativos.

Por faixa etária, essas diferenças se mantêm, mesmo na idade entre 15 e 19 anos, em que 14% dos homens participa da população ativa economicamente e as mulheres representam 8%.

Ao se analisar a população não economicamente ativa do Território Trairi, percebe-se que as mulheres representam um contingente maior do que o encontrado nos outros territórios pesquisados, com 32%. Contudo, a diferença entre os homens, com 22%, é de 10%, mantendo basicamente os mesmos índices dos demais territórios e do estado.

Com relação às pessoas que compartilham a responsabilidade pelo domicílio, 25% dos jovens que são economicamente ativos e 8% dos inativos economicamente são responsáveis pelo domicílio.

Território Potengi

O Território do Potengi foi contemplado como Território da Cidadania em 2009, quando foram previstas um total de 58 ações com a atuação de nove ministérios que integram o programa. Esse território é formado pelos municípios Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Elói de Souza, conforme mostra a figura a seguir:

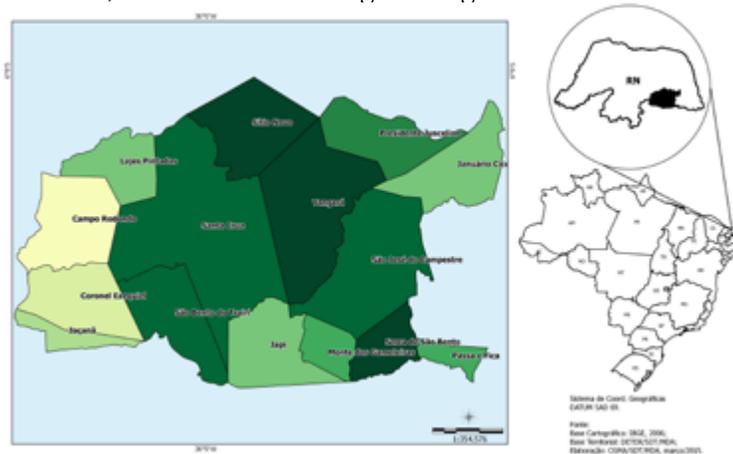


Figura 5 - Municípios do Território Potengi

O Território Potengi é composto por 11 municípios, em uma área de 2,7 mil km², e agrega uma população de 82.195 habitantes, correspondendo a 2,5% da população total do estado (IBGE, 2010). A sede do Território é o município de São Paulo do Potengi, que totaliza 15.843 habitantes, caracterizado como centro polarizador no território. Em segundo lugar, o município mais populoso é Ielmo Marinho, com 12.171 pessoas, seguido de São Tomé, com 10.827. O menos populoso é Lagoa de Velhos, com 2.668 habitantes.

Tabela 15 - Dados básicos do Território da Cidadania Potengi

Variável	Valor
Área (em km ²)	2.773,69
População total (hab.)	82.195
População urbana (hab.)	44.318
População rural (hab.)	37.877
Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	1.232
Número de Projetos – Reforma Agrária	14
Área reformada – Reforma Agrária (em hectares)	32.580
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	5.221
Pessoal ocupado na agricultura familiar	13.485

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

INCRA (2014) Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).

Índice de Desenvolvimento Humano PNUD (2014).

De acordo com a Tabela 15, no território, a população é mais urbana, com 54%, que rural, com 46%. No total, o número

de famílias assentadas chega a 1.232 e mais de 13 mil pessoas se ocupam da agricultura familiar.

A juventude do Território Potengi que frequenta a escola totaliza 8.032 pessoas, correspondendo a cerca de 10% da população total do RN e 7% do total de jovens que vivem nesse território, conforme a tabela abaixo.

Tabela 16 - Pessoas que frequentam a escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade no Território Potengi, entre 15 e 29 anos

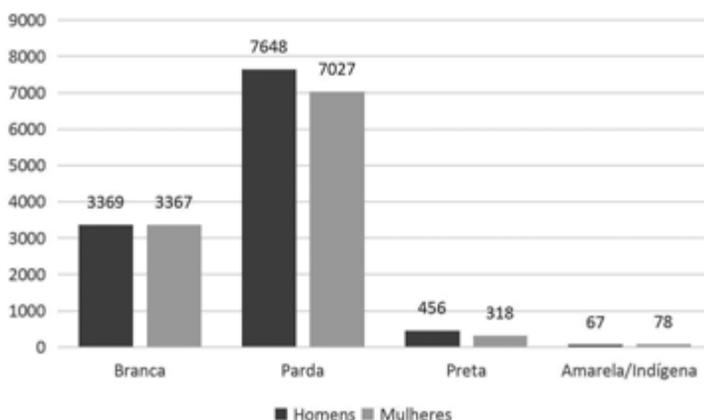
Município	População Total	Total de Jovens	Jovens na escola		
			Homens	Mulheres	Total
Barcelona	3.950	987	225	172	397
Bom Jesus	9.440	2.532	419	440	859
Ielmo Marinho	12.171	3.428	583	632	1.215
Lagoa de Velhos	2.668	754	194	156	350
Riachuelo	4.762	1.961	423	372	795
Ruy Barbosa	7.067	981	187	199	386
Santa Maria	3.595	1.350	244	190	434
São Paulo do Potengi	15.843	4.435	798	701	1.499
São Pedro	6.235	1.638	296	252	548
São Tomé	10.827	2.777	487	451	938
Senador Elói de Souza	5.637	1.487	299	312	611
Total Território Potengi	82.195	22.330	4.155	3.877	80.32

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Entre os territórios pesquisados, o Potengi é o que apresenta o menor percentual da população juvenil do estado, com 22.330 jovens nos onze municípios, equivalente a 27% da população total do território e 2,5% da população dos jovens do estado.

Assim como nos demais territórios, a divisão por gênero também se apresenta equilibrada entre os jovens, com 52% de homens e 48% de mulheres. O gráfico abaixo propicia a visualização do perfil da população jovem por sexo e cor:

Gráfico 27 - População residente entre 15 e 29 anos, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

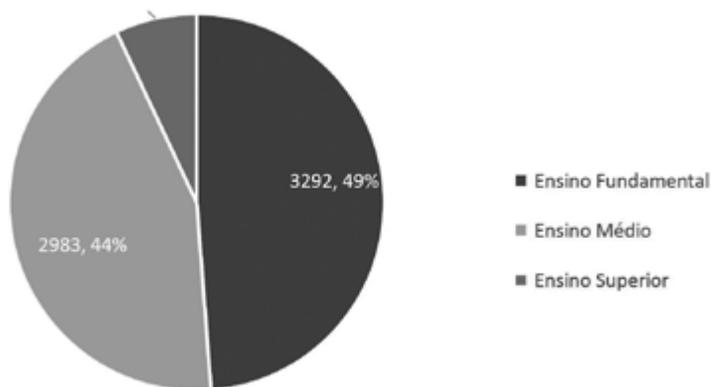
Assim como no Brasil e no Rio Grande do Norte, e equiparando-se aos territórios Agreste Litoral Sul, Mato Grande e Trairi, os moradores do Potengi são predominantemente pardos, com 34% de homens e 32% de mulheres. O número de brancos é o mesmo, independentemente do sexo, com 15% cada; os pretos somam 3,5%, e amarelos e indígenas são 0,6%.

Ao se verificar o segmento mais genérico de “negros”, que reúne as cores “preta” e “parda”, conforme a terminologia oficial do IBGE, determina-se que a juventude negra no Potengi ultrapassa os 69%, sendo o segundo território com mais jovens negros, atrás apenas do Mato Grande. Isso significa que a necessidade de

políticas públicas específicas para a população juvenil negra e ações afirmativas de valorização de sua raça e cultura devem ser um dos desafios da agenda governamental.

No tocante à participação escolar, quando se observa o total dos estudantes do território, 51,7% dos jovens que estão matriculados regularmente são do gênero masculino e 48,3% são mulheres. São Paulo do Potengi, que é o município polo do território, configura-se como o que mais apresenta jovens estudantes, com 1.499. O segundo município com mais jovens na escola é Ielmo Marinho, com 1.215, seguido de São Tomé, com 938. Por outro lado, Lagoa de Velhos é o município com menos jovens na escola, totalizando 350 pessoas.

Gráfico 28 - Jovens frequentam escola no Território Potengi, por nível de ensino



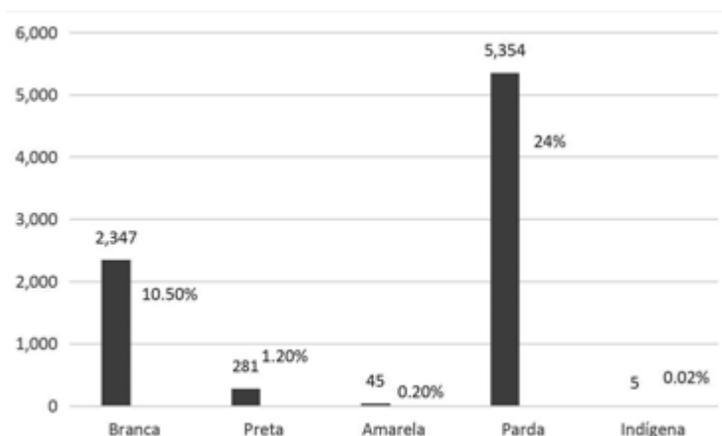
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Com relação aos níveis de ensino frequentados pelos jovens no Território Potengi, verifica-se que a maioria está concentrada no Ensino Fundamental e Médio, com 49% e 44%, respectivamente. Assim como nos demais territórios, o contingente de jovens que está

no Ensino Superior é bastante inferior aos demais níveis escolares e, no Potengi, esse percentual fica em 7% do total de jovens que participam da vida escolar.

Esses jovens estão frequentando as escolas municipais e estaduais que ofertam o Ensino Básico. No território há ainda um Campus do IFRN, em São Paulo do Potengi, que oferece os cursos de Edificações e Meio Ambiente. A UVA também está presente com cursos de graduação nos municípios de São Paulo do Potengi, São Tomé e Senador Elói de Souza.

Gráfico 29 - Jovens frequentam escola no Território Potengi, por cor ou raça

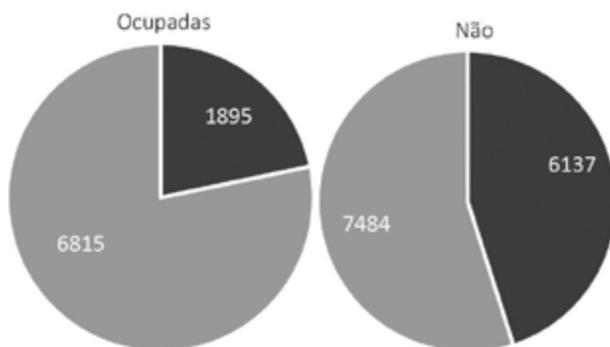


Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico acima ilustra o contingente da população jovem que frequenta a escola no Território Potengi, separando-se por cor ou raça. Assim como no Território Mato Grande, a maioria dos jovens se declarou parda, com 24%, seguido dos indivíduos de cor branca, com 10,5%. Apenas 1,2% se considerou de cor preta; 0,2% de cor amarela e 0,02% indígenas.

A seguir, o gráfico traz os dados acerca da situação de ocupação dos jovens no território e a comparação com a frequência à escola.

Gráfico 30 - Situação de ocupação e frequência à escola da juventude no Território Potengi



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O total de jovens que possui alguma ocupação no Território Potengi é de cerca de nove mil pessoas, correspondendo a 39% do total de jovens do município. Isso significa que a maioria dos jovens, mais de 13 mil, não possui ocupação, representando 61% da população juvenil do território.

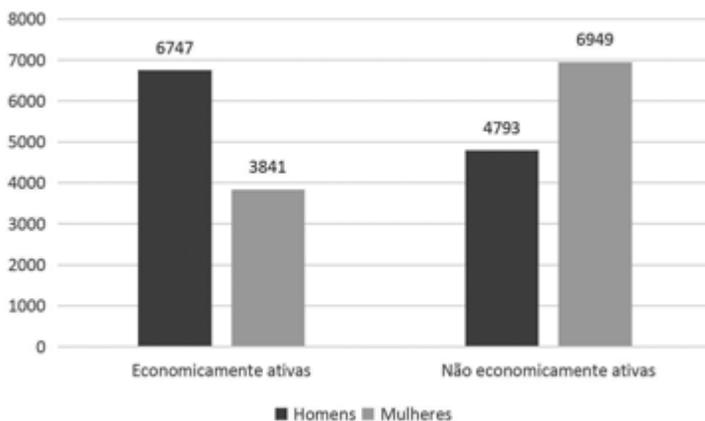
Ao se comparar os dados do Censo 2010 a respeito da ocupação com as informações relativas à frequência à escola, é possível verificar que há uma preponderância dos jovens que trabalham e não frequentam a escola, com 78%, ao passo que 22% dos jovens ocupados do território estão frequentando os estabelecimentos de ensino.

Em contrapartida, com relação aos jovens que não dispõem de ocupação, esses números são mais aproximados. Um total de 7.484, ou seja, 55% dos jovens não ocupados também não frequentam a escola, enquanto 6.137, representando 45%, frequentam o ambiente escolar. É possível, nesse sentido, verificar que há um desafio

maior por parte da população juvenil em conciliar o trabalho e a continuidade dos estudos.

No universo da população jovem do Território Potengi, 47% são consideradas economicamente ativas e 53% inativas. Esses números são proporcionalmente inversos aos encontrados na população do Rio Grande do Norte, em que 55% dos jovens são ativos economicamente e 45% são inativos, mostrando que o território pesquisado apresenta significativas dificuldades para oferecer alternativas de geração de renda e trabalho para seus habitantes. O gráfico a seguir revela as diferenças por sexo entre os economicamente ativos e não ativos.

Gráfico 31 - Pessoas entre 15 a 29 anos, por condição de atividade e de ocupação, por sexo no Território Potengi



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O gráfico acima denota a realidade da população economicamente ativa ou não no Território Potengi, evidenciando as

desigualdades de gênero da juventude e reafirmando o que já foi observado nos demais territórios e no estado, em que os homens representam a maior parcela do contingente populacional que trabalha ou que está procurando emprego. No território analisado, as pessoas do sexo masculino constituem 30%, e as do feminino, 17% da população juvenil que está em alguma ocupação ou disposta a conseguir um trabalho.

Esses são índices bem inferiores quando se compara com o Brasil, em que os homens representam 35% e as mulheres 28% entre aqueles de 15 a 29 anos que desenvolvem atividades em distintos setores da economia. No Rio Grande do Norte, esses indicadores são 32% e 23%, respectivamente.

Baseando-se nesses dados, verifica-se que o Território Potengi traduz uma diferença considerável de 13 pontos percentuais, igualando-se apenas ao Território Mato Grande e ficando acima dos demais territórios e do estado, que apresenta 9% de variação. Ao se comparar as faixas etárias, essa flutuação reduz para 8%, entre 15 e 19 anos, mas aumenta e se mantém praticamente estável de 20 a 24, com 11%, e de 25 a 29 anos, com 12%.

Com relação à população não economicamente ativa, os homens correspondem a 22%, e as mulheres, a 31%, sendo bem superior ao percentual das que estão participando ativamente da economia. Entre as faixas etárias, a diferença mais relevante fica entre 25 e 29 anos, em que apenas 7% dos homens e 14% das mulheres não possuem emprego, não estão aptas a trabalhar nem fizeram algum mínimo esforço para tal.

No território, 24% dos jovens economicamente ativos e 7% dos não economicamente ativos são responsáveis pelo domicílio.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

Nos últimos anos, vem ocorrendo uma ampliação das políticas públicas dedicadas aos jovens no Brasil, assim como tem aumentado a atenção dada a esse público, tanto por parte dos meios de comunicação de massa quanto por parte do meio acadêmico.

Essas políticas públicas devem ser responsáveis por atender de forma integral e articulada as necessidades da juventude, considerando que não envolvem um grupo homogêneo, surgindo daí o conceito de “juventudes”, para mostrar a pluralidade desse segmento. Essas políticas devem efetivar direitos já consagrados ou a se consagrar, levando em consideração a importância de atender “a demandas juvenis de distribuição, de reconhecimento e de participação” (ABRAMO, 2014, p. 56), além de responder à necessidade de construção da autonomia e emancipação nas trajetórias juvenis.

Existem algumas especificidades que caracterizam as políticas de juventude e o debate em torno dessas políticas sempre se pautou pela dificuldade de definições sobre a questão. Em parte, essa dificuldade se encontra no entendimento dessa categoria, juventude, que vem passando por transformações significativas desde os anos 1960, e foram sistematizadas Abramo (2005) em três fases distintas.

Na primeira fase, que compreende o período entre os anos 1960 e os anos 1980, a condição juvenil estava fortemente ligada ao perfil dos jovens escolarizados da classe média. Nesse momento, o debate central em torno do tema focava o papel dos jovens na continuidade ou transformação do sistema, em que as principais expressões dessa condição juvenil se configuravam nos “movimentos estudantis, na contracultura e no engajamento em partidos políticos de esquerda” (ABRAMO, 2005, p. 38).

O segundo período ocorre entre os anos 1980 e 1990, em que houve uma ascensão dos movimentos sociais e as lutas e conquistas

pelos direitos das crianças e dos adolescentes ganharam destaque. Andrade e Chagas (2015) salientam que a questão do limite tênue entre juventude e adolescência ganhou importância no fim dos anos 1980, no momento das discussões do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, o debate específico sobre a juventude brasileira intensificou-se. No entanto, o conceito de juventude ainda se referia à fase da adolescência e “os jovens propriamente ditos ficaram de fora do escopo das ações, e do debate sobre direitos e cidadania” (ABRAMO, 2003 apud ABRAMO, 2005, p. 38-39).

A última fase, conforme a autora, se inicia no final dos anos 1990 e, de certa forma, apresenta uma continuidade até a atualidade. Sua principal diferenciação das fases anteriores surge da concepção de a juventude ser entendida para além da adolescência. Para Abramo (2005, p. 39), essa mudança foi influenciada pela “‘descoberta’ de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí”. Além disso, também ocorreu uma

visibilidade de determinados atores juvenis que consolidaram na agenda pública a reivindicação pelo atendimento de demandas que se diferenciavam daquelas colocadas pelos jovens das gerações anteriores (SOUZA, 2013, p. 17).

Rocha (2012, p. 40 apud ANDRADE; CHAGAS, 2015, p. 10) confirma essa visão de que a ampliação do termo juventude começa na década de 1990, visto que

A visão de que o termo juventude poderia ir além da adolescência em risco e para além dos setores de classe média é mais recente; esse movimento se iniciou na década de 1990. A ampliação da preocupação das autoridades públicas e, sobretudo, de ONGs

(Organizações Não Governamentais) com a adolescência em risco levou a uma preocupação com os jovens após eles passarem da idade formal da adolescência, isto é, dos 18 anos.

Os autores explicam que nesse período de transição entre o século XX e o XXI o conceito de juventude passa a sair da dicotomia entre os adolescentes em risco e os jovens da classe média. Esse processo culminou, em 2005, com a definição de jovem como o público com faixa etária entre 15 e 29 anos, por meio da Lei nº 11.129. Em 2013, foi criado o Estatuto da Juventude, pela Lei nº 12.852, que passou a determinar os direitos a serem garantidos aos jovens.

Como salienta Abramo (2005), isso possibilitou que a juventude passasse à condição de problema político que vem tendo seu espaço ampliado nas agendas governamentais nos últimos anos, culminando na elaboração de políticas, planos e projetos, em que o entendimento da noção de juventude ocorre pelo fato de que

precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a *juventude*, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes (ABRAMO, 2005, p. 43-44, grifo da autora).

A autora ressalta que o singular da palavra juventude não permite a compreensão ampla das diferenças e desigualdades que são pertinentes a esta condição, devendo, assim, utilizar-se o termo *juventudes*. Nas palavras de Souza (2013, p. 17),

ao ser ressignificada a noção de juventude, levando-se em consideração que a condição juvenil se apresenta em diferentes

realidades, também se amplia a necessidade de que cada vez mais a vivência juvenil no Brasil seja potencializada por políticas públicas que expressem o posicionamento dos jovens a respeito do que desejam e objetivam, para que possam ter uma vida com qualidade, dignidade e satisfação.

O entendimento da resignificação e da pluralidade das juventudes propicia a implementação de uma multiplicidade de políticas públicas que possam abranger e atender as diversas realidades dos jovens. Diferente de outros países, no Brasil, “somente recente e lentamente pode-se observar preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens” (ABRAMO, 2007, p. 74).

Apesar de outras iniciativas anteriores, foi somente no início de 2003 que começou a ocorrer a mudança de diretriz governamental, com a implementação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude que, por meio de audiências públicas, conferência nacional e visitas a experiências internacionais, elaborou uma Emenda Constitucional, um Plano Nacional e um Estatuto da Juventude (ABRAMO, 2014). Em 2005, a Lei nº 11.129 criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude (Conjув) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que são marcos fundamentais nas políticas públicas para as juventudes no país.

Todo esse arcabouço de entidades, juntamente com outras iniciativas de diversos ministérios e secretarias, permitiu uma maior institucionalização das questões referentes ao público juvenil. No entanto, conforme salienta Souza (2013, p. 23),

Apesar de todos os órgãos [...] apresentarem de alguma forma uma ação programática que engloba a juventude, não identificamos sincronicidade entre essas ações, salvo no caso em que as parcerias são compostas por, pelo menos, mais um desses

órgãos, mas nesses casos as informações apresentadas apenas nos permitem perceber que a relação de parceria não garante, por si só, ações integradas voltadas à juventude.

Isso significa que diversos órgãos, como o Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário realizam ações de Políticas Públicas de Juventude, mostrando que as demandas desse segmento são potencialmente convergentes, possibilitando que ações governamentais sejam cada vez mais integradas. No entanto, isso não se traduz em sincronicidade das ações.

Mapeamento das políticas públicas existentes

O levantamento feito por Souza (2013) sistematiza as políticas, programas e projetos que possuem a juventude como público-alvo principal, relacionando com os direitos que compõem o Estatuto Nacional da Juventude. Contudo, para esta pesquisa, o que importa mais é o conjunto dessas políticas visando oferecer um panorama delas, organizado por órgão responsável. Para isso, a seguir serão elencados os programas, por órgão, com identificação do ano de criação e objetivos.

Quadro 1 - Políticas Públicas de Juventude

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
	<p>PLANO JUVENTUDE VIVA – 2012 Reduzir a vulnerabilidade dos jovens reduzindo as situações de violência física e simbólica. Enfrentar o genocídio da juventude negra. Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas. Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo seu direito à vida.</p>
1.	<p>PROGRAMA ESTAÇÃO JUVENTUDE Ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos, com ênfase naqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas. Proporcionar a estes o acesso a políticas, programas e ações integradas no território em que vivem. Oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude (PPJs) permanentes e locais para e com a juventude.</p>
	<p>PARTICIPATÓRIO Essa ferramenta é um espaço virtual interativo, voltado para a produção do conhecimento sobre e para a juventude brasileira. Produzir conhecimento em Rede. Promover a participação em ambientes virtuais. Mobilizar e disputar valores da juventude.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROJETO VIRA VIDA – 2013

Atendimento profissional, educação e de saúde para adolescentes vítimas do tráfico de pessoas que sofreram algum tipo de violência sexual.

POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO JOVEM MIGRANTE – Não consta ano

Construção de políticas garantidoras de direitos aos jovens migrantes e refugiados do país.

CURSO VIRTUAL SOBRE DIREITO DOS JOVENS BRASILEIROS

Orientar e informar os direitos dos jovens brasileiros, com o intuito de formação cidadã para o consumo consciente.

2.

FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA A PREVENÇÃO DE USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM ESCOLAS – Não consta ano

Dar instrumentos aos educadores para informar aos jovens sobre riscos e danos associados ao uso das drogas. Debater com a comunidade escolar o contexto em que se dá a experimentação de drogas pelos jovens e suas motivações e como lidar com as consequências do seu uso para a comunidade escolar.

EDITAIS PARA FINANCIAMENTOS DE PROJETOS CULTURAIS E ESPORTIVOS PARA JOVENS QUE CONTRIBUAM NA PREVENÇÃO DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – Não consta ano

Oferecer financiamento para projetos da sociedade civil, governos municipais e estaduais que contribuam na prevenção do uso de drogas pelos jovens.

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p>FINANCIAMENTO DE VAGAS DE JOVENS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DEPENDENTES DE DROGAS – Não consta ano Financiar vagas para tratamento de adolescentes e jovens em comunidades terapêuticas.</p> <p>PRODUÇÃO DE CARTILHAS DE ORIENTAÇÃO SOBRE RISCOS E DANOS DO USO DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA JOVENS Produção de material informativo sobre o uso de drogas por jovens.</p> <p>GESTÃO NACIONAL DE CONTRATOS DE ESTÁGIOS – Não consta ano Oferecer uma experiência profissional e auxiliar no desenvolvimento pessoal e social dos jovens, favorecendo uma postura mais efetiva como profissionais e cidadãos.</p> <p>MAPEAMENTO DOS PONTOS VULNERÁVEIS À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RODOVIAS – Não consta ano Visitar pontos de vulnerabilidade que propiciem exploração sexual.</p>
	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
3.	<p>PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM) – 2003 Promover a proteção da vida de crianças e adolescentes em contextos de ameaça de morte, assegurando os seus direitos fundamentais, na perspectiva da proteção integral.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	MINISTÉRIO DO ESPORTE
4.	<p>2035 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS – 2013</p> <p>Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e qualidade de vida.</p>
	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
5.	<p>PROGRAMA BOLSA VERDE – 2011</p> <p>Incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável). Promover a cidadania e melhoria das condições de vida. Elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.</p> <p>PROJETO JOVENS COMO PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – 2011</p> <p>Aproximar os jovens residentes em Unidades de Conservação e em seu entorno da gestão participativa dessas Unidades e demonstrar as possibilidades de ação e atuação profissional, educativa e cidadã em parceria com as próprias Unidades de Conservação.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

5. REVISTA JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE – 2014
Mapear, dar visibilidade e protagonismo para as juventudes que discutem e propõem soluções para problemas socioambientais, bem como experiências, ensaios e artigos de jovens e adultos, além de notícias e informações sobre juventude e meio ambiente.
- SUBTEMA “JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE” DA LINHA TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE DO PROEXT – PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – 2014
Apoio às iniciativas que promovam o envolvimento de jovens, dentro e fora da universidade, no cuidado com o meio ambiente e na gestão ambiental, por meio de atividades participativas.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

6. AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO DE PROTEÇÃO DOS JOVENS EM TERRITÓRIO VULNERÁVEL (PROTEJO) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2010
Avaliar o Protejo, que é um projeto que objetiva prestar assistência a jovens entre 15 e 24 anos expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. O programa atua na formação da cidadania por meio da oferta de bolsas para a realização de atividades profissionalizantes, educacionais, culturais e esportivas.
- AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO NOS ESTADOS DE CE, GO, MS, PA, RJ, SP E PI – 2011
Avaliar o projeto Jovem de Futuro, que se trata de uma ação de gestão escolar para resultados que oferece às escolas públicas do Ensino Médio apoio técnico e financeiro para que, em um período de três anos, seu desempenho seja melhorado substancialmente.

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
6.	<p>JUVENTUDE LEVADA EM CONTA: SÉRIE DE FASCÍCULOS SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA – 2013 Série de estudos para saber quem é o jovem brasileiro e quais são suas expectativas. Essa análise é guiada pelo Estatuto Nacional da Juventude para a identificação das principais questões que atingem bem-estar presente e futuro dos jovens.</p> <p>CIRCULAÇÃO DE JOVENS – 2013 Conhecer as especificidades e o caráter ambivalente da circulação dos jovens, seja evasão, seja rotatividade em atividades educativas ou profissionais. Compreender os processos de tomada de decisão dos jovens e os motivos de sua alta circulação para a elaboração de políticas públicas adequadas.</p>
	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
7.	<p>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM – 2007 Superação da Extrema Pobreza. Garantir transferência de renda para o alívio imediato da pobreza. Promover o acesso a serviços públicos para melhorar as condições de saúde, educação e cidadania das famílias e dos jovens. Inclusão produtiva, para aperfeiçoar as capacidades e oportunidades de acesso dos cidadãos ao trabalho e geração de renda.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE</p>
8.	<p>PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) – 2007 Integrar e articular as redes de serviços do setor de educação e do Sistema Único de Saúde nos territórios, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de jovens da rede pública de ensino.</p> <p>DIRETRIZES NACIONAIS PARA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS – 2009 Promoção, proteção e recuperação da saúde da população jovem a partir de três eixos fundamentais: crescimento e desenvolvimento saudáveis, redução da morbimortalidade por causas externas e saúde sexual e saúde reprodutiva.</p>
	<p>SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES</p>
9.	<p>PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO – 2005 Estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões.</p> <p>MENINAS E JOVENS FAZENDO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 2013 Promoção de políticas educacionais que enfatizem a educação das mulheres jovens e adultas nas áreas científicas e tecnológicas, nos meios urbano e rural, com vistas a reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.</p> <p>JORNADA DE FORMAÇÃO DE MULHERES JOVENS – 2013 Estimular e fortalecer a participação políticas das jovens mulheres.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
10.	<p>PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM) – 2005 Garantir aos jovens entre 18 e 29 anos a conclusão do Ensino Fundamental associado à qualificação profissional inicial e participação cidadã. Promover ações efetivas voltadas à inclusão social de jovens negros em situação de vulnerabilidade. Promover ações que priorizem o atendimento aos jovens residentes nas regiões impactadas por grandes obras do Governo Federal e nas áreas de abrangência das políticas de enfrentamento à violência. Apoiar ações de atendimento a jovens catadores de resíduos sólidos. Ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens privados de liberdade, especialmente jovens mulheres.</p>
	MINISTÉRIO DO TURISMO
11.	<p>PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA – 2004 Prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos de turismo.</p> <p>PRONATEC TURISMO – 2012 Contribuir na melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas durante os eventos nas cidades sede, entorno e cidades consideradas destinos turísticos. Qualificar profissionais que desejam entrar no mercado de trabalho do turismo e aperfeiçoar os profissionais que já trabalham no setor.</p>
	MINISTÉRIO DA CULTURA
12.	<p>PROGRAMA CULTURA VIVA – 2004 Fortalecer o protagonismo cultural na sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, tendo como base os Pontos e Pontões de Cultura.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS	
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
13.	<p>PROJETOS E EVENTOS DE DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA – 2004 Consolidação e expansão da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Estímulo ao uso de meios modernos de comunicação para divulgação científica. Apoio à realização de feiras de ciência, concursos, certames, produção de material didático. Apoio ao desenvolvimento de recursos humanos para atuação na popularização da ciência e tecnologia. Apoio à formação e qualificação de comunicadores em ciência. Consolidação e ampliação do programa de cooperação em popularização da ciência e tecnologia com o Mercosul e com outros países.</p> <p>OLIMPÍADAS EM CIÊNCIAS – 2012 Realizar competições e desafios nas áreas de ciências. Estimular e apoiar a realização de atividades e iniciativas inovadoras na educação em ciências. Consolidar e ampliar as olimpíadas científicas de caráter nacional.</p>
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
14.	<p>PROJETO FAROL – OPORTUNIDADE EM AÇÃO – 2009 Promover a cidadania entre jovens negros em situação de vulnerabilidade social, em conflito com a lei ou egressos do sistema prisional.</p>
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	
15.	<p>JUVENTUDE RURAL – 2011 Apoiar a capacitação da juventude das áreas rurais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).</p> <p>COMPUTADORES PARA INCLUSÃO (PROJETO.CI) – 2011 Promover a inclusão digital e a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e de públicos prioritários de políticas públicas conduzidas pelo Governo Federal.</p>

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

NOSSA PRIMEIRA TERRA – 2002

Promover o acesso à terra a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centro familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.

PRONAF JOVEM – 2004

Oferecer crédito para atender a jovens agricultores e agricultoras familiares com faixa etária entre 16 e 29 anos, com o objetivo de financiar propostas de projetos de jovens agricultores e agricultoras.

DAP JOVEM – 2004

16. Identificar jovens filhos dos(as) agricultores(as) familiares, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Pronaf, através da concessão de uma DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF – acessória.

COMITÊS/CÂMARAS TEMÁTICAS DE JUVENTUDE – 2007

Inserir o tema juventude nos debates dos territórios, estimulando a participação desses sujeitos nos processos de elaboração de estratégias e ações que possibilitem o acesso às políticas públicas e o desenvolvimento nos territórios. Incentivar a criação de comitês de Juventude nos Territórios Rurais e de Cidadania, a fim de constituir espaços de discussão e articulação de atores, ações e políticas públicas com o objetivo de promover o acesso e garantir sua efetivação.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA JOVENS RURAIS DO MERCOSUL – 2008

Contribuir para o fortalecimento do papel da juventude rural como dirigente das organizações da Agricultura Familiar, para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário para o campo e para a América do Sul.

ÓRGÃO/PROGRAMA/OBJETIVOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

ATER PARA JUVENTUDE – 2012

Contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, por meio da sucessão do jovem na unidade produtiva familiar, assegurando-lhe condições de acessar políticas públicas e criar oportunidades econômicas para a permanência no campo.

FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – 2012

Através de parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), capacitar Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica.

PRONATEC CAMPO – 2012

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, com um formato adequado ao campo, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. Qualificar jovens e adultos da agricultura familiar.

PROINF – 2013

Através de chamada pública do PROINF, apoiar a inclusão socioeconômica e emancipação de jovens por meio da construção e ampliação de infraestrutura, fortalecendo processos de sucessão e autonomia da juventude no âmbito da agricultura familiar. Para tanto, atribuiu-se ao valor mínimo estabelecido para os territórios um recurso adicional a ser aplicado, exclusivamente, em ações para esse segmento.

REFORMA AGRÁRIA – 2013

Destinar, nos assentamentos com mais de vinte lotes, 5% para jovens (de 15 até 29 anos); em caso de lotes vagos, o jovem terá prioridade na seleção.

16.

Fonte: Souza (2013).

O estudo elaborado por Souza (2013) elenca 16 órgãos ministeriais e secretarias que implementavam as políticas públicas, totalizando quase 50 ações, programas e projetos destinados à juventude no país. O perfil dessas políticas buscava contemplar a diversidade de demandas existentes nesse público, com projetos cujos objetivos eram mais amplos, envolvendo todas as faixas etárias, até programas mais específicos voltados para os jovens urbanos ou rurais.

Criada em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude assumiu um papel de articuladora das diversas políticas públicas, pois, para Souza (2013, p. 35),

Se considerarmos a institucionalização da Secretaria Nacional de Juventude como um marco para a configuração de Políticas Públicas de Juventude enquanto uma política de Estado, percebemos que após a sua criação aumentou significativamente a adesão de outros órgãos para a promoção de interfaces com a juventude na implementação de programas e projetos.

De acordo com a visão da autora, a instituição da SNJ se constitui como um marco para a implementação das políticas públicas direcionadas aos jovens brasileiros. Dessa maneira, percebe-se que existe um processo de consolidação em curso da juventude como sujeito legítimo da ação governamental por meio de políticas públicas.

Além da articulação com diferentes órgãos para a elaboração e implementação de ações que visem atender as demandas das juventudes, a SNJ também lançou três ações no interior da secretaria: o Plano Juventude Viva, o Programa Estação Juventude e o Participatório. Este último foi fundamental para fortalecer o Sistema Nacional de Juventude e garantir um processo de comunicação e informação sobre a juventude brasileira.

Souza (2013, p. 54) salienta que esses três programas são inovadores e trazem em seu escopo uma nova concepção de autonomia e emancipação dos jovens, em que

esses são programas que buscam inovação para avançar na metodologia de envolvimento da juventude, nos processos de participação e construção de possibilidades de autonomia e emancipação da juventude (SOUZA, 2013, p. 54).

Nessa perspectiva, o Plano Juventude Viva foi construído a muitas mãos e surge como “resultado de uma luta dos movimentos sociais juvenis, da conferência nacional de juventude e do difícil contexto de violência” (SOUZA, 2013, p. 55).

O PJV foi implementado em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e visa enfrentar o genocídio da juventude negra, reduzindo a vulnerabilidade dos jovens frente às situações de violência física e simbólica. Conforme Souza (2013, p. 56), o Plano Juventude Viva

Foi organizado para ser implantando como foco na priorização dos estados com os mais altos índices de homicídio que afetam especialmente jovens negros e pobres, o desenvolvimento do Plano Juventude Viva segue estratégia de implementação gradual e progressiva, com o objetivo de atuar de forma coordenada e articulada, por meio de pactuação com o poder público e sociedade civil local, nos 132 municípios brasileiros, que concentraram, em 2010, 70% dos homicídios contra jovens.

Essa política tinha como meta inicial atingir os municípios brasileiros que apresentavam os índices mais relevantes de homicídios contra jovens e se encontravam principalmente nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades. No Rio Grande do Norte,

quatro municípios integram o ranking dos 142 prioritários para o Plano Juventude Viva: Natal, Mossoró, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, por terem altos índices de violência letal contra a juventude, especialmente a negra. No entanto, o estado não pactuou com o PJV.

Ao criar o Programa Estação Juventude, a SNJ trazia uma nova possibilidade de tecnologia social, proporcionando um atendimento diferenciado e específico, contribuindo para o fortalecimento das trajetórias individuais e coletivas juvenis. Esse programa foi concebido para funcionar em locais fixos, em que já existam outros programas funcionando, ou de forma itinerante, com o objetivo de levar a ação até os jovens que residem em municípios menores, sobretudo jovens do perímetro rural. Com unidades em estados vizinhos, com o Ceará e a Paraíba, o Rio Grande do Norte não se articulou para a implementação desse programa no estado.

Por meio de ações que devem acontecer de forma integrada com as demais políticas públicas locais, o Programa Estação Juventude foi construído

no propósito de fazer de estados e municípios os protagonistas da concretização das políticas públicas governamentais, [...] composto por espaços que se propõem a oferecer informações sobre programas e ações para os jovens, além de orientação, encaminhamento e apoio para que eles próprios tenham condição de construir as suas trajetórias e buscar as melhores ferramentas para a sua formação (ABRAMO, 2014, p. 10).

Nesse sentido, a proposta do PEJ é apoiar a construção de trajetórias de vida para a formação da juventude local, na direção de sua autonomia e emancipação, ao mesmo tempo fazendo com que os estados e municípios sejam os protagonistas das políticas direcionadas a esse segmento.

O Observatório Participativo da Juventude – Participatório é um espaço virtual interativo, voltado para a produção do conhecimento sobre e para a juventude brasileira. Elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude em 2012, o Participatório surgiu como resposta às demandas da segunda Conferência Nacional de Juventude por mais e melhores informações.

Essa plataforma foi estruturada em três grandes eixos: o Núcleo de Comunicação e Mobilização, responsável pelas ações de mobilização presencial e pela divulgação de conteúdos nas redes sociais; o Núcleo de Estudos e Pesquisas, que reúne publicações, acervo e articulação do conhecimento sobre a temática juvenil; e o Núcleo de Desenvolvimento Digital, que iria desenvolver a plataforma virtual.

Além da SNJ, os demais órgãos e secretarias do Governo Federal que promovem políticas específicas para a juventude reúnem uma série de programas, projetos e ações, conforme elencados no quadro anterior.

O Ministério da Justiça voltava suas ações para a prevenção de uso de álcool e outras drogas entre a juventude, com a formação de educadores e elaboração de cartilhas. Também trazia projetos que buscavam atender os jovens migrantes e refugiados, além de adolescentes vítimas de tráfico de pessoas.

A Secretaria de Direitos Humanos também está nessa mesma esfera de atuação, com um programa que objetiva proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte. Desse modo, os jovens em contextos de ameaça de morte têm os seus direitos fundamentais assegurados.

O Programa Governamental 2035 – Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, do Ministério do Esporte, busca ampliar e qualificar o acesso da população, em especial, da juventude, ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e qualidade de vida.

O Ministério do Meio Ambiente propunha a elaboração de revista específica visando dar visibilidade e protagonismo para as juventudes que discutem e propõem soluções para problemas socioambientais, além de projetos de desenvolvimento comunitário e de extensão universitária que envolvessem os jovens.

No seu âmbito, a Secretaria de Assuntos Estratégicos buscava a avaliação de impacto de programas e elaboração de publicações a respeito da juventude brasileira. O objetivo é que essas informações pudessem circular e dar respaldo para a concepção de novas políticas públicas.

Provavelmente, o programa mais importante para atingir os jovens em condição extrema de vulnerabilidade social seja o Bolsa Família, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Esse programa traz em seu cerne a questão da juventude, ao promover o acesso a serviços públicos para melhorar as condições de saúde, educação e cidadania das famílias e dos jovens.

O Ministério da Saúde propôs diretrizes nacionais de atenção à saúde de jovens e adolescentes, além de implementar o Programa Saúde na Escola, que pretende integrar e articular as redes de serviços do setor de educação e do Sistema Único de Saúde nos territórios.

Segundo Souza (2013), a Secretaria de Políticas para as Mulheres apresentou três programas específicos para as mulheres jovens no período pesquisado. No geral, o objetivo dessas ações era estimular a participação e promover a formação, além de propor políticas educacionais que enfatizem a educação das jovens.

O Ministério da Educação é o responsável pelas políticas públicas que envolvem toda a rede de ensino, portanto, abarca diversas ações, programas e iniciativas que têm como público-alvo a juventude brasileira. No entanto, no estudo de Souza (2013)

é citado unicamente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem como política pública de juventude.

No âmbito do Ministério do Turismo, são citados dois programas que visam, por um lado, prevenir e enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos de turismo; e, por outro, qualificar e aperfeiçoar os profissionais ligados ao setor, compreendendo que existem muitos jovens que podem utilizar o Pronatec voltado para a área do turismo para se capacitar.

O Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, tem como objetivo o fortalecimento do protagonismo cultural na sociedade brasileira como um todo, inclusive da parcela da população jovem. Para participar, a juventude pode se inserir em iniciativas culturais de grupos e comunidades e no acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais.

O Ministério da Ciência e Tecnologia aparece no rol elaborado por Souza (2013) com duas iniciativas. Uma delas tem como objetivo que prefeituras e governos estaduais, municípios ou do Distrito Federal realizem feiras de ciência, concursos, produção de material didático, além de atividades culturais para divulgação da ciência. A outra visa promover as Olimpíadas das Ciências, com competições, torneios e desafios na área. A ideia principal dos dois projetos é envolver a participação da juventude em eventos que valorizem e estimulem a criatividade, a experimentação e a interdisciplinaridade no campo da divulgação científica.

No que diz respeito à juventude negra, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial implementou o Projeto Farol – Oportunidade em Ação, dirigido aos jovens negros que vivem nas regiões metropolitanas mais violentas do país.

Políticas Públicas para a juventude rural

No Brasil, a categoria juventude rural passou a ser referenciada recentemente com a construção de políticas públicas, considerando o jovem do campo como um ator social de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais.

Contudo, para pensar e elaborar políticas públicas voltadas para a juventude rural é preciso observar que, no interior do mundo rural, existem múltiplas configurações sociais responsáveis por diferenciadas vivências de juventude. Nesse sentido, para Paulo (2014, p. 234), só se pode compreender a juventude rural a partir da “compreensão do meio rural no qual ela está inserida e das múltiplas condições sociais decorrentes da construção social, política e econômica desse meio”. Isso significa que para entender a diversidade juvenil do campo é primordial a compreensão do panorama social no qual ela está inserida.

Com relação à juventude rural do Nordeste, é consenso entre diversos pesquisadores que, especificamente, os filhos de agricultores familiares

vivem uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna nos espaços rurais, o que tem impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões, seja como mecanismo para rearranjar sua vida no seu meio rural de origem em condições diferentes dos seus pais. Tais processos são decorrentes principalmente do precário acesso aos meios de produção, como terra, água, máquinas e equipamentos, já vivido pelos seus pais e dessa falta de acesso por parte dos próprios jovens (PAULO, 2014, p. 235).

Dessa maneira, a autora sintetiza que, apesar da diversidade no interior da região, a juventude rural do Nordeste passa por

problemas comuns, que podem ocasionar a migração para os centros urbanos. Isso porque ainda é precário principalmente o acesso desses jovens a elementos que garantam sua permanência no campo, como terra, água e infraestrutura de produção.

Mesmo com o compartilhamento das mesmas vivências nos diferentes municípios do Nordeste, Girardi (2009) enfatiza que na atualidade existem duas amplas abordagens sobre os conceitos de campo e cidade: a dicotômica e o continuum. Na primeira, há uma oposição entre o campo e a cidade; já na abordagem do continuum haveria uma aproximação do campo com a realidade urbana, a partir da industrialização.

Nesse contexto, o perímetro rural passa por um processo de urbanização devido, por um lado, à industrialização da agricultura e, por outro, ao “transbordamento” do mundo urbano; assim, dentro da concepção do continuum,

o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas (GRAZIANO DA SILVA, 1999, documento exclusivo da internet apud GIRARDI, 2009, documento exclusivo da internet).

O autor defende que na atualidade o mundo rural está composto por uma multiplicidade de funções que vão além das formas tradicionais de atividades nesse meio, vinculados à produção na agricultura familiar ou como assentados da reforma agrária.

Mais desenvolvidas nas cidades polo e em algumas áreas rurais próximas aos grandes centros metropolitanos, em cidades como Ceará-Mirim, Caicó ou São José de Mipibu, por exemplo, as atividades não-agrícolas ou consideradas urbanas, com o comércio, também estão presentes em todos os municípios dos territórios pesquisados.

Weisheimer (2005, p. 27) explica que, recentemente, essas mudanças que ocorreram no meio rural têm atingido e diversificado a perspectiva de trabalho da juventude, visto que

Considerando-se as transformações recentes no meio rural e na agricultura brasileira – como as relacionadas com a evolução do emprego rural não agrícola, que inicialmente ocorreram em função do processo de modernização associado à expansão de atividades industriais e de serviços vinculadas à agricultura e incrementadas nos últimos anos por indústrias de outros setores que se deslocaram para o meio rural –, diversificam-se as possibilidades de inserção profissional dos jovens rurais.

O autor destaca que há uma transformação no campo, com a inserção de elementos como a mecanização, implantação de equipamentos, serviços, tecnologias e infraestrutura social, passando a ser mais uma das características do rural que, segundo Girardi (2009), se altera, mas não muda sua essência. Isso faz com que haja mais oportunidades profissionais para os jovens do campo.

Para Barcellos (2013, p. 5), é preciso considerar que na atualidade a juventude rural não se dedica apenas ao trabalho agrícola, posto que

Muitos transitam intensamente entre o rural e o urbano, seja para trabalhar, estudar ou encontrar alternativas de vivência, por meio da cultura, esporte e lazer. As trajetórias podem ser diversas e dependem do tipo de território em que vive esse grupo:

da renda da família, dos níveis de escolaridade alcançados, do sexo, das características etnoculturais e socioambientais.

Isso significa que os jovens do meio rural transitam constantemente e mantêm relações de sociabilidade com o universo urbano, além de cada grupo apresentar natureza singular intrínseca e diferenciada que diz respeito a aspectos socioculturais.

Diante dessas transformações, é necessário que as políticas públicas implementadas para esse segmento percebam a heterogeneidade dessas

condições de vida e trabalho dos jovens que vivem no meio rural brasileiro resulta em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade (WEISHEIMER, 2005, p. 3).

Com relação às políticas públicas visando atender a juventude rural, segundo a sistematização de Souza (2013), três ministérios promoveram ações específicas para os jovens que vivem em áreas rurais.

O Ministério das Comunicações lançou o Inclusão Digital da Juventude Rural, em 2011, com o objetivo de capacitar a juventude das áreas rurais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), por meio da seleção de projetos. Com os cursos oferecidos, os jovens passavam a atuar como produtores e multiplicadores de informações e representações locais. Esse programa contemplou três propostas para atuação no Rio Grande do Norte, com projetos de extensão nas linhas temáticas Educação do Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas áreas rurais.

A implementação do programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente, representou um passo importante na direção

de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. Esse programa destinava recursos para famílias em situação de extrema pobreza que exercessem atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, o que atendia a população jovem das comunidades rurais. No Brasil, são mais de 50 mil famílias beneficiadas, segundo o sítio do MMA. No entanto, no Rio Grande do Norte, consta apenas uma família que recebe o benefício, localizada no Projeto de Assentamento Maria da Paz, no município de Serra Negra do Norte.

No entanto, conforme consta em SNJ (2010), entre os anos de 2003 e 2010, as únicas políticas públicas identificadas e efetivas com o recorte juvenil no espaço rural foram realizadas pelo MDA e priorizaram a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos técnicos, de assistência técnica, de formação e de produção agropecuária.

Ao analisar a totalidade das Políticas Públicas de Juventude Rural apontadas por Souza (2013), percebe-se que, em suas particularidades, a predominância das questões que envolvem uma visão do meio rural enquanto espaço de produção agrícola e que buscam garantir a permanência dos jovens no campo. Muitas vezes, não incorporando a diversidade dos segmentos presentes no meio rural. Para Lima (2013, p. 14),

A vulnerabilidade que caracteriza o jovem, de modo geral, é ainda mais complexa quando se observa o jovem rural. Este grupo – talvez por ser cada vez menor, no Brasil – recebe ainda pouca atenção como um problema relevante para políticas públicas específicas.

A autora adverte para a redução do número de jovens rurais e que isso se reflete na problemática das políticas públicas dirigidas

a esse segmento. A questão inicial é que, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apenas dois outros órgãos, segundo Souza (2013), elaboraram políticas que atingem a juventude rural, que são o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Comunicações. O primeiro com a Bolsa Verde, um programa mais amplo e não direcionado de modo direto para a juventude. Já o Inclusão Digital da Juventude Rural, do MiniCom, tratou de um debate contemporâneo que é inserir os jovens do campo no contexto das novas tecnologias da informação e comunicação. Dessa forma, percebe-se a concepção de “continuum” ao implementar um programa para inclusão da juventude rural em um universo cuja percepção é vinculada primordialmente ao meio urbano.

No entanto, pode-se compreender que há predomínio das ações que trazem a ideia do rural em contraposição ao urbano, principalmente, as implementadas pelo MDA. As políticas públicas ligadas a esse órgão têm em seu escopo a preocupação com a sucessão rural e a permanência no campo.

Ademais, essas ações se coadunam ao que está determinado no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR), instituído pelo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016, que tem como objetivos: a) ampliar o acesso da juventude do campo aos serviços públicos; b) propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda; e c) ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios. O PNJSR destina-se à população jovem rural da agricultura familiar e de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais e foi construído após amplos debates durante as três Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente e das duas primeiras Conferências Nacionais de Juventude.

Isso repercute na implementação das políticas de acesso à terra, como as linhas de financiamento do PNCF, com o Programa

Nossa Primeira Terra, e a definição no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária de destinar um percentual em assentamentos rurais e dar prioridade para jovens na distribuição de terras. O Proinf também tem essa intenção, na medida em que financia projetos de infraestrutura em empreendimentos que promovam ações para os jovens rurais. O Ater Jovem é mais uma iniciativa que propõe oferecer assistência técnica para a produção familiar. Da mesma forma, o Pronaf e o DAP Jovem se dispõem a financiar propostas de projetos para que a juventude rural possa desenvolver suas próprias atividades econômicas, como também a implementação do Pronatec Campo, que oferece cursos voltados para as realidades rurais.

Por outro lado, uma iniciativa fundamental para a organização dos jovens nos Territórios Rurais e de Cidadania foi a criação das Câmaras Temáticas de Juventude, que possibilita a discussão e articulação de políticas públicas que incorporem as demandas do público jovem do meio rural.

Pode-se perceber que essas políticas públicas atendem aos eixos de atuação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que são: I - acesso à terra e ao território; II - garantia de trabalho e renda; III - acesso à educação do campo; IV - promoção da qualidade de vida; e V - ampliação e qualificação da participação (BRASIL, 2016).

As dez Políticas Públicas de Juventude, implementadas pelo MDA e apontadas no estudo de Souza (2013) e também citadas pelas pesquisas “Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil” (LIMA, 2013) e “Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil” (CASTRO, 2013) podem ser categorizadas em: a) aquisição de terra; b) acesso ao crédito; c) participação; e d) formação.

Aquisição de terra

A política de acesso à terra no Brasil vigora desde 2005 e está descrita no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que está em sua segunda edição. Essa política visa beneficiar os agricultores familiares, mas também inclui as comunidades tradicionais, as populações ribeirinhas, os indígenas e a juventude rural, entre outros, conforme explicado no trecho a seguir:

O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outras partes da população que habita os municípios rurais... que chega a cerca de 50 milhões de pessoas (CASTRO, 2013, p. 32).

Isso significa que, desde aquele momento, a juventude rural é parte da população do campo a ser atendida por esta política de acesso à terra. No entanto, somente dez anos depois, em 2013, é que foram estabelecidas novas regras que regulamentaram a participação dos jovens nesse programa, destinando 5% para jovens nos assentamentos com mais de vinte lotes, e definindo que o jovem terá prioridade na seleção em caso de lotes vagos.

Em 2002, já havia sido criado o Programa Nossa Primeira Terra, que é uma linha de financiamento especial, criada pelo Governo Federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrar para as grandes cidades. O programa visa atender a jovens sem-terra, filhos de agricultores e estudantes

de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 29 anos, que desejem adquirir uma propriedade rural, oferecendo oportunidades para esse jovem rural obter o título de sua propriedade.

Segundo Castro (2013, p. 35), o Programa Nossa Primeira Terra foi uma das principais mudanças realizadas no PCNF, que é “uma política do governo para financiar a compra da terra pelos agricultores familiares (inclusive pelos jovens rurais), com um prazo de até 20 anos para pagar”. Esse programa possui duas linhas de financiamento para a compra da terra: o Combate à Pobreza Rural (CPR) e a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

Em 2012, no contexto do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi criado o Ater Jovem, buscando reduzir o êxodo dos jovens do campo, além de fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, por meio da sucessão do jovem na unidade produtiva familiar. Na PNATER, o jovem rural aparece entre as diretrizes estabelecidas para Ater, do seguinte modo:

Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão (MDA, 2007, p. 8).

Isso significa que o objetivo principal da Ater Jovem era assegurar condições de acesso às políticas públicas e criar oportunidades econômicas para a permanência da juventude rural.

Também dentro de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural e visando fortalecer processos de sucessão e autonomia da juventude no âmbito da agricultura familiar, desde 2013, vem sendo implementado o financiamento em Projetos em Infraestrutura (Proinf). Esse programa é voltado para empreendimentos

que promovam ações para a juventude rural, para os povos e comunidades tradicionais e os territórios do semiárido. O intuito é apoiar a inclusão socioeconômica e emancipação de jovens por meio da construção e ampliação de infraestrutura.

Acesso ao crédito

No estudo de Souza (2013) são citadas duas políticas de acesso ao crédito para a juventude rural: o Pronaf Jovem e a DAP Jovem, o que é corroborado na sistematização feita por Castro (2013).

O Pronaf Jovem surgiu em 2004, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), visando financiar propostas de projetos para que jovens agricultores possam desenvolver suas próprias atividades econômicas. Os recursos podem ser utilizados na implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços nos estabelecimentos rurais. Essa iniciativa também possibilita que os jovens possam permanecer no campo e, segundo Lima (2013, p. 25), é uma “demonstração clara de que a questão do jovem rural faz parte, hoje, da agenda política de governo”. Concretamente,

A linha Pronaf Jovem permite que o jovem rural, filho de uma família que teve acesso à terra (por meio do Programa de Reforma Agrária ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário), possa usar parcela da terra de seus pais para produzir (CASTRO, 2013, p. 39).

No entanto, ainda é relativamente baixa a participação dos jovens nessa política. No Rio Grande do Norte, no período de janeiro de 2013 a setembro de 2016, foram investidos recursos em 29 projetos que envolvem a juventude.

Por conseguinte, foi criada a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), direcionada à juventude. Para Lima (2013, p. 56), a criação da DAP Jovem “permite uma medida forte do reduzido apelo que o Pronaf Jovem tem apresentado aos jovens rurais”. Essa iniciativa identifica jovens filhos dos agricultores familiares aptos a realizar operações de crédito rural ao amparo do Pronaf, por meio da concessão de uma DAP acessória.

Participação

No âmbito das políticas públicas implementadas pelo MDA visando a participação dos jovens rurais, a pesquisa de Souza (2013) mostrou que se enquadra a criação dos Comitês/Câmaras Temáticas de Juventude, em 2007.

O objetivo dessas instâncias era inserir o tema da juventude nas discussões dos territórios e envolver os jovens que vivem nos diversos municípios e distritos que compõem os Territórios Rurais e de Cidadania. Os comitês visam estimular a participação desses sujeitos nos processos de elaboração de estratégias e ações que possibilitem o acesso às políticas públicas e o desenvolvimento nos territórios, pois “são espaços privilegiados para que as juventudes se organizem, tenham voz e façam a diferença nos seus territórios” (MDA, 2015, p. 6).

Com isso, os comitês se constituem como espaços de discussão e articulação de atores, ações e políticas públicas com o objetivo de promover o acesso e garantir sua efetivação, ao mesmo tempo em que favorecem a participação dos jovens.

Formação

A formação e capacitação da juventude rural também foram observadas na elaboração das políticas públicas do MDA para este segmento, como mostra o estudo de Souza (2013). Contudo, das três iniciativas apresentadas, a única que tem relação com os territórios pesquisados no estado é o Pronatec Campo.

Esse programa é destinado a jovens do meio rural e foi criado em 2012, por meio da interface com o Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego (Pronatec). O objetivo é promover o acesso à educação profissional e tecnológica aos jovens e trabalhadores do campo e quilombolas, disponibilizando vagas nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec).

São diversos cursos ofertados por Institutos Federais, escolas vinculadas às universidades federais, redes estaduais de ensino, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Sistemas de aprendizagem, como Senai, Senai e Senar. Segundo cartilha do MDA sobre esse programa, são oferecidos cursos como Técnico em Agroecologia, Técnico em Administração, Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária, Técnico em Cooperativismo e Técnico em Zootecnia, entre outros.

Outra iniciativa do MDA foi o Curso Regional de Formação de Jovens Rurais do Mercosul, com apoio da FAO para América Latina e Caribe, realizado entre 2008 e 2010, reunindo jovens dos estados. O objetivo era contribuir para o fortalecimento do papel da juventude rural como dirigente das organizações da agricultura familiar. O evento foi dividido em quatro módulos para “discutir políticas públicas, integração regional e experiências e exemplos de jovens das diversas regiões rurais da América do Sul” (IICA, 2011 apud LIMA, 2013, p. 18).

Outro projeto citado por Souza (2013) foi a Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica, implementado desde 2012, por meio de parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Contudo, essa atividade é realizada com jovens da Região Sul do país, não englobando, portanto, os territórios pesquisados neste trabalho.

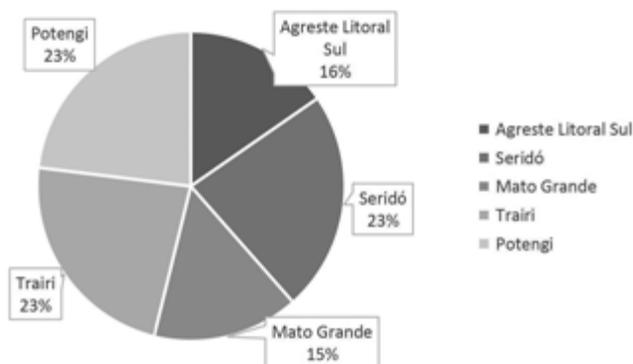
A PERCEPÇÃO DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL

Esta pesquisa buscou compreender a percepção dos jovens dos Territórios da Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande e Potengi e do Território Rural Trairi sobre o acesso às Políticas Públicas de Juventude, visando averiguar o conhecimento sobre as PPJs e as demandas desse público. Para isso, foi elaborada uma proposta de abordagem teórico-analítica multidisciplinar a fim de coletar dados, no período de maio a setembro de 2016, com os participantes das coordenações das câmaras temáticas de juventude de cada um dos territórios pesquisados.

A escolha desse público se deu pela participação nesses espaços de articulação para o estabelecimento de estratégias de implementação de políticas públicas de juventude. Inicialmente, foi estabelecida a realização de entrevistas com três integrantes das coordenações das Câmaras Temáticas, totalizando 15 entrevistados. No entanto, por problemas de acesso à internet ou de participação em outras atividades por parte dos entrevistados, ao final, foram 13 participantes, divididos da seguinte forma: Agreste Litoral Sul, dois entrevistados; Seridó, três; Mato Grande, dois; Trairi, três; e Potengi, três. A seleção dos participantes foi feita por indicação dos assessores do NEDET/UFRN ou dos próprios entrevistados

que foram recomendando os integrantes que tinham atuação mais ativa nas Câmaras Temáticas de Juventude.

Gráfico 32 - Entrevistados por Território Rural e da Cidadania

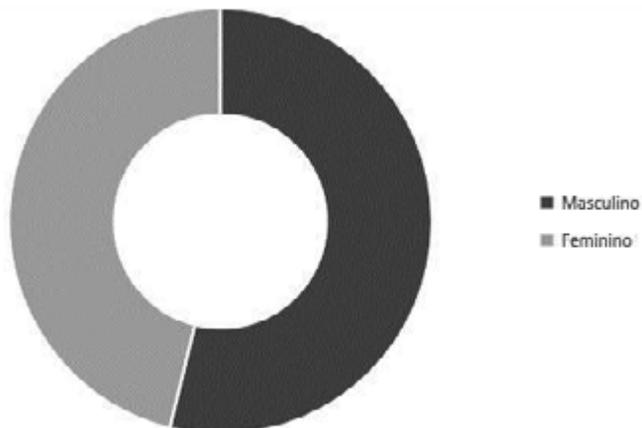


Fonte: dados da pesquisa.

Perfil dos entrevistados

A seguir, será apresentado o perfil do público participante da pesquisa, formado pelos integrantes das coordenações das Câmaras Temáticas de Juventude dos Territórios Rural e da Cidadania. O gráfico abaixo mostra que, ao se identificar por gênero, a maioria dos entrevistados, com sete integrantes, é do gênero masculino, enquanto seis são do feminino, o que representa 54% e 46%, respectivamente. A pesquisa também ofereceu a opção “não binário”, termo que abarca várias identidades diferentes dentro de si e surge como opção ao binário de gênero homem ou mulher, mas nenhum participante da pesquisa se identificou dessa forma.

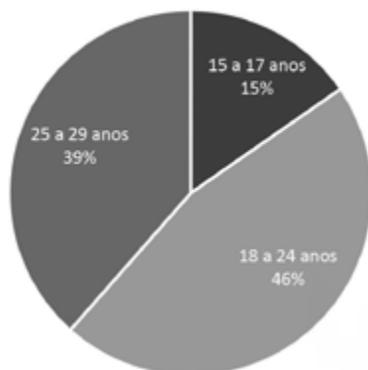
Gráfico 33 - Entrevistados, por gênero



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico a seguir mostra o percentual de entrevistados por idade, indicando que a maioria estava entre 18 e 24 anos, com 46%; a faixa etária entre 25 e 29 teve 39%; e entre 15 a 17 anos, 15%.

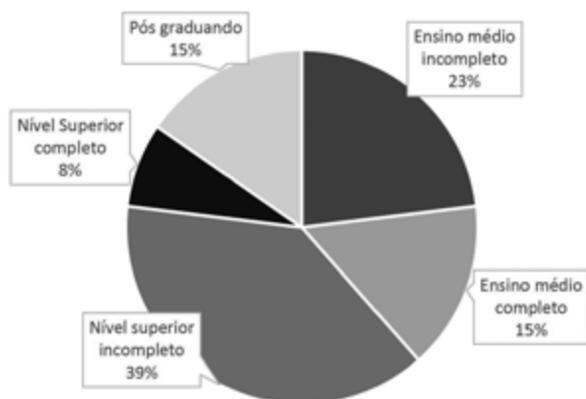
Gráfico 34 - Entrevistados por faixa etária



Fonte: dados da pesquisa.

No Gráfico 29, está a composição dos entrevistados por escolaridade, mostrando que a maioria está cursando o Ensino Superior, com 39%; seguido dos que estão no Ensino Médio incompleto, com 23%. Em terceiro estão os que possuem o Ensino Médio completo e os com pós-graduação, com 15% cada; e, por fim, os com Nível Superior completo, representando 8%.

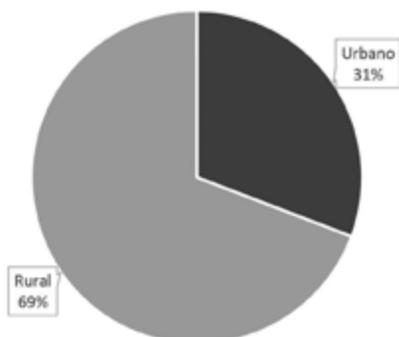
Gráfico 35 - Entrevistados por escolaridade



Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 30 mostra que a maior parte dos entrevistados respondeu que sua moradia está localizada em perímetro rural, com 69%, enquanto 39% mora no meio urbano.

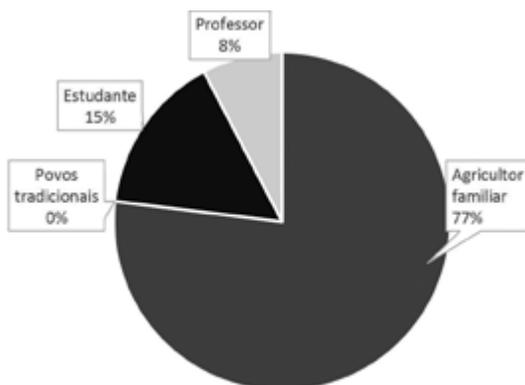
Gráfico 36 - Entrevistados por local de moradia



Fonte: dados da pesquisa.

Outro questionamento foi a respeito da identificação, em que houve um predomínio dos que se reconheceram como agricultores familiares e nenhum como assentado ou povos tradicionais. Como havia a opção para a especificação de outra categoria, houve identificação como professor e estudante, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 37 - Entrevistados por identificação

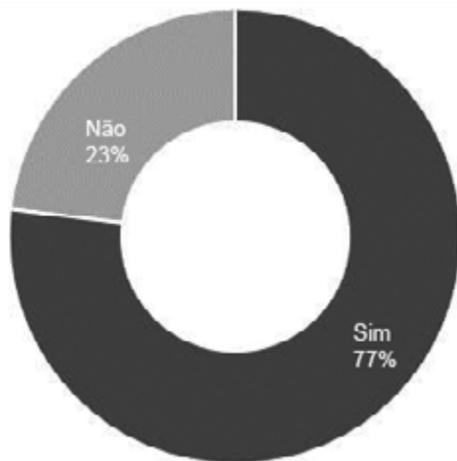


Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico a seguir buscou averiguar se os entrevistados desenvolvem atividades relacionadas à agricultura familiar. Do total, 77% responderam que realizam algum tipo de atividade econômica no meio rural, atendendo alguns requisitos básicos, tais como a utilização predominante de mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

Também foi fundamental observar essa questão visto que na totalidade dos territórios, conforme os dados básicos, existem mais de 40 mil estabelecimentos da agricultura familiar e, aproximadamente, 110 mil pessoas ocupadas nesse setor.

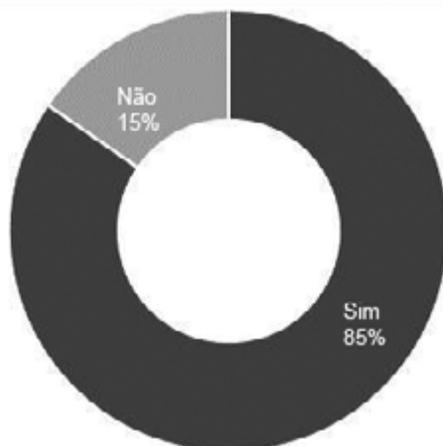
Gráfico 38 - Resposta à pergunta “Você desenvolve atividades vinculadas à agricultura familiar?”



Fonte: dados da pesquisa.

Para finalizar a primeira parte da entrevista semiestruturada, foi investigado se os entrevistados participam de algum movimento social de atuação na defesa dos direitos da juventude rural.

Gráfico 39 - Resposta à pergunta “Você participa de algum movimento social que atue na defesa dos direitos da juventude do campo?”



Fonte: dados da pesquisa.

Nesse quesito, 85% dos integrantes das coordenações das Câmaras Temáticas afirmaram participar de movimentos sociais rurais e organizações juvenis.

Para Castro et al. (2009), no mundo rural existe uma juventude engajada nos movimentos sociais rurais que se percebem enquanto atores políticos no processo de disputa pelas políticas públicas que dizem respeito ao campo. Suas demandas associam “questões que podem ser classificadas como específicas a questões estruturais das relações sociais no campo, como é o caso da falta de acesso à escola” (CASTRO et al., 2009, p. 10). Nesse contexto, é significativo que a predominância entre os entrevistados de participantes que elaboram e lutam pelas demandas da juventude rural.

As Câmaras Temáticas de Juventude nos Territórios

Nos Territórios Rurais e de Cidadania, o colegiado é a instância máxima das ações territoriais e tem o papel político na tomada de decisões estratégicas ligadas ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). São espaços deliberativos e consultivos que têm como objetivo pensar, criar, discutir e encaminhar políticas públicas das ações do PTDRS para o território. Além disso, visam descentralizar ações e dividir responsabilidades do plano, assim como priorizar os eixos e perspectivas do plano para o território e garantir a participação da sociedade civil na gestão desse plano.

Os colegiados são compostos pelos atores sociais do poder público/órgãos governamentais e pela sociedade civil organizada, representando fóruns, conselhos, prefeituras, associações, sindicatos, órgãos públicos das esferas municipais, estadual e federal, voltadas para a estratégia de desenvolvimento territorial. Essas instâncias têm como atribuições: a) elaborar ou aperfeiçoar os planos de desenvolvimento dos territórios; b) promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; c) contribuir para a qualificação e integração de ações; d) ajudar na execução das ações e identificar ações a serem priorizadas no atendimento; e) exercer o controle social do programa; e f) dar ampla divulgação sobre as ações do programa.

Citando o exemplo do Mato Grande, Anjos e Moura (2012, p. 10) ressaltam que os atores sociais participantes dos colegiados são oriundos das comunidades rurais que, em sua maioria, vivenciaram experiências de formação implementadas por instituições do terceiro setor atuantes junto às comunidades rurais e que,

Ao passarem a frequentar fóruns de políticas públicas, reuniões de associações, ações de mobilização de movimentos sociais que

os novos contatos estabelecidos lhes apresentaram, chegaram ao espaço do colegiado, como porta vozes das demandas e interesses de seus locais de origem, lógica característica o que só não se reproduz até hoje nos seus discursos e compromissos assumidos de forma pontual, mas que é factível quando observadas as escolhas e principalmente a passividade diante da possibilidade de articular diretamente com as bases e em parceria com os demais representantes de outros municípios.

Nessa perspectiva, os participantes dos colegiados nos territórios teriam o papel de serem porta vozes dos interesses coletivos dos municípios que representam, seja nos discursos e compromissos assumidos, assim como na articulação direta das bases em parceria com os demais municípios.

Após a organização dos colegiados, dentro desses espaços foram criadas as Câmaras Temáticas que têm o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao PTDRS. Seus objetivos são: a) dar suporte temático às ações do Colegiado para implementação do plano; e b) propor, discutir, sugerir, orientar, encaminhar ações de apoio a execução dos projetos territoriais (PLANO..., 2010c, p. 256).

A criação das Câmaras Temáticas de Juventude vem atender ao que institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016), principalmente a diretriz que propõe o estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais.

Para Dário Andrade, ex-delegado do MDA no RN, as Câmaras Temáticas se coadunam com a concepção de território, do ponto de vista consultivo, do deliberativo, bem como do de controle social, como explica:

O papel do território é consultivo porque, em algumas ações, passa pelo território. Pergunta: isso é bom para o território? Se é, como é que a gente constrói e como é que a gente apresenta

isso? Também é deliberativo, vocês têm isso aqui, vocês podem decidir isso aqui, como é que vocês decidem? E outra que considero uma das maiores é o controle social. É você saber o conjunto de ações que chega para os municípios, como é que essas ações são discutidas dentro do território, como são monitoradas e como elas podem melhorar a sua efetividade. Isso é uma coisa que a gente percebe ainda de muita fragilidade nos territórios (informação verbal).

Diante desses três eixos de importância para os territórios, as Câmaras Temáticas de Juventude atuam de forma a funcionar como órgão consultivo sobre as políticas públicas para o público juvenil, como também deliberam e monitoram programas e ações governamentais.

Os Territórios Rurais e de Cidadania, por conseguinte, se consolidam enquanto espaço de execução de programas e projetos de aplicação de políticas públicas, tendo em sua constituição o Colegiado Territorial como

instância de articulação e implementação das ações político-institucionais, de maneira que o trabalho das Câmaras Temáticas amplia e fortalece o colegiado, refletindo na dinâmica territorial (PLANO..., 2010c, p. 153).

A partir dessa contextualização, pode-se perceber que as Câmaras Temáticas são espaços privilegiados para a participação e organização política da juventude rural, e têm como objetivos fomentar e adotar instrumentos que promovam uma participação efetiva da juventude dentro dos colegiados territoriais, com a participação de entidades que a representem.

Sendo um espaço de discussão e proposição de políticas públicas para a juventude, além de organização e participação dos

jovens rurais, esta pesquisa procurou compreender a percepção que os integrantes têm sobre o papel das Câmaras Temáticas da Juventude nos territórios, do ponto de vista da organização, participação, temas debatidos no interior dessas instâncias e as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens.

Organização

Os jovens participantes entrevistados para esta pesquisa deram informações sobre a organização das Câmaras Temáticas nos territórios e sua participação nesses espaços.

No Território Agreste Litoral Sul, existe Câmara Temática de Juventude desde dezembro de 2014, com a participação de 20 jovens, em média, e

a organização da câmara se dá através de planejamentos que fazemos para uma melhor atuação; reuniões sempre em um município diferente; discussão de assuntos de interesse da juventude; participações em atividades externas de jovens etc. (Entrevistado 1).

Segundo o entrevistado, a câmara se organiza por meio de planejamentos almejando uma melhor atuação e articulação das demandas da juventude no território. Outra questão importante é que as reuniões são realizadas em municípios diferentes, o que contribui para a ampliação da participação e do debate a respeito das necessidades de acordo com cada realidade.

Sobre a Câmara Temática de Juventude do Trairi, a Entrevistada 8 cita as novas Tecnologias de Informação e Comunicação como um elemento aglutinador e de facilitador da interação entre os integrantes da coordenação. Segundo ela, “desde abril de 2015, foi

criado um grupo no Whatsapp e as reuniões são marcadas pelo grupo”.
O Entrevistado 9 acrescentou a informação de que

A temática de juventude começou a ser discutida com mais frequência dentro do território a partir de 2009; apesar de toda a fragilidade encontrada nas Câmaras Temáticas territoriais, no território Trairi, a de jovens é a que mais se destaca, por se reunir mais vezes durante o ano.

Esse integrante da Câmara Temática reconhece que existem algumas fragilidades na forma de organização desses espaços nos territórios. Todavia, ressalta que o debate sobre a juventude já existe desde 2009 e que é uma das mais estruturadas e se reúne mais do que as demais câmaras.

No Seridó, os entrevistados não souberam precisar ao certo quando a Câmara Temática de Juventude começou a se articular.

Não sei ao certo quando iniciou. Me aproximei da câmara no ano de 2015, quando a organização do grupo já estava em andamento (Entrevistada 4).

Eu estou há um ano e esta pergunta não sei responder com exatidão, mas desde do início da criação dos territórios que foram criadas as Câmaras Temáticas (Entrevistado 5).

Apesar de ambos estarem participando desse espaço de debate sobre as políticas públicas de juventude há mais de um ano, os dois entrevistados mostram desconhecimento acerca do momento de início da atuação da Câmara no território. Sobre as formas de organização, a Entrevistada 4 afirmou que:

São jovens que representam toda a região do Seridó, variando um pouco o número de participantes por cidade. Algumas

idades só têm um representante, enquanto outras têm quatro, mas acredito que isso não seja algo negativo, já que todos estão em prol da região. O grupo organiza encontros conforme seja necessário. Podem ser mensais, quinzenais, etc.

A integrante da Câmara Temática do Seridó explicou que as atividades dessa instância não possuem um período predeterminado para ocorrer, podendo ser realizadas “conforme seja necessário”. Segundo a entrevistada, todos os municípios do território têm representantes, porém o número de participantes é diferente, alguns com mais e outros com menos. No entanto, ela ressalta que, independentemente disso, há uma unidade, pois todos estão trabalhando “em prol da região”.

No Mato Grande, um dos entrevistados afirmou que o território possui Câmara Temática de Juventude desde 2014, com a participação de 45 jovens e reuniões a cada dois meses. O outro não soube informar, pois está “iniciando na Câmara Temática agora”.

Com relação à Câmara Temática de Juventude do Potengi, os entrevistados também mostraram divergência ou desconhecimento a respeito da data de criação. A Entrevistada 11 informou que não tem essa informação, mas que participa desde 2011. Já o Entrevistado 12 afirmou que o espaço existe desde maio de 2015, enquanto a entrevistada 13 disse que “a Câmara Temática do Potengi existe há mais ou menos três anos”. Com relação à organização, apenas um deles respondeu: “A câmara é composta por jovens de cinco municípios. Nem todos os jovens estão engajados em movimentos e organizações municipais” (Entrevistado 12).

Quando questionados acerca da organização dessas instâncias territoriais, os representantes do MDA e do Incra informaram que as câmaras existem em todos os territórios, no entanto, nem todas estão em funcionamento.

No Mato Grande a juventude está mais organizada. Além do apoio dos NEDETs, conta também com o apoio do LabRural, da UFRN. A universidade está muito presente (informação verbal).

Dário Andrade esclarece que o Território Mato Grande apresenta uma maior organização do ponto de vista das Câmaras Temáticas e relaciona esse fato à atuação do NEDET e ao apoio recebido de instituições como a UFRN, por meio do LabRural. Contudo, não destaca a atuação e organização das câmaras em outros territórios.

Participação

No geral, a juventude rural que participa das Câmaras Temáticas dos territórios pesquisados é formada por agricultores familiares, estudantes, sindicatos, cooperativas e mulheres. São representantes de grupos e movimentos sociais, rurais e urbanos, como a Pastoral da Juventude Rural, o Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, Fora de Ordem, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato de Agricultores Familiares, Federações da Agricultura, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Poder Público, Associações Rurais, Grupos de Artesanato, Grupos Culturais, entre outros.

A respeito da sazonalidade da participação desses jovens, o Entrevistado 5 ressalta que: “com compromisso e que estão envolvidos realmente na câmara, temos cinco membros, sendo três do movimento sindical, um da igreja católica e uma representante da Cáritas Diocesana”. Esse participante traz à luz uma discussão sobre a participação de fato e a “oficial”, ou seja, jovens que compõem a Câmara Temática, mas não têm compromisso nem participação ativa nas atividades.

Outro exemplo dessa característica aparece a seguir:

Esse número de participantes oscila muito, mas está entre 10 e 25. Tem ficado claro que os jovens demonstram interesse por participar, quando é para a realização de discussões e eventos por eles organizados. Com relação às representações, o número maior é de jovens de sindicatos, de grupos da Igreja Católica e movimentos estudantis (Entrevistado 9).

Com base nesse entrevistado, entende-se que as Câmaras Temáticas nos territórios pesquisados apresentam uma fragilidade no sentido da continuação e permanência das discussões e interesse dos jovens em participar. Há maior atuação em momentos de realização e promoção de eventos, que seria um momento de atração para a participação desses jovens.

Com isso, percebe-se que as Câmaras Temáticas precisam ampliar as distintas formas de participação social no debate para fazer com que “aqueles que vivenciam no dia a dia as políticas públicas e a realidade de ser jovem”, como afirmam Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p. 26), tornem-se protagonistas no debate.

O fortalecimento da participação dos jovens é primordial para a proposição de políticas públicas, pois apenas

A partir da luta dos jovens rurais organizados foi possível quebrar a invisibilidade e pautar o estado frente à construção de políticas públicas de juventude rural (CARTA..., 2012, documento exclusivo da internet).

Reconhecendo a importância da participação para organização da juventude rural em busca de políticas públicas, vê-se que

a questão geracional pressupõe também diálogo intrageracional, contemplando as diferentes visões de mundo e a diversidade

de interesses e expectativas entre os próprios jovens (STROPASOLAS, 2014, p. 194).

Temas em debate

Entre as principais demandas discutidas nas Câmaras Temáticas de Juventude, o êxodo e a sucessão rural foram assuntos que estiveram presentes em todos os territórios. As situações que estimulam o êxodo rural, especialmente dos jovens, causam duas grandes consequências: a descontinuidade na sucessão da agricultura familiar e o envelhecimento da população rural.

Nesse sentido, as câmaras debatem as políticas públicas entendendo a juventude como um sujeito social estratégico na construção do projeto de desenvolvimento sustentável dos territórios. Sendo assim, estão presentes temas como o crédito para a juventude no âmbito do Pronaf, conselhos municipais de juventude, a questão das drogas, equipamentos de lazer e esporte, emprego e geração de renda, estatuto da juventude e diversidade. Além disso,

Identidade, sucessão rural, política para juventude, cultura, elementos primordiais para a valorização dos jovens e que fundamentam a formação sociopolítica destes (Entrevistado 12).

Organização da juventude no campo e na cidade, estratégias para arrecadação de fundos para investimentos do grupo como formação, organização de coletivos municipais e regional (Entrevistada 13).

Questões relacionadas à cultura, à formação, à organização política, ao trabalho e renda e, nessa perspectiva, à permanência da juventude em seus territórios (Entrevistada 11).

Entre os muitos temas debatidos na Câmara Temática, destacam-se a reforma agrária, políticas agrícolas, meio

ambiente, participação nos espaços de discussão política, educação, saúde, segurança, esporte, lazer, cultura etc. Temáticas estas que foram pautadas na última conferência territorial de juventude (Entrevistado 9).

As citações mostram que existe uma diversidade de temáticas, mas a base é a questão da busca de incentivos para a permanência do jovem no meio rural, visando o “desenvolvimento das políticas públicas, a busca da desburocratização para facilitar o acesso dessas políticas para a juventude” (Entrevistado 5).

Dificuldades

No que tange às principais dificuldades enfrentadas pelas Câmaras Temáticas de Juventude, a pouca participação e a falta de compromisso e de interesse dos jovens foram alguns aspectos citados, conforme mostram os trechos abaixo:

O compromisso de alguns representantes de estar em discussão e a pouca participação dos mesmos (Entrevistado 5).

A falta de interesse dos jovens em participar das reuniões e também a questão dos deslocamentos tem sido um dos problemas encontrados (Entrevistada 8).

A participação e interesse das juventudes em querer participar das reuniões; falta de apoio dos seus movimentos; um atrativo maior como por exemplo, um projeto que incluía a juventude etc. (Entrevistado 1).

As respostas dos entrevistados denotam que no interior das câmaras é possível verificar que existe o desinteresse de alguns integrantes em participar das reuniões e encontros para discussão das políticas públicas e outros assuntos relacionados à juventude

rural. Isso significa que esse problema atinge mesmo aqueles que são escolhidos para representar os jovens dos municípios e das entidades. A falta de apoio dos movimentos também é um problema encontrado. Além disso, o Entrevistado 1 indica a falta de um “atrativo maior” para a participação juvenil nos espaços de debate.

No entanto, entre as principais dificuldades encontradas, alguns entrevistados citaram também que os jovens não se sentem valorizados por sua condição juvenil.

A falta de compreensão, pois muitas vezes os jovens não são levados a sério (Entrevistado 6).

Falta de incentivos e investimentos para o jovem, ou seja, falta de credibilidade, tornando-os cada vez mais desmotivados a seguir na luta (Entrevistada 13).

As duas passagens denotam que na participação nas dinâmicas organizativas da câmara e nos demais espaços de sociabilidades e debate de políticas públicas, alguns jovens percebem que nem sempre estão sendo valorizados pelos componentes de faixas etárias diferentes. Segundo Silva (2014, p. 162), na maioria das vezes, a juventude rural tem seu trabalho e suas ideias desvalorizadas, e julgadas por falta de experiência.

Sobre a permanência no campo e espaços de participação nos debates políticos, o ex-delegado do MDA, Dário Andrade, deu o seguinte depoimento:

Eu cheguei uma vez em uma reunião sobre sucessão rural no campo e não tinha um jovem. É a mesma coisa que dizer vamos discutir as questões das mulheres e não ter mulheres. Aí disseram: é porque a gente chama e não vêm. Mas não é. Eu lembro que nos sindicatos, quando os jovens estavam chegando que estavam

se apropriando, batia-se o medo e dizia: escanteia, tira de lado, porque esse aqui vai tirar nosso espaço (informação verbal).

O gestor salienta o fato de que em uma reunião para debate de um assunto de interesse da juventude, no caso a sucessão no campo, não havia jovens presentes. O motivo seria a indiferença da juventude, mas ele lembra de outros momentos em que os jovens foram impedidos ou desestimulados de participar. E acrescenta:

Olha, o que eu vi de jovens bons, qualificados, que faziam a sucessão do movimento sindical, tinha um outro olhar para o campo, tinha uma compreensão maior do todo e foram, literalmente, excluídos do processo porque as pessoas estavam percebendo que era um cara que sabia dialogar, se expressar, tinha um conhecimento mais vasto, despertava o interesse, inclusive, das classes políticas. Muitos desses jovens que, dos municípios, eles são dos movimentos que estão nas secretarias, no governo, foram formados muito pelo movimento sindical, porque o próprio movimento sindical que formou não absorveu (informação verbal).

Essa realidade é vivida por muitos jovens que demonstram interesse em participar do movimento sindical, mas são repelidos e acabam participando de outras esferas. Isso significa que muitas vezes os jovens não são valorizados nos espaços intrínsecos ao rural, como os sindicatos, pois em alguns momentos podem causar receio de perda de espaço, pela maior qualificação desses jovens. Para Dário Andrade:

A única forma dos sindicatos se fortalecerem e garantir a participação das mulheres, dos jovens, dentro dos seus espaços é estando nas suas comunidades discutindo o que é importante para esses grupos. Até então isso não existe (informação verbal).

O gestor afirma que faz muito tempo que os sindicatos estão se isolando das suas próprias comunidades. Isso ocorre na maioria dos municípios, pois são poucos os que têm um diálogo com a comunidade ou que buscam incentivar a formação dos grupos. Especificamente sobre os sindicatos, Dário Andrade acrescenta que:

Você chega no sindicato e estão todos de cabelo branco, não sai, não traz dos seus municípios. Os dirigentes são muito vinculados às administrações: ou é oposição ou é situação. Então, é preciso fazer essa renovação. E não é um processo fácil. Se você pegar o sindicato de São Pedro, tem lá Raimundo Baé, dormindo na reunião, porque é um velhinho e é só ele. Lá em Santa Maria é Cancão, só ele. Não tem um jovem, apesar de na diretoria ter jovens. Não se vê uma mulher, apesar de ter uma mulher na diretoria (informação verbal).

Essas citações indicam que há um receio com relação aos jovens por parte dos participantes “de cabelo branco” e uma dificuldade de se fazer esse processo de renovação dos dirigentes. No geral, os sindicatos são vinculados às gestões municipais, e ora defendem, ora criticam essas administrações. O representante do MDA cita os exemplos dos sindicatos de São Pedro e Santa Maria, com seus dirigentes icônicos e a ausência de participação de jovens e mulheres.

Todo esse contexto faz com que haja uma desmotivação e consequente afastamento dos jovens dos espaços de participação política e debates de interesse da comunidade. Por conseguinte,

Se os jovens podem se constituir como protagonistas no processo de viabilização dessas novas funções para o espaço rural, o exercício desses novos papéis está na dependência

de que o Estado e a sociedade forneçam todas as condições necessárias para o desempenho efetivo dessas atividades e que estas sejam devidamente valorizadas pela sociedade (STROPASOLAS, 2014, p. 194).

O autor explica que o Estado e a sociedade devem fornecer as condições necessárias para o desempenho das atividades. No entanto, o Entrevistado 7 afirma que uma das principais dificuldades enfrentadas pela Câmara Temática de Juventude é o “apoio do poder público nos municípios”, o que é corroborado pela Entrevistada 11:

As principais dificuldades são de logística, desde transporte a alimentação para encontros, debates e ações nos território e cidades, como também formação política para fomentar a organização das juventudes em seus espaços de construção.

A partir do trecho acima, percebe-se que existem diversas dificuldades relacionadas ao apoio operacional e de infraestrutura para a realização de eventos para debater a juventude rural. Outros entrevistados também ressaltam a falta de recursos financeiros:

Temos poucos recursos financeiros para realizarmos mais eventos com a juventude (Entrevistada 3).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas é falta de autonomia financeira desses jovens, pois isso acaba por dificultar a sua participação na maioria das vezes (Entrevistado 9).

A ausência de recursos financeiros para atividade, a fragilidade da organização da juventude nos municípios do território e a ausência de mobilização de todos os municípios do território e também a valorização da Juventude nestes, o que impossibilita o diálogo dos jovens nas questões sociais de cunho extremamente importante (Entrevistado 12).

Nessa perspectiva, há dois aspectos a serem ressaltados; por um lado, existe a falta de apoio do poder público, que não destina recursos para a promoção de atividades com e para a juventude dos territórios. Por outro, há a falta de autonomia financeira por parte dos jovens, pois muitos não têm renda própria, o que impossibilita ou dificulta sua participação nos debates.

O Entrevistado 12 também resalta a ausência de mobilização em todos os municípios dos territórios e reforça a questão da falta de valorização da juventude, que ocasiona a exclusão dos jovens de debates essenciais.

Desafios para permanência dos jovens no campo

A pesquisa também procurou compreender a percepção dos participantes das Câmaras Temáticas acerca dos principais desafios para a juventude rural, pois esse entendimento pode facilitar os debates e orientar as demandas de políticas públicas nos territórios. A maioria respondeu que os grandes problemas são: a falta de credibilidade da juventude diante da sociedade, a não inserção da juventude nos espaços de diálogos, a falta de participação ativa e o medo de expor suas opiniões nos espaços de discussão. Essa percepção é ratificada pelo seguinte trecho:

A inserção de maiores oportunidades em todos os campos da sociedade, acesso igualitário dos jovens, sejam eles rurais ou urbanos; há que se considerar o pouco espaço por nós ocupado dentro das esferas dos municípios e também a ausência de valorização (Entrevistado 12).

Desse modo, a inserção e o acesso igualitário às oportunidades são imprescindíveis para superar os desafios da juventude rural.

Segundo o entrevistado, os jovens ainda ocupam pouco espaço nas esferas de debate político dos municípios e a juventude também enfrenta a questão da desvalorização nesses espaços.

Outro desafio observado pelos entrevistados diz respeito à escassez de políticas públicas nos territórios e à falta de programas específicos para os jovens. Além disso, também foi citada a falta de oportunidade de trabalho e renda para esse público específico e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O acesso à educação de qualidade, a falta de formação profissionalizante e formação política também foram citados.

Para alguns entrevistados, os desafios presentes são referentes à falta de fortalecimento das organizações de base e à falta de autonomia dos jovens. Da mesma forma, os jovens precisam construir a sustentabilidade para suas atividades, pois, em alguns casos, faltam recursos para o deslocamento e a mobilidade. A questão da comunicação também foi citada como um dos obstáculos. Além disso, existe uma ausência de equipamentos de lazer para a juventude.

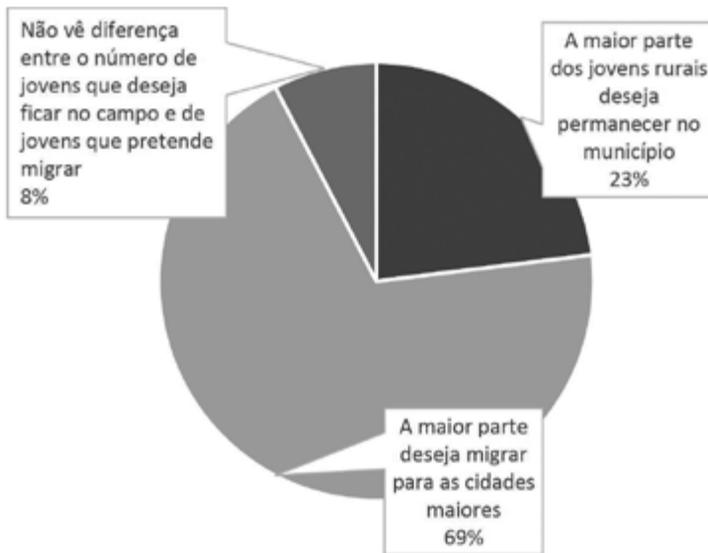
A Entrevistada 4 também salienta que “organização coletiva e consciência política são as coisas que mais faltam aqui; como não há incentivo dessas práticas, é difícil que haja interesse por parte dos jovens”. A Entrevistada 3 sintetiza “falta estímulo para permanecer na zona rural”.

Flores e Silva (2014, p. 136) salientam que a falta de recursos e opções de cultura e lazer contribuem para o deslocamento para a cidade, visto que:

Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois esta passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso a lazer e cultura.

Todo esse contexto de desafios que são enfrentados pelos jovens é uma situação que fragiliza a expectativa de permanência destes nas comunidades rurais. O gráfico abaixo ilustra a percepção dos entrevistados quanto à questão do desejo de permanência dos jovens rurais no campo.

Gráfico 40 - Percepção quanto ao desejo de permanência no município



Fonte: dados da pesquisa.

Na percepção de 69% dos entrevistados, os jovens dos territórios pesquisados desejam migrar para as cidades. Por outro lado, 23% acreditam que os jovens preferem permanecer no campo e 8% não percebem diferença entre o número de jovens que deseja ficar no campo e de jovens que pretende migrar. Isso significa que a vivência desses entrevistados, que são representantes das Câmaras Temáticas de Juventude e interagem cotidianamente com os jovens

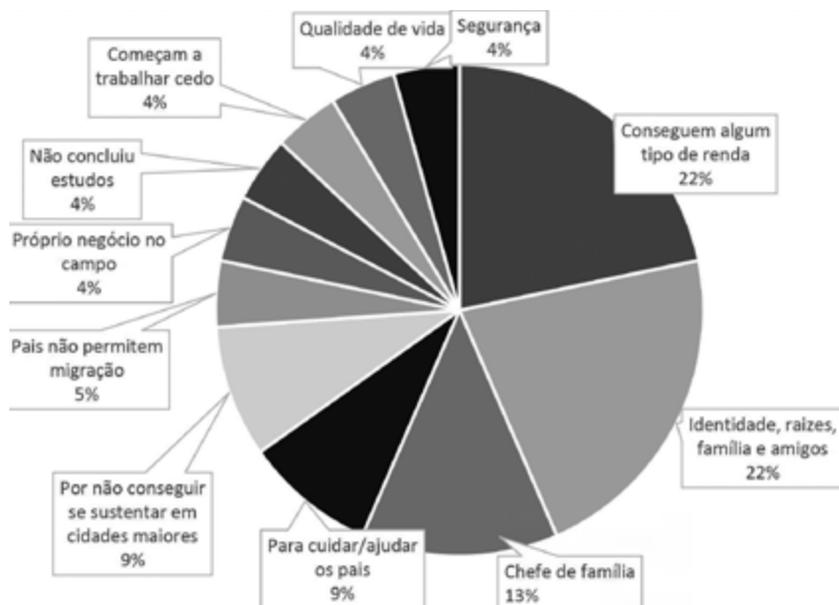
dos territórios, dá subsídios para a compreensão de que há um desejo latente de migração dos jovens para os centros urbanos.

Os jovens e a permanência no campo

Além de averiguar a percepção dos entrevistados com relação à permanência dos jovens no campo, a pesquisa também procurou identificar quais os motivos que levam a juventude a permanecer morando em municípios rurais. Para isso, solicitou que cada entrevistado indicasse até três motivos para que os jovens permanecessem no campo. E, para aprofundar ainda mais a análise, foi feita uma separação por gênero, incentivando os entrevistados a elaborar motivos para que homens e mulheres jovens desejassem permanecer no meio rural.

O gráfico abaixo traz os resultados a respeito dos motivos pelos quais os homens jovens permanecem nos municípios dos territórios pesquisados.

Gráfico 41 - Por que os homens jovens permanecem no município



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico mostra que dois motivos predominam como os principais para a permanência dos homens jovens no campo: o primeiro diz respeito à possibilidade de conseguir um trabalho ou renda com que possam se sustentar; e o segundo são as relações sociais estabelecidas.

Assim, por um lado, a maioria dos entrevistados, 22%, acredita que o fato de conseguir algum tipo de renda faz com que os homens jovens permaneçam no campo, conforme indicam as passagens a seguir:

A maioria por estar trabalhando em firmas de fora que vêm pro município (Entrevistado 6).

Por ser mais fácil conseguir emprego (Entrevistado 7).

Os homens jovens da zona rural se ocupam em trabalhos na agricultura e criação de animais (Entrevistado 10).

Por perceber que o campo ainda é uma boa fonte de renda se bem planejada suas ações (Entrevistado 5).

O Entrevistado 6 ressalta o fato de que, no município, existem empresas “de fora” que contratam mão de obra local, o que facilitaria o acesso à emprego e renda para os jovens, fazendo com que os mesmos não migrem. Para o Entrevistado 7, no campo, é mais fácil conseguir emprego, graças às especificidades do trabalho rural e à necessidade sempre presente de trabalhadores. Essas particularidades são lembradas pelo Entrevistado 10, que salienta o fato de que os homens jovens se ocupam de tarefas mais ligadas à agricultura e à pecuária. Para o Entrevistado 5, os jovens podem perceber que o campo ainda se constitui como uma boa fonte de renda e, logo, poderiam permanecer desde que fizessem um planejamento para isso.

No entanto, alguns entrevistados responderam que há falta de oportunidades nos municípios, como o Entrevistado 8 e o 3, respectivamente:

Geralmente os homens buscam trabalho fora e estão deixando o campo cada vez mais cedo, com essa falta de oportunidades para os jovens.

Na maioria das vezes não, porque falta emprego e boa educação.

Os dois enfatizam a questão da falta de oportunidades e trabalho nos municípios e, por isso, os jovens estão compelidos a buscar novas chances nas cidades maiores.

Também com 22%, outro motivo para a permanência dessa parcela da juventude no campo é a ligação com a família, amigos,

ou seja, as relações sociais e a questão da identidade e raízes desses jovens. O Entrevistado 9 sintetiza a problemática da permanência dos homens jovens no campo a partir da seguinte afirmação:

Os jovens que permanecem no meio rural acreditam que o campo é um lugar bom para se viver, pois é ali onde estão suas raízes (identidade), sua família, o que lhes assegura qualidade de vida e um pouco de segurança, pois sabemos que os índices de violência nas grandes cidades estão muito altos. Os jovens migram para o perímetro urbano quando não encontram meios para sua permanência no rural.

A partir dessa visão, ao acreditar que o campo é um “lugar bom para se viver”, os jovens estariam se conectando com suas raízes e assumindo sua identidade camponesa, fazendo com que estabeleçam laços com suas famílias. Contudo, é necessário oferecer meios de subsistência que favoreçam a permanência desses jovens no meio rural. Sobre isso, Azevedo (2016, p. 2) afirma que:

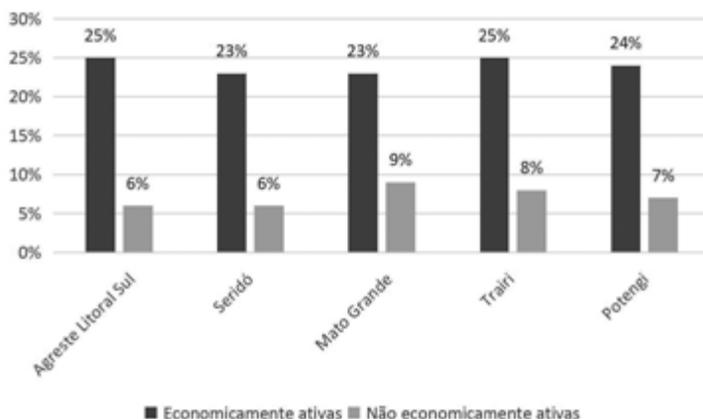
Parte da literatura defende que as estatísticas têm comprovado o fenômeno do aumento da permanência do jovem no campo, associado à maior participação política destes com ainda mais expressividade a partir de 2006, e à construção de uma identidade comum, que juntos têm contribuído para o rompimento deste ciclo de invisibilidade e pautando a política pública partindo do desejo do jovem de continuar no campo.

Isso significa que a valorização e a construção de uma identidade comum aos jovens do campo estão intrinsecamente ligadas à implementação de políticas públicas, partindo do desejo desse jovem continuar no campo.

Um terceiro motivo para a permanência do homem jovem no campo, com 13%, se relaciona com o fato de, desde muito cedo, se tornarem “chefes de família”, ou seja, terem constituído uma

família e serem os responsáveis por ela. O gráfico a seguir mostra o percentual de jovens chefes de família por território.

Gráfico 42 - Jovens chefes de família por território



Fonte: dados da pesquisa.

A partir desses dados percebe-se que há um alto percentual de jovens em todos os territórios que são considerados pessoa responsável pela família. Esse percentual gira em torno de 25% dos economicamente ativos e em média 7% dos não ativos economicamente. Os dados ilustram a percepção dos entrevistados de que um dos motivos da permanência no campo esteja relacionado às responsabilidades com sua própria família.

Um quarto motivo, com 9%, seria a permanência no meio rural com o intuito de ajudar ou cuidar dos pais, conforme mostrado a seguir:

Ajudar os pais nas atividades agrícolas ou por aptidão ao meio rural (Entrevistado 13).

Vivência familiar, desejo de continuar o trabalho de seus antepassados (Entrevistado 5)

Porque, em alguns casos, precisam cuidar dos seus pais na velhice (Entrevistado 1).

Os trechos evidenciam que muitas vezes os jovens necessitam ajudar o empreendimento familiar, com responsabilidades nas atividades agrícolas, além de cuidar dos pais que precisam de ajuda pela questão da idade.

Outro motivo, também com 9%, seria a dificuldade de conseguir emprego e se sustentar em cidades maiores, como afirmam:

Grande parte por não conseguir emprego na cidade (Entrevistado 13).

Por não conseguir se sustentar em cidades maiores (Entrevistado 11).

As duas passagens demonstram a percepção dos entrevistados acerca de um problema crucial para os jovens que desejam imigrar para as cidades maiores, que é a possibilidade de conseguir um emprego com o qual possam sobreviver. Para Silva e Botelho (2016, p. 29), essa é “uma pauta crucial para a juventude que sofre para conseguir empregos de qualidade e melhor inserção no mercado de trabalho”.

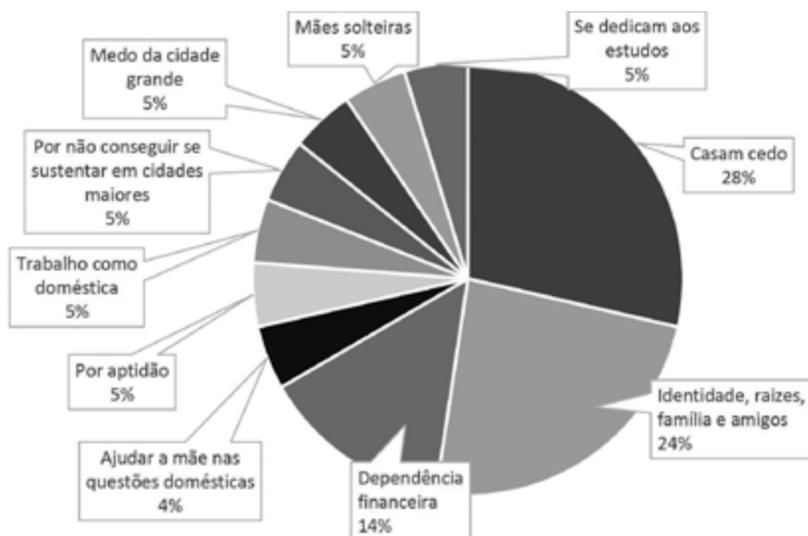
Motivos também citados, totalizando 4% cada, se referem ao fato dos pais não permitirem a migração dos jovens; e a possibilidade de um negócio próprio no campo, como enfatiza o Entrevistado 13: “Construir independência sem a questão do patrão”. Outros fatores seriam a falta de escolaridade e o início no mercado de trabalho local muito cedo, pois os jovens “começam a trabalhar cedo”, segundo o Entrevistado 2. A questão da qualidade de vida e segurança no campo também figuram como motivos pelos quais os homens jovens permanecem nos municípios dos territórios pesquisados.

Como se pode perceber, os motivos estão diretamente ligados à questão de identidade com o campo, às relações familiares e de trabalho e geração de renda. No entanto, alguns motivos se apresentam na perspectiva da falta de alternativa, somados a fatores como falta de escolaridade ou serem muito jovens ao ponto de ainda necessitarem da autorização dos pais.

As jovens e a permanência no campo

Com relação às mulheres jovens, em ampla maioria, as respostas mostraram que a continuidade da presença das mulheres no meio rural está relacionada às relações sociais e familiares, via de regra numa condição de subordinação e dependência frente aos demais membros da família, especialmente pais e maridos, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 43 - Resposta à pergunta “As mulheres jovens permanecem no município por quê?”



Fonte: dados da pesquisa.

O primeiro motivo que desponta é o fato de as mulheres casarem cedo, o que impediria ou dificultaria a migração e, a partir dessa perspectiva, as jovens permanecem no campo, como explicam os entrevistados a seguir:

Porque é mais difícil para as que já casaram de sair de casa (Entrevistado 1).

Porque muitas vezes é o homem o responsável pelo sustento da família, evitando que as mulheres saiam de casa para trabalhar (Entrevistado 1).

Formação de família precoce (Entrevistado 2).

Casam-se muito cedo vão cuidar da casa, permanecendo assim nos seus municípios... mas sem nenhuma expectativa de vida, acomodando-se apenas nos serviços domésticos (Entrevistado 8).

Ao se comparar com os motivos a permanecer no campo com relação ao gênero, observa-se que os homens são vistos como “chefes de família”, ou seja, permanecem no campo por serem as pessoas responsáveis pelo domicílio. No entanto, com relação às mulheres, essa percepção muda, pois elas são percebidas como cuidadoras da casa e, já que o homem é o responsável, isso evitaria que aquelas saíssem de casa para trabalhar. O Entrevistado 8 ainda acrescenta que o fato de casarem cedo traz também um conformismo e acomodação aos serviços domésticos. Segundo Paulo (2014, p. 243),

As questões de gênero são ainda mais diferenciadoras da vivência da juventude quando estão relacionadas [...] à condição de casada. Nesta, a jovem não é mais tratada como *moça* e [...] assumem as responsabilidades do lar e do marido, quando ainda não são mães, aumentando ainda mais as responsabilidades sociais ao assumirem este papel social.

Baseando-se nesta autora, se associadas às melhores condições socioeconômicas da família, as diferenças de gênero podem implicar que as jovens não participem do trabalho da agricultura. Assim, elas são incentivadas aos estudos e a aprenderem a “ser boas donas de casa”, preparando-se para o casamento. Dentro desse contexto, assumem as responsabilidades específicas do lar e de mães.

Outro motivo que desponta, na percepção dos entrevistados, como determinante para a permanência das jovens no meio rural, com 24%, são os vínculos sociais com amigos, família, raízes e a identidade local.

Família e apego ao próprio município, além que muitas conseguem trabalhos em casa de família e, portanto, se contentam com o pouco que ganham (Entrevistado 12).

Pelos vínculos estabelecidos (amigos, família etc.)
(Entrevistado 11).

Maior afeto ao vínculo familiar (Entrevistado 5).

Assim como com os homens jovens, as relações sociais são vistas pelos entrevistados como um fator determinante para a não migração das jovens rurais, que valorizam as interdependências e os vínculos sociais, culturais, afetivos, as amizades, a importância da família e o convívio estabelecido no município.

Em terceiro lugar, aparece a questão da dependência financeira das mulheres jovens como uma razão decisiva para a continuidade da vida no campo. Nesse sentido, essa dependência ocorre em dois polos: por um lado, as jovens solteiras que ainda moram com os pais e são dependentes destes; e as casadas, que dependem dos maridos. Nessa perspectiva,

os jovens, e principalmente as mulheres, mesmo sendo responsáveis por grande parte do trabalho na agricultura, sempre são tidos como ajudantes e pouco ou nada recebem por este trabalho, sendo este apenas possibilitador do balanço entre trabalho e consumo que dá base à família camponesa. Expressão de uma cultura patriarcal, o papel da jovem na família é considerado inferior tanto no seu aspecto material como simbólico. Seu trabalho é menos valorizado e sua autonomia negada (PAULO, 2014, p. 243).

No segundo capítulo desta pesquisa, verificou-se que a juventude feminina representa 60% dos não ativos economicamente, no total dos territórios pesquisados. Com isso, verifica-se que há uma maior incidência de mulheres entre a população que não está inserida no mercado de trabalho, assim como não está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Dessa forma, esses dados mostram que a dependência financeira é premente entre as mulheres jovens.

Além desses motivos já elencados para a não migração, com 5% cada de menções dos entrevistados, estão fatores como

Ajudar os pais, principalmente a mãe, nas questões domésticas (Entrevistada 13).

Por não conseguir se sustentar em cidades maiores (Entrevistada 11).

Pelo medo da cidade grande (Entrevistada 11).

São mães solteiras (Entrevistado 10).

Algumas se dedicam mais a estudar (Entrevistado 10).

Por ter mais apoio dos pais (Entrevistado 7).

No geral, percebe-se que os motivos que levam as jovens a permanecerem no campo, na percepção dos entrevistados, estão relacionados ao mundo privado, como o casamento precoce, ser mães solteiras, a ajuda com os serviços domésticos, as relações sociais, a dependência financeira.

Entretanto, algumas menções destoam dessa percepção majoritária dos entrevistados:

A grande maioria não permanece no município por falta de trabalho (Entrevistado 6).

Quando conseguem terminar o ensino superior, muitas delas vão exercer a profissão em outras cidades ou estados (Entrevistada 3).

Conquista de espaço na área, podendo ser protagonistas de suas próprias decisões (Entrevistado 5).

As duas primeiras passagens revelam que algumas jovens migram pela falta de trabalho no município ou território de origem, principalmente, com qualificação após o término dos estudos. O terceiro entrevistado explica que as mulheres jovens podem sim continuar no município e conquistar seu espaço, tornando-se protagonistas de suas próprias decisões.

Na verdade, estudos mostram que há o fenômeno crescente da masculinização do campo, que ocorre pela migração em sua maioria ser feminina, causando uma preocupação com o futuro dos jovens rurais e, conseqüentemente, com o futuro da agricultura familiar. De acordo com Brumer (2014, p. 215),

Em grande parte, essas preocupações decorrem da ampliação proporcional da migração juvenil (população com idade entre 15 a 24 anos), principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo.

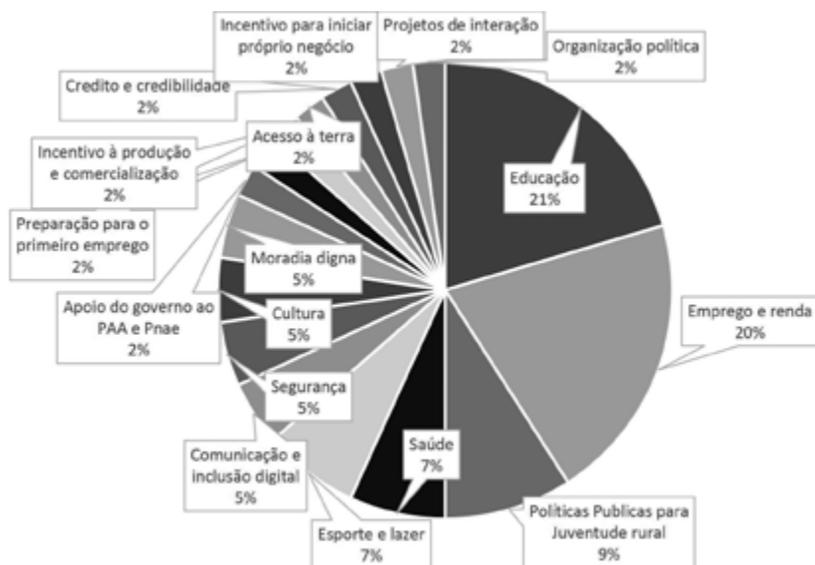
Essa passagem mostra que a questão é premente no campo e precisa ser discutida e observada. As mulheres jovens procuram formas de migrar para as cidades, enquanto a ruralidade está se configurando como um espaço masculino e envelhecido.

Incentivos para a permanência no campo

Os entrevistados também responderam a respeito dos motivos que fariam os jovens permanecerem no município. Ao analisar as respostas, percebe-se que os participantes das Câmaras Temáticas

relacionam o fato da implementação de políticas públicas nos territórios pesquisados como um fator determinante para a permanência dos jovens no meio rural. Abaixo, o gráfico sintetiza essa compreensão:

Gráfico 44 - Resposta à pergunta “O que faria com que os jovens permanecessem em maior número no município?”



Fonte: dados da pesquisa.

Entre os fatores mais citados pelos entrevistados figuram, principalmente, a questão da educação e do acesso ao emprego e renda, ambos com 20% das citações cada. Os entrevistados resumem:

Para que esse cenário pudesse se concretizar seria de tamanha importância acesso ao trabalho, educação por meio de instituições de ensino superior e técnico e ao lazer (Entrevistado 12).

Maior incentivo de estudo, cursos superiores nas áreas mais variadas, além da de humanas. Maior investimento na criação de empregos para jovens aqui, etc. (Entrevistado 4).

O cenário que poderia favorecer a permanência dos jovens no campo seria a existência de educação de Ensino Superior nos territórios, com uma gama de variação de cursos, e o acesso ao trabalho na própria localidade.

Em seguida, com 9%, surge de forma mais genérica o desejo por políticas públicas voltadas para a juventude rural que “possam realmente ser executadas”, como afirma o Entrevistado 5, seguido de saúde e esporte e lazer, com 7% cada. Com 5% cada, outros motivos que surgiram na pesquisa foram: a necessidade de acesso à comunicação e inclusão digital, segurança, cultura e moradia digna. As alusões a seguir demonstram esses fatores:

Crédito e credibilidade, além da garantia de educação, cultura, esportes, inclusão digital, entre outros, no campo sem que os mesmos precisem buscar tais entretenimentos e formação na área urbana (Entrevistada 13).

Os principais anseios da juventude estão ligados a condições de dignidade, isso em qualquer lugar que estejam, emprego e renda, qualidade de vida, educação, saúde e segurança (Entrevistado 9).

Os trechos refletem diversas condições importantes que são necessárias para evitar ou minimizar a migração dos jovens dos territórios analisados. O primeiro entrevistado explica que se a juventude rural tivesse acesso ao crédito e à educação e cultura, entre outras políticas públicas, no próprio território, não seria necessário buscar esses elementos na área urbana. O Entrevistado 9 relaciona

o anseio da juventude a condições dignas de vida, pois são políticas públicas fundamentais para a própria sobrevivência dos jovens em qualquer localidade, independentemente de ser rural ou urbana.

Por fim, com 2% cada, os entrevistados também afirmaram a necessidade de apoio do governo ao PAA e Pnae; preparação para o primeiro emprego; incentivo à produção e comercialização; acesso à terra; crédito e credibilidade; incentivo para iniciar próprio negócio; projetos de interação entre as juventudes urbanas e rurais e organização política. Para a Entrevistada 13, deveria haver:

Políticas de incentivo à produção e comercialização, bem como formação na área rural como uma escola rural que forme o jovem dando ênfase as práticas adequadas para a nossa região semiárida.

A representante da Câmara Temática de Juventude traz à luz o aspecto da formação escolar voltada para a temática do rural e com práticas adequadas ao semiárido como forma capacitação técnica direcionada para a geração de renda. Sobre esse assunto, Stropasolas (2014, p. 186) cita dados divulgados pela Unicef e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC/INEP) sobre os aspectos relacionados à precariedade e à desigualdade social verificadas no meio rural brasileiro no âmbito educacional, esclarecendo que

Os números divulgados nos estudos indicam o difícil quadro da educação rural no Brasil. De um lado, é justamente entre as crianças e os adolescentes que vivem em áreas rurais que encontramos os maiores índices de crianças não alfabetizados. Por outro lado, a baixa qualidade do ensino oferecido nos estabelecimentos rurais também é alarmante. Geralmente, o conteúdo ensinado nas cidades é levado para o campo sem problematização, desconsiderando as realidades locais (STROPASOLAS, 2014, p. 186).

A partir da afirmativa acima, muitas vezes o ambiente escolar do campo continua empregando técnicas e conteúdos que não são adequados à realidade local, desconsiderando, assim, a cultura e costumes da região. Isso leva ao desinteresse, evasão e altos índices de analfabetismo entre crianças e jovens.

Os entrevistados reconheceram que os jovens precisam de:

Um maior incentivo através de apoio técnico e financeiro para que possam iniciar seus próprios negócios (Entrevistado 5).

A oportunidade de ter em que trabalhar... e ter políticas acessíveis para desenvolver atividades no campo e na cidade (Entrevistada 8).

O entrevistado 5 destaca a temática do empreendedorismo e da necessidade de incentivo técnico e financeiro para os jovens que desejam iniciar seu próprio negócio. Nesse sentido, ao observar as políticas públicas voltadas para a juventude rural, conforme destacado no capítulo anterior, percebe-se que existem poucas alternativas que incentivam esse tipo de iniciativa no campo. A Entrevistada 8 também enfatiza esse mesmo assunto ao afirmar que deveria existir políticas para o desenvolvimento de atividades no campo e na cidade para os jovens.

No geral, quando perguntados acerca dos motivos que fariam o jovem permanecer no campo, os entrevistados relacionaram esses fatores às políticas públicas governamentais e ao incentivo em áreas mais gerais como educação, emprego e renda, saúde, cultura e acesso à terra, por exemplo. Além disso, levantaram a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para a juventude rural. Também foi salientado que a organização política desses jovens pode contribuir com a continuidade na vida rural.

Percepção acerca das Políticas Públicas de Juventude

Além de buscar compreender a percepção dos jovens participantes das Câmaras Temáticas com relação aos desafios mais importantes para a juventude rural, esta pesquisa também observou questões acerca das políticas públicas específicas de juventude nos Territórios Rurais e de Cidadania do RN.

Acesso dos jovens a políticas públicas nos territórios

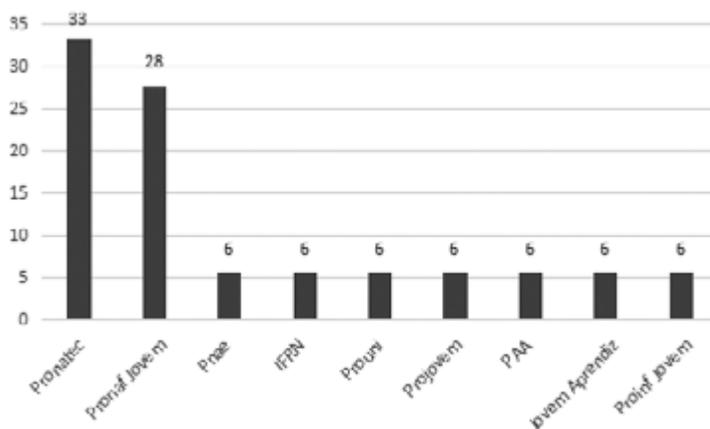
Ao serem questionados sobre a quais políticas públicas a juventude tem acesso nos municípios do seu território, a prevalência das citações foi das iniciativas direcionadas para a educação, como salientado pelos entrevistados:

Pronatec, Fies, ProUni, Sisu, essas são algumas das políticas que, de fato, nossos jovens têm conseguido acessar, que estão mais ligadas à área da educação (Entrevistado 9).

Políticas de incentivo ao esporte e programas voltados para a educação (atividades extracurriculares, por exemplo) (Entrevistada 4).

Por meio dos trechos acima, vê-se a percepção de que os programas e ações governamentais no âmbito educacional são os mais acessados pelos jovens, visto que são políticas mais amplas e universais. O gráfico a seguir revela as políticas públicas mais citadas nas entrevistas:

Gráfico 45 - Resposta à pergunta “A quais políticas públicas o jovem tem acesso nos municípios do seu território?” (em %)



Fonte: dados da pesquisa.

Dentre os programas mais mencionados, a maioria dos entrevistados respondeu, com 32%, que os jovens acessavam o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Como visto anteriormente, esse programa foi criado em 2011 com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país e funciona em duas modalidades: rural e urbana. O Pronatec Campo visa ofertar cursos com um formato adequado ao campo, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, com o intuito de qualificar jovens e adultos da agricultura familiar.

Em seguida, com 28%, os participantes das Câmaras Temáticas apontaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com alguns citando o Pronaf Jovem; no entanto, segundo o Entrevistado 13:

Acesso à linha de crédito pelo Pronaf que não é específica para os jovens, já que a linha destinada para a juventude é de difícil acesso.

Isso evidencia uma crítica ao fato da dificuldade de acesso à linha de crédito que é específica para a juventude. Segundo o participante da pesquisa, os jovens buscam como alternativa as demais modalidades de microcrédito rural do Pronaf, que atendem aos demais agricultores, independentemente da faixa etária.

Os entrevistados também citaram, com 8% cada, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); IFRN; Programa Universidade para Todos (ProUni); e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). E, com 4% cada, também foram citados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Jovem Aprendiz.

Pnae (compras oriundas da agricultura para programas de governos) de forma isolada (Entrevistado 13).

Acesso ao ensino técnico pelos IFRN no território (Entrevistado 13).

O Pronaf grande parte dos jovens tem acesso, Pronatec, Projovem etc. (Entrevistado 1).

Percebe-se que predominam as menções aos programas que foram criados durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e continuados na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Essas políticas públicas criadas no período visaram, por um lado, ampliar a oferta de cursos técnicos profissionais no campo, assim como oferecer alternativas de crédito, acesso à terra e comercialização da produção da agricultura familiar, e foram incremento de renda e melhorias no campo.

Políticas Públicas de Juventude

Nas entrevistas, também foi questionado quais são as políticas públicas de juventude conhecidas pelos participantes da pesquisa. Essa foi uma forma de abordar especificamente as PPJs, diferenciando-as das demais políticas públicas já citadas anteriormente, que podem ser criadas para atender um público mais amplo.

Sobre o assunto, houve um predomínio acerca de políticas já mencionadas antes, como ProJovem, Pronaf Jovem, Aprendiz Legal, Jovem Aprendiz etc. Além disso, surgiram o Ater Jovem e questões como a participação política e o comitê de juventude. O Entrevistado 13 ressaltou:

Crédito específico para juventude rural. Cotas dentro de alguns programas e editais, como crédito fundiário. Cursos técnicos de formação para os jovens, como o Pronatec, Pronera, entre outros.

Assim, o integrante da Câmara Temática de Juventude relaciona uma série de ações específicas para os jovens rurais. Entretanto, outros entrevistados não souberam responder ou informar, assim como o Entrevistado 4 afirmou que conhecia “As que estão presentes no Estatuto da Juventude”, de forma genérica, sem pormenorizar, contudo, quais são essas políticas públicas. Outros ressaltaram que:

São inúmeras, não consigo especificar, mas sabemos que em todos os âmbitos existem políticas voltadas para a juventude, na educação, cultura, esporte, trabalho etc., mas essas políticas não têm chegado nas bases (Entrevistada 11).

É do meu conhecimento o Pronaf, com algumas linhas dentro da política direcionadas à juventude rural. No entanto, não se tem tido efetividade, os jovens não conseguem acessar (Entrevistada 9).

As duas passagens explicitam que há uma dissonância entre a implementação das políticas públicas na teoria e o que ocorre realmente nos territórios; existem diversos programas voltados para a juventude rural, todavia, essas políticas não têm “chegado nas bases”, ou seja, os jovens não conseguem se beneficiar na prática.

Políticas Públicas para a juventude rural

Segundo estudo elaborado por Souza (2013) apresentado no capítulo anterior, 16 ministérios e secretarias implementam Políticas Públicas de Juventude no país, totalizando quase 50 programas e projetos direcionados aos jovens em geral. Para a juventude rural, a pesquisa verificou que existem três ministérios atuando nessa questão, com destaque para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no qual existiam dez políticas públicas para os jovens do campo.

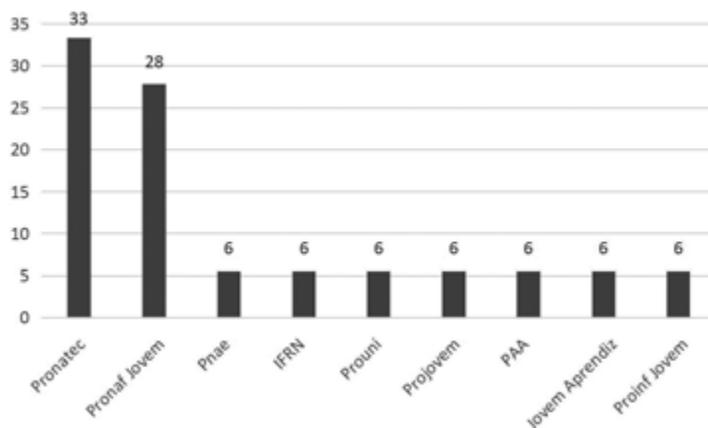
De acordo com Valadares (2016), a organização e a ampliação do acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para a promoção da cidadania conseguiram desacelerar em alguma medida a saída de jovens do campo.

Ou seja, mesmo em um cenário ainda bastante hostil à agricultura familiar, uma hipótese pertinente para explicar o aumento da permanência diz respeito às “pequenas” conquistas dessa população, que contaram ao longo dos anos 2000 com um incremento considerável da renda, com notável reflexo no padrão de consumo de bens duráveis, incluindo veículos automotores; melhoria nas condições de infraestrutura, com ampliação significativa do acesso à energia, à água, à telefonia e à internet; ampliação do acesso e da importância das políticas sociais, em especial as transferências de renda e a previdência social, que tem seu piso atrelado ao salário mínimo; crescimento do acesso a políticas produtivas, tais como reforma agrária, crédito, assistência técnica, PAA, PNAE, entre outras (VALADARES, 2016, p. 68).

O autor analisa as políticas públicas que surgiram durante os anos 2000 e que possibilitaram o incremento da renda das comunidades rurais no país, refletindo na melhoria do padrão de vida no campo, assim como a melhoria da qualidade de vida, com acesso a recursos como água e energia. Da mesma forma, com diversas políticas públicas implementadas para os jovens.

Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou compreender a percepção dos participantes das Câmaras Temáticas de Juventude com relação a quais políticas públicas específicas de juventude estavam disponíveis nos municípios e territórios Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande, Trairi e Potengi. Após sistematizadas, as respostas podem ser visualizadas no gráfico a seguir.

Gráfico 46 - Resposta à pergunta “Quais as políticas públicas de juventude estão disponíveis nos municípios/Território?” (em %)



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados mostram que as principais políticas acessadas pelos jovens dos territórios pesquisados, na visão dos entrevistados, são os cursos técnicos do Pronatec e o Pronaf Jovem. Esses dois

programas são executados pelo MDA em parceria com diversas instituições e, no geral, visam oferecer condições que propiciem a permanência no meio rural, evitando, assim, a migração do campo para a cidade.

O Pronatec, com 33%, visa oferecer formação e capacitação técnica e profissionalizante, ou seja, tem o intuito de dar a oportunidade de educação qualificada para o jovem do campo, sendo uma iniciativa fundamental para a sucessão rural.

Para Frederico Kramer Costa, representante do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Pronatec faz parte de uma política estratégica para a consolidação dos territórios no estado. Segundo ele,

O Pronatec é um programa que eu acho importante, considerando que ele tem um catálogo fixo de cursos voltados para a questão agrária, como a questão de orgânicos; também tem boas práticas de processamento de frutas, queijo, enfim. Ou seja, existe uma gama de cursos que são bem adequados à agricultura familiar (informação verbal)³.

O entrevistado explica que essa política é significativa por oferecer vários cursos adequados à agricultura familiar e acrescenta que “o Pronatec hoje é debatido pelo colegiado e, a partir do colegiado, se forma um arranjo, no geral, para votar as demandas”. Segundo Frederico Costa, as demandas dos jovens pelos cursos são debatidas nas reuniões do colegiado e é nesses espaços de discussão que a juventude busca as vagas.

³ Entrevista concedida à pesquisadora por Frederico Kramer Costa, em 21 de agosto de 2016.

O então delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no RN (MDA), Dário Andrade, ratifica essa informação, explicando que antes dos colegiados territoriais, os jovens buscavam os cursos isoladamente:

Os jovens buscaram inclusive cursos que eram mais do interesse deles, mas fora de uma estratégia de desenvolvimento dos territórios, isoladamente, cada jovem abriu inscrição. Apesar de que a gente discutiu no território, inclusive, a gente trabalhou eixos mais voltados para a produção orgânica, para o uso de recursos naturais. (informação verbal).

Ele esclarece que, como as vagas do Pronatec são limitadas, os jovens que tinham interesse em outros cursos procuravam se inscrever naqueles que tinham mais importância para eles. Depois, com o colegiado, os representantes discutiam dentro de uma perspectiva territorial os eixos que podiam atender a demandas da agricultura familiar.

No entanto, sobre a demanda por cursos dentro do contexto territorial, a Entrevistada 11 relata que

O que a gente consegue visualizar hoje é o Pronatec que, de toda forma, tem formado a juventude fora de seu contexto. Tipo, você vai fazer um curso do Pronatec e só oferece auxiliar administrativo, quando você é de uma comunidade rural e não é fortalecido isso dentro da sua identidade. Os cursos que têm sido oferecidos pelo Pronatec no nosso contexto eles são descontextualizados para pensar a juventude rural. E quando se forma no Pronatec, o jovem tem sido motivado a vislumbrar o urbano que é o bacana.

Segundo a representante da Câmara Temática, muitos cursos do Pronatec ainda têm como referência o meio urbano,

como a formação como auxiliar administrativo. Isso significa que, mesmo com os debates nos colegiados territoriais, essa política pública ainda não está totalmente adequada ao meio rural, ou seja, oferecem cursos descontextualizados do contexto rural e,

Ainda que se façam muitas falas de que é preciso fortalecer e manter o jovem no campo, isso é muito na fala ainda. As políticas públicas são muito deficientes nesse sentido (Entrevistada 11).

Para a entrevistada, o Pronatec é um exemplo de que a questão sobre o fortalecimento e a permanência do jovem no campo ainda existe muito no discurso, pois há deficiência da efetividade das políticas públicas.

Em segundo lugar, com 28%, foi citado o Pronaf Jovem, que também tem como objetivo a garantia de sucessão rural, concedendo crédito para que os jovens agricultores possam desenvolver suas próprias atividades econômicas.

No entanto, os entrevistados ressaltaram a dificuldade de acesso a essa linha de crédito para os jovens.

O Pronaf Jovem já foi muito mais burocrático, mas ainda são poucos os casos em que, eu não consigo dizer em números quantos jovens alcançaram ou tiveram acesso ao Pronaf Jovem, mas tenho certeza de que são muito poucos. Pelo menos na Câmara Temática nós não ouvimos ainda relatos de jovens que conseguiram o Pronaf. É muito complicado o acesso ao crédito. O acesso às demais políticas públicas já é difícil e o acesso ao crédito e à terra é muito mais (Entrevistada 11).

O depoimento ressalta a burocracia existente para acesso à política pública de microcrédito rural para os jovens, revelando que na Câmara Temática da qual faz parte ainda não ouviu relatos de algum jovem que tenha sido contemplado com esse tipo de

crédito. Nesse sentido, compara as dificuldades de ter acesso ao crédito às para ter a propriedade da terra via reforma agrária.

Conforme o ex-delegado do MDA, Dário Andrade, o crédito é uma política pública que deveria atender a todos os jovens nos territórios, pois, após receber a formação, o jovem pode perceber um nicho de mercado e ter a matéria-prima, mas é necessário um capital para se adaptar ao mercado, como por exemplo, adequar a unidade para que possa receber um serviço de inspeção.

Então, para eu fazer isso, eu preciso de um investimento e esse investimento poderia ser na própria linha do Pronaf Jovem ou Pronaf Mulher, mas as características hoje do crédito para eles ainda têm muita restrição. Inviabiliza o acesso do ponto de vista legal, da compreensão do agente financeiro e do técnico local. Mas se você for analisar, uma das grandes autonomias seria eu poder acessar meu crédito e colocar na prática aquilo que eu planejei a partir da minha formação, porque você sabe que nessas horas tem interferência do marido ou do pai, de um, de outro. Então o crédito do Pronaf hoje ainda é vinculado dentro do crédito da família. Então um dos grandes debates hoje é crédito específico para a mulher que o homem não possa acessar, da mesma forma, o jovem (informação verbal).

Primeiramente, o entrevistado salienta que as características da política pública para o crédito hoje ainda têm muitas restrições, inviabilizando o acesso do ponto de vista legal, técnico ou financeiro. A partir dessa análise, sem o microcrédito rural, o jovem não tem também autonomia para colocar em prática sua formação e capacitação. Por outro lado, outra forma de dificultar a criação de empreendimentos e atividades de geração de renda no campo para os jovens seria o fato do Pronaf Jovem ainda estar atrelado ao crédito familiar.

A dificuldade de acesso também é observada pelo Entrevistado 13, quando afirma:

Acesso à linha de crédito pelo Pronaf que não é específica para os jovens, já que a linha destinada para a juventude é de difícil acesso.

Para ele, os jovens ou o núcleo familiar acessam a linha de crédito do Pronaf geral e não a destinada para a juventude rural, justamente por esta ser de difícil acesso.

Sobre as dificuldades de acesso, no entanto, o coordenador-geral de Financiamento da Produção Rural da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Henrique⁴, explica que:

As pessoas achavam que a linha era restrita, pois havia muitos requisitos para o jovem atender. Mas é importante destacar que não é. Nas últimas três safras, ele precisa preencher um desses requisitos, apenas. A norma é clara: é necessário que atendam a uma ou mais dessas condições.

O coordenador se refere ao fato de que, para serem beneficiários do Pronaf Jovem, os jovens agricultores devem ter entre 16 e 29 anos, possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e preencher pelo menos um dos seguintes requisitos: ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de Nível Médio; ter participado de curso ou estágio de formação profissional; ter recebido orientação de uma instituição prestadora de serviços

⁴ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%C3%A9dito-do-pronaf-tamb%C3%A9m-%C3%A9-para-jovens-rurais>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) ou ter participado no Pronatec ou Pronacampo.

Assim, atendendo a um desses requisitos, os jovens poderão ter acesso aos recursos, que podem ser utilizados na implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.

Ao analisar as demandas de diversos movimentos sociais, Galindo (2014, p. 128) ressalta que:

No que se refere à revisão dos programas específicos, merece destaque o caso do Pronaf Jovem. As reformulações defendidas nos levam a crer que este programa se estrutura sob critérios incompatíveis com as demandas e os contextos da juventude rural, e sob uma lógica marcadamente burocrática, bancária e inacessível. A pauta apresenta desde propostas focadas na revisão do teto, prazos e juros, bem como na reformulação dos seus objetivos e desenho institucional.

Para a autora, os movimentos sociais do campo lançam reivindicações no sentido da criação de políticas específicas de juventude rural, que sejam orientadas por um desenho próprio, que considere as suas realidades. Além disso, percebe-se a necessidade de revisão de programas já existentes para a juventude rural, visando aproximá-los dos desafios da atual conjuntura. Dessa forma, Galindo (2014, p. 128) afirma que:

Sabe-se que a agenda de reformulação do Pronaf Jovem não é nada recente, e também que as reivindicações apresentadas são pouco absorvidas pelas instâncias competentes. Diante disso, é necessário desenvolver outros caminhos de negociação e, mais que isso, é preciso pensar se diante de tantas travas, impostas pelo modelo de funcionamento do Pronaf, se este programa é

verdadeiramente capaz de promover autonomia e emancipação da juventude rural, uma vez que os bancos, um dos principais agentes de operacionalização, estão descomprometidos com estes princípios.

Por sua visão, Galindo (2014) afirma que a proposta de reformulação do Pronaf Jovem não é recente e que as demandas e sugestões apresentadas não são devidamente absorvidas pelos órgãos responsáveis por sua implementação. Assim, segundo a autora, seria necessário avaliar outros meios de negociação e, mais ainda, seria preciso rever o real propósito dessa política pública e sua efetividade para os jovens do campo.

Com relação aos demais programas citados pelos entrevistados nesta pesquisa, com 6% cada, também foram mencionadas as seguintes políticas públicas: Pnae; PAA; Proinf Jovem; IFRN; Proni; Projovem e Jovem Aprendiz.

Ao se observar as políticas mencionadas, percebe-se que, por um lado, está o Pnae, PAA e Proinf, que são relacionados à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar; por outro, estão programas voltados para a formação e qualificação profissional.

Sobre essas políticas públicas relativas às questões produtivas, Frederico Costa, representante do Incra, destaca:

Eu acho que essa abordagem territorial como estratégia apresenta avanços e limitações. Do ponto de vista da esfera pública, Governo Federal, estadual e municipal também, algumas ações e programas dos ministérios passam a convergir. Por exemplo, eu vejo uma convergência na questão do Pnae, que é ligado ao ministério da educação e que alguns municípios conversam muito bem (informação verbal).

Para ele, o Pnae seria um exemplo de um programa que favorece a convergência entre as três esferas de governo.

Essa convergência é uma forma de fortalecer a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural, porém,

No caso do Pnae, é do ministério da educação; os municípios executam, mas nesse caso existe um interesse porque para o município comprar da agricultura familiar precisa identificar o agricultor e o melhor espaço para identificar é o colegiado territorial. Aí nesse caso existe um interesse. Mas outros programas como os assistenciais ou os da saúde, que não passam pelo colegiado, isso não ocorre (informação verbal).

Nessa perspectiva, alguns programas e ações não passam pela discussão nos colegiados territoriais, visto que isso não seria necessário para seu funcionamento. Isso ocorre com relação ao Pnae, já que as prefeituras precisam da indicação dos agricultores familiares aptos a vender os produtos para a merenda escolar. Além disso, “os prefeitos ainda não querem emponderar a sociedade civil. Eles executam, não gostam do controle social” (informação verbal).

Dário Andrade esclarece que realmente existem algumas ações que cabe ao colegiado territorial deliberar, já outras não:

Quando a gente fala como isso chega no território, tem ações que cabe ao território deliberar e apontar e tem ações que já vêm direto para o município (informação verbal).

Assim, diversas políticas públicas são direcionadas para os municípios, independentemente da divisão e das demandas dos territórios, pois não seria necessário haver uma deliberação pelos colegiados, enquanto outras são pensadas para ocorrer por meio dessas instâncias.

Sobre o Pnae, Dário Andrade conta que o município de São Paulo do Potengi foi o primeiro a executar essa política no estado, mas

precisou de toda uma articulação antes, precisou mudar a lei porque não era permitido que o agricultor familiar pudesse tirar nota fiscal, várias conversas com a Fetraf, Fetarn iam lá e a gente do território junto aqui com a secretaria de tributação. Depois foi uma proposta para a Assembleia Legislativa, que aprovou e garantiu isso na lei. A partir daí, os agricultores estiveram aptos a comercializar.

O processo de construção do Pnae no estado envolveu toda uma articulação dos colegiados dos territórios para conseguir a aprovação de uma mudança na lei, inclusive, permitindo que os agricultores familiares emitissem nota fiscal. Só assim o Governo do Estado poderia comprar os produtos para a merenda escolar. Dário Andrade relembra as dificuldades enfrentadas na época:

Mas para isso precisava haver outro processo. Ninguém sabia de nada, a prefeitura não sabia como funcionava, agricultor não sabia como tirava nota fiscal, enfim. E a gente foi criando grupos nos municípios, reunia os grupos, fazia o levantamento do que eles tinham de produção, fazia levantamento de quem tinha interesse de vender, preparava a documentação, indicava gráfica. Na época a gente conseguiu uma parceria com a Emater, que se habilitou a fazer o cadastro pro agricultor não precisar vir pra Natal. Fazia nos municípios, inclusive isso ainda pode ser feito, mas ninguém sabe e a Emater muitas vezes não tem interesse. E aí, a gente começou a ir para as prefeituras: “prefeito, é o seguinte, tem esse dinheiro, é obrigatório, vamos fazer”. Mas isso num processo dialogado, chamava sindicato, secretaria de educação e os diretores das escolas. (informação verbal).

Dário Andrade descreve o processo inicial, por um lado, de convencimento dos prefeitos e esclarecimentos acerca dessa política pública e, por outro, de organização dos agricultores familiares e os desafios para a concretização desse programa. Foi necessário o estabelecimento de parcerias com a Emater, por exemplo,

para que a política entrasse em funcionamento, o que contribuiu para que o estado ultrapassasse as metas⁵.

O Estado do Rio Grande do Norte conseguiu ultrapassar em 2013 a marca de 30% dos recursos da alimentação escolar usados para aquisição de produtos da agricultura familiar. Foram 32%, segundo informações do governo do Estado.

Os dados de 2013 mostram que o estado havia superado a meta inicial para aquisição de produtos como hortaliças, frutas, carne de bode e de ovelha vendidos pelos agricultores familiares às escolas. No entanto, com relação ao município de São Paulo do Potengi, Dário Andrade acredita que:

Por ser pioneiro, poderia ter avançado muito no Potengi. Mas até hoje não consegue atingir o Pnae de forma organizada, ainda são os grupos individuais, cada um fazendo ali do seu jeito, sem muita padronização, batendo nos mesmos erros, com dificuldade de organizar a produção para que atenda o que a escola quer comprar e não somente o que ele tem, pra ir pra outros produtos que inclusive agreguem mais valor e fazer o que outros territórios estão fazendo, que é ter as agroindústrias funcionando (informação verbal).

A realidade do território Potengi ainda é de agricultores trabalhando isoladamente, sem padronização dos produtos e com dificuldade de organizar a produção. Assim, segundo o representante do MDA, os agricultores familiares não conseguem agregar valor à

⁵ Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5754-rio-grande-do-norte-foca-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

produção, com o funcionamento de agroindústrias, nem se adequar às necessidades do mercado, oferecendo sempre os mesmos produtos.

Dário Andrade ainda revela que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi imprescindível nesse processo:

A gente saía de uma agricultura familiar tradicional, daquela de levar pra feira, de vender de todo jeito, depois saímos para o PAA, que já exigia uma coisa mais organizada, embora não precisasse de serviço de inspeção. Com o Pnae, a partir de 2010, esses agricultores já estavam num processo de produção mais organizada. Se não fosse o PAA a gente estaria começando o processo agora. Então, o PAA ajudou muito (informação verbal).

O representante do MDA historia essa evolução, relatando que, num primeiro momento, a produção da agricultura familiar era destinada às feiras livres dos municípios e era vendida “de todo jeito”, ou seja, sem padronização nem preocupação com a inspeção sanitária. Depois, com o PAA, os trabalhadores da agricultura familiar começaram a organizar a produção. Então, em 2010, com o Pnae, foi necessário partir para uma produção ainda mais organizada, pois

quando você deixa de atender redes assistenciais para atender quatro, cinco mil alunos no município, não dá pra você pensar que essa produção tem que vir de todo jeito. Ela precisa vir com o aval de um técnico que ateste e diga que ela tem qualidade (informação verbal).

Nesse sentido, com o Pnae, começou a ser exigida a inspeção sanitária dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, houve a necessidade de adequação das instalações e unidades produtivas às exigências dos órgãos responsáveis. Dário Andrade informou que esse processo começou em 2014, após a Conab não aceitar mais produtos sem a inspeção, acrescentando que:

E aí, da mesma forma, seguiu o Phae nos municípios. A partir daí, os agricultores começaram a fazer um processo de investimento. Começaram a construir as unidades de beneficiamento, cada um às vezes ainda do seu jeito, sem a ideia de padronização. Começaram a fazer seus queijos já mais organizados, mas ainda buscando a inspeção (informação verbal).

Ele explica que foi preciso que os agricultores investissem em suas unidades produtivas visando essa adequação dos equipamentos, mesmo que inicialmente ainda sem padronização, mas já havia esse intuito. O problema é o custo desses investimentos, pois

esses empreendimentos são caros, alguns estão financiando por conta própria, outros estão buscando recursos do Pronaf ou do RN Sustentável. E agora o RN Sustentável vai financiar a padronização daqueles que já estão em andamento. E o que avançou mais nos últimos anos é o próprio MDA debatendo e dizendo que é preciso a inspeção dos produtos, mas a agricultura familiar não pode ser nos mesmos moldes dos grandes. O que se deve observar é se segue minimamente os padrões de qualidade (informação verbal).

O representante do MDA reconhece os altos custos de investimentos necessários para essas adequações com a finalidade de que os agricultores familiares tenham acesso à política pública de comercialização dos produtos para as escolas estaduais e municipais. No entanto, ressalta que o projeto RN Sustentável criou uma linha para realizar essa padronização dos produtores que já começaram a organização. Além disso, segundo Dário Andrade, seria necessária uma certa flexibilidade das próprias normas da vigilância sanitária para que esses agricultores pudessem ser avaliados, observando-se, principalmente, se as unidades seguem “minimamente os padrões de qualidade”.

Com relação ao Proinf Jovem, essa é mais uma política pública na qual os colegiados territoriais têm papel fundamental na definição de suas prioridades de contratação de projetos para infraestrutura rural. Além disso, as propostas classificadas devem ser coerentes às definições expressas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Sobre o Proinf Jovem, o representante do MDA salienta que

Então a história dos Proinfs é que se pensou em grandes estruturas quando as pequenas estruturas não estavam preparadas para funcionarem ainda. Se o Proinf tivesse vindo numa escala menor, estruturando as cadeias produtivas menores nos municípios para depois chegar numa coisa regional... (informação verbal).

Dário Andrade respalda a importância dessa política, mas faz uma ressalva sobre a forma como foi incorporada na política territorial, em que veio para oferecer grandes estruturas, quando os territórios ainda não estavam com as pequenas estruturas preparadas para funcionar. No caso do Proinf Jovem, são investidos recursos para o financiamento exclusivo de infraestrutura para o funcionamento de Escolas Famílias Agrícolas, Escolas Comunitárias Rurais e Casas Familiares Rurais, que são

organizações sociais de gestão comunitária, sem fins lucrativos, que através da Pedagogia da Alternância (tempo-escola, tempo-comunidade) buscam promover a formação integral e emancipatória e o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar (PROINF, 2016, p. 2).

Dessa forma, o Proinf Jovem visa financiar projetos de infraestrutura para criação e funcionamento de espaços nos quais seriam ministrados cursos baseados em conhecimentos e princípios da agroecologia e da economia solidária.

No que diz respeito à percepção com relação às políticas públicas de juventude disponíveis nos territórios, além dos cursos técnicos do Pronatec, os entrevistados também citaram programas voltados para a educação, como o Prouni, o Jovem Aprendiz e o IFRN, com 6% cada.

O Prouni visa ofertar bolsas de estudos para Ensino Superior em instituições privadas. Já o Jovem Aprendiz é uma lei regulamentada em 2005 que dispõe que toda empresa de médio e grande porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes. É um programa voltado para a inserção de jovens no mercado de trabalho e atende a uma das dificuldades da juventude que é a falta de experiência para o acesso ao primeiro emprego.

Com relação ao IFRN, tanto os entrevistados quanto os representantes do MDA e do Incra acreditam que a descentralização do acesso à educação, especialmente por meio da interiorização dos Institutos Federais, tem contribuído para a permanência do jovem nos municípios e é fundamental para a questão da sucessão rural.

Agora, o jovem não precisa sair do campo para ter uma formação acadêmica. Formação essa que será fundamental para implantação da sua prática no campo. Associando o saber científico em práticas tradicionais utilizadas pelos mesmos (Entrevistada 13).

O IFRN é extremamente importante, a perspectiva dos jovens quanto a estudar no território foi totalmente alterada (Entrevistada 11).

O IF é muito importante. Muitos jovens estavam saindo para outras cidades em busca de melhores condições de acesso à educação (Entrevistado 10).

No Rio Grande do Norte, os *campi* do IF estão localizados nos seguintes municípios dos territórios pesquisados: Agreste Litoral Sul, em Canguaretama e Nova Cruz; Seridó, em Caicó Currais Novos; Mato Grande, em Ceará-Mirim e João Câmara; Trairi, em Santa Cruz; e Potengi, em São Paulo do Potengi. Assim, os três entrevistados evidenciam o fato de que, com a interiorização dos IFs nos municípios polos dos territórios ocorreu uma nova perspectiva para a juventude rural, que agora não precisa mais sair do campo para ter uma formação acadêmica.

O Entrevistado 9 acrescenta que essa mudança é relevante, pois

Em decorrência desse fato os jovens não precisam sair de seus interiores/ territórios para ter acesso a uma educação de qualidade, pois essa é uma das maiores buscas de todos os jovens, sem falar que, com essa descentralização, as cidades interioranas começam a se desenvolver e criar mais oportunidades de emprego, onde o capital financeiro acaba rodado dentro delas em seus entornos.

O representante da Câmara Temática ressalta que a educação de qualidade é um dos maiores anseios da juventude rural e o fato de ter acesso a isso em seu próprio território é um ponto positivo para a interiorização dos IFs. Além disso, destaca a questão de que essa descentralização permite que os pequenos municípios possam se desenvolver e oferecer mais oportunidades de emprego e renda para as comunidades e seus entornos.

Essa visão de que com a descentralização os jovens não precisam mais sair dos seus municípios para ter acesso a uma qualificação profissional também é compartilhada pelos entrevistados abaixo:

Graças a essas políticas os jovens têm acesso a uma educação de

qualidade (Entrevistada 8).

O jovem não precisa mais sair do seu município ou seu território em busca de educação (Entrevistado 7).

Com a implantação e descentralização destes, ficou mais fácil a permanência dos jovens nos próprios municípios, haja vista que a oferta desses campi são a partir das necessidades e potencialidades dos municípios (Entrevistado 12).

Pelas citações, percebe-se que os representantes das Câmaras Temáticas de Juventude têm a percepção das dificuldades enfrentadas pelos jovens para se deslocar a outros municípios para adentrar o universo do Ensino Superior. O Entrevistado 12 afirma que a oferta dos cursos é feita a partir das necessidades dos municípios. Além disso, também consideram que

Os jovens que moram no campo têm acesso a uma instituição de ensino com transporte circulando na comunidade, o que contribui para a permanência (Entrevistado 2).

Porque com a facilidade no acesso da juventude à universidade, colabora para que mais e mais jovens possam ter acesso ao Ensino Superior (Entrevistado 1).

A questão da facilidade de mobilidade dentro dos territórios é ressaltada, enfatizando que mesmo os jovens que moram em comunidades rurais têm acesso a transporte para se deslocar até as instituições de Ensino Superior. Isso, na visão do Entrevistado 2, facilita a permanência da juventude no campo.

No entanto, alguns entrevistados não consideraram que a descentralização do acesso à educação, mediante a interiorização dos IFs, tem contribuído para a permanência do jovem nos municípios, visto que

Não muito, porque não adianta apenas estudar e não trabalhar na sua área específica (Entrevistado 6).

Na maioria das vezes não, porque mesmo com um curso superior não é fácil arrumar emprego ou exercer a profissão no seu município (Entrevistada 3).

Os entrevistados defendem que ainda é necessário aliar a capacitação e formação educacional com a questão da empregabilidade, pois “não adianta apenas estudar”, ou seja, após a conclusão do curso, esses jovens precisam ingressar no mercado de trabalho em sua área específica. A Entrevistada 3 também salienta outro aspecto fundamental que é o fato de exercer essa profissão em seu próprio município, informando que mesmo com curso superior não é fácil encontrar emprego.

Dessa forma, percebe-se que os entrevistados compreendem que apenas a interiorização da educação não é elemento suficiente para a permanência da juventude no campo, visto que após a formação também é necessário que haja capacidade de o mercado de trabalho local absorver esses jovens em suas respectivas áreas de formação educacional.

E, se isso não ocorrer, os jovens irão migrar para os centros urbanos que possam oferecer emprego e renda. Nesse sentido, segundo Frederico Costa, do Incra, o IF e a interiorização da Educação Superior são muito importantes para a questão da sucessão rural,

a partir do momento em que é uma instituição que possa capacitar para a agricultura familiar. Porque não adianta também o IF estar lá capacitando o jovem para ele vir para o mercado da grande cidade. A gente já escutou falar nisso também nos colegiados. No Trairi, por exemplo, tem um curso sobre refrigeração, eu sei que lá é quente (risos), que é no semiárido, mas qual o mercado que tem? (informação verbal).

O trecho chama a atenção para a necessidade de que os cursos sejam atrelados à realidade local dos territórios, pois o objetivo deveria ser a permanência da juventude no campo e não a formação para o mercado de trabalho dos centros urbanos. Dessa forma, o entrevistado cita o curso de Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstico, que é oferecido pelo Pronatec no IFRN de Santa Cruz, como um exemplo de formação que não se adequa à demanda do mercado local.

Ao se observar os outros cursos oferecidos no mesmo município, percebe-se que os demais também seguem essa mesma característica: Auxiliar de Recursos Humanos, Mecânico de Ar-condicionado automotivo, Mecânico de Máquinas Industriais e Vendedor. Ou seja, nenhum dos cursos ofertados é relacionado às demandas da agricultura familiar.

Para Frederico Costa, no RN, a decisão do Governo Federal de interiorizar a rede de IFs é muito importante para o desenvolvimento dos territórios. No entanto, os IFs precisam implementar cursos mais voltados para a agricultura familiar, pois se isso não ocorrer, ao invés de manter os jovens nos territórios, esse contexto vai facilitar a migração para as cidades:

Então, terminou o curso, o que você acha que as pessoas vão fazer? Até porque você sabe que a vida urbana é mais sedutora, principalmente, para o jovem. E assim me parece que teve uma postura de interiorizar o IF, mas ele precisa acordar do ponto de vista de qual é o público daquele território (informação verbal).

Assim, o representante do Incra considera que a vida urbana é mais sedutora do que no campo e esse tipo de formação é mais um motivo para que o jovem se disponha a ir morar nas grandes cidades. Dessa maneira, o IF ainda precisa entender o público dos territórios e adaptar sua oferta de cursos para aquela realidade, visando a permanência no campo.

O Entrevistado 12 concorda com essa visão, afirmando:

Eu acho que o IF ainda é principiante, porque no Potengi só existem dois cursos: Meio Ambiente e Edificações. Então se você não tem o perfil daqueles cursos, você não se interessa para fazer. Além disso, tem a questão da empregabilidade, pois edificações pode ter empregos em cidades maiores, como o polo regional, que seria São Paulo do Potengi. Mas não tem em municípios como Lagoa de Velhos, que é um município pequeno.

A passagem mostra a debilidade do IF de São Paulo do Potengi, que oferece apenas dois cursos e, mesmo assim, na visão do entrevistado, não são voltados para a realidade local. Isso porque o curso de Meio Ambiente não teria demanda para o ingresso da juventude no mercado de trabalho e o de Edificações, no qual os formandos poderiam ser absorvidos na construção civil, somente teria demanda em cidades maiores. Segundo a Entrevistada 11,

O grande mercado está na capital e quando não está na capital é o agronegócio que está empregando todos os dias.

Dessa maneira, a juventude teria como alternativas o “grande mercado”, localizado na capital potiguar, ou então o agronegócio que emprega mão de obra nos territórios. Nesse sentido, não existiria a perspectiva da agricultura familiar como empregadora da juventude. Para Dário Andrade, delegado do MDA na época da pesquisa, o IF “veio para o território, mas não incorporou aquele território, do ponto de vista da demanda”.

Para a Entrevistada 11, os territórios ainda não conseguiram alcançar cursos para a juventude voltados para o campo:

Eu acho que um curso para o nosso território teria que ser um curso de agroecologia, um curso mais voltado para o campo

realmente e isso a gente não conseguiu alcançar ainda. Por exemplo, a gente tem algumas escolas rurais mais voltadas pra isso, mas o acesso pros jovens do Potengi é muito complicado. Ou você vai pra Jundiá ou vai pra Jundiá (risos). Lá é onde tem mais esse perfil rural, mas tem os cursos técnicos de agroecologia, mas a galera não tem acesso a isso e, quando tem, tem que sair do município. E às vezes nem sabe, nem tem acesso às informações.

Ela se refere à Escola Agrícola de Jundiá como a única alternativa para os jovens que querem frequentar cursos mais voltados para o meio rural. Essa instituição oferece cursos de graduação nas áreas de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, além de ensino técnico em Agroindústria, Agropecuária e Aquicultura. O problema, como a representante da Câmara Temática enfatiza, é que essa escola está localizada em Macaíba; dessa forma, os jovens precisam se deslocar para esse município, se afastando dos municípios de origem. Além disso, outra questão é que a juventude não tem informações sobre esses cursos e, por isso, muitas vezes não tem acesso.

O Entrevistado 5 também percebe essa dificuldade com relação aos cursos disponibilizados pela instituição, enfatizando que

Ainda temos muito a lutar para que sejam implantados mais cursos voltados para a área rural da região, fazendo assim que os jovens possam cada vez mais se sentirem atraídos pelas causas da agricultura familiar e de melhoria das produções de gêneros alimentícios, para um maior fortalecimento da permanência dos jovens no campo.

Esse participante da pesquisa associa diretamente o fortalecimento da permanência dos jovens no campo à oferta de cursos direcionados e identificados com o meio rural. Para ele, isso vai fazer com que os jovens compreendam e se interessem pelos princípios da ruralidade, garantindo o envolvimento nas

causas da agricultura familiar e a formação visando a melhoria dos produtos desse segmento.

Frederico Costa conclui que os cursos oferecidos nos *campi* do IF deveriam ser orientados no contexto da organização produtiva e ter como objetivo a permanência da juventude e não a migração para as áreas urbanas:

Não é para esvaziar o campo, é para desenvolver os municípios rurais. Então você tem que garantir que forme mão de obra qualificada para as potencialidades locais do território.

Isso significa que, para este gestor, o IFRN deve servir para oferecer cursos voltados para a realidade local e que favoreçam a continuidade da juventude no meio rural. A Entrevistada 4 reforça essa visão:

O IFRN principalmente, pois os cursos interessam mais aos jovens. A universidade também contribui para isso, entretanto, a média de idade dos estudantes do curso de graduação não é tão jovem. Se houvesse maior variedade nas áreas dos cursos, acredito que isso seria diferente.

Ela acredita que há um interesse maior dos jovens pelos cursos ofertados pelo IFRN nos territórios pesquisados, apesar da interiorização da universidade. Entretanto, era importante que houvesse uma maior diversidade nos cursos disponibilizados pelas instituições.

Por outro ponto de vista, os entrevistados afirmam que a formação com relação ao uso de novas tecnologias no campo é fundamental para a inserção da juventude no processo produtivo, pois

Esse processo ainda tem aquele estigma do trabalho pesado, braçal, e sendo que o campo já apresentou outra ruralidade. Hoje, o campo tem muitas tecnologias que você pode utilizar, tecnologias para além das máquinas, mas essa formação não tem chegado. E a formação que chega é de auxiliar administrativo, é de cabeleireiro, é de alguma coisa assim (Entrevistada 11).

Desse modo, os cursos que são disponibilizados aos jovens do campo devem incluir em seu cerne o advento das inovações tecnológicas que foram criadas para atender às necessidades de produção. Para o IICA (1989), a saída do homem do campo em busca de novas oportunidades na cidade que impulsionou a necessidade da mecanização e automação da agricultura no Brasil. A Entrevistada 11 enfatiza que os cursos que chegam aos territórios estão longe de atender a essa demanda, pois buscam formar para profissões como cabeleireiro ou auxiliar administrativo, por exemplo. Em municípios maiores, como São Paulo do Potengi, que é mais desenvolvido, é possível verificar cursos para a produção de doces, derivados do leite, artesanato, mas isso não ocorre em todos os municípios do território, pois “nem todos os municípios conseguem organizar essas formações”, explica o Entrevistado 12. Esses cursos já seriam mais voltados para o aproveitamento da produção, inclusive com agregação de valor aos produtos do campo.

O uso de tecnologias no campo também foi citado pelo representante do Incra, Frederico Costa, que afirmou:

Também não dá pra pensar em produzir alimentos na enxada, também não. Então, terra, tecnologia e crédito. Se pudesse focar nessas daí também. Hoje em dia, todos têm acesso à internet, acesso à informação. Então, você prefere trabalhar no campo ou na cidade, dentro de uma sala com ar-condicionado? Então se o trabalho no campo puder ser dotado de tecnologia... (informação verbal).

O gestor enfatiza que, na contemporaneidade, não se pode pensar em trabalho no campo apenas com ferramentas como a enxada, e que é preciso o acesso à terra, ao crédito e à tecnologia para a permanência da juventude no campo. Isso porque os jovens do campo têm acesso à informação e por isso teriam o apelo sedutor da vida urbana.

Ao analisar as pautas de reivindicação de diversos movimentos sociais com relação à educação no campo, no artigo “Em pauta: juventude rural e políticas públicas”, Eryka Galindo (2014, p. 129) afirma que:

As demandas apontadas versam sobre maior investimento público, no sentido de: aumentar o número de escolas do campo, garantindo maior e melhor oferta de ensino em todos os níveis educacionais, especialmente superior; qualificar e ampliar o orçamento dos programas voltados à educação do campo; promover ações que tornem o currículo das escolas do campo comprometido com o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

Essas demandas seguem a lógica apresentada pelos depoimentos desta pesquisa, em que as percepções dos entrevistados convergem para a necessidade da promoção de cursos cujos currículos se comprometam com a realidade e as especificidades do meio rural. Para a autora, o investimento público tem um amplo panorama de reivindicações que precisam ser sanadas, que vão desde aumentar a quantidade de escolas localizadas no campo, garantir a oferta de ensino em todos os níveis, até essa questão de cursos com o compromisso e o olhar para a consolidação e valorização da agricultura familiar e camponesa.

Além da educação de qualidade, a Entrevistada 11 reforça que o campo deveria ser um ambiente que oferecesse outras políticas públicas, como saúde, trabalho, renda, lazer e cultura. Sem isso, segundo o Entrevistado 12,

Eu acho que a ausência dessas políticas públicas causa também o êxodo das pessoas. Eu sou um processo disso, pois tive que vir para a capital para fazer o curso superior porque lá no território não tem. Atualmente, tem o IF, mas faz apenas dois anos.

Nesse sentido, o êxodo da juventude é visto de uma maneira mais ampla, em que o ambiente rural é um espaço de ausência de políticas públicas e isso seria um motivo para a migração para as grandes cidades. Ele cita o próprio exemplo de jovem que teve que migrar para a capital do estado em busca do Ensino Superior. Complementando essa ideia, a Entrevistada 11 reforça que

Cultura e lazer para a juventude é inexistente ou quase inexistente nos territórios. Você depende completamente da política municipal e de ações populares, realmente.

A entrevistada traz a questão das políticas públicas municipais que atendem a algumas demandas da juventude ao disponibilizar alguns equipamentos públicos voltados para a cultura e o lazer nos municípios rurais, além das iniciativas populares para suprir essas carências, já que esses fatores são “inexistentes ou quase inexistentes nos territórios”.

São equipamentos pouquíssimos, são mais urbanos. No rural, você não vai encontrar quase nenhum equipamento nessa questão cultural e de lazer. Dentro dos territórios, é muito rico culturalmente, a gente tem Fabião das Queimadas, tem grupos culturais (Entrevistado 12).

O participante da pesquisa cita o poeta, tocador de rabeça e cantador brasileiro Fabião das Queimadas, que foi escravo, mas conseguiu comprar sua alforria, nascido no município de Santa

Cruz. Esse é só um exemplo da riqueza que existe dentro dos territórios, com grupos de teatro e dança, ou seja, uma infinidade de caminhos e potenciais que não são explorados porque não há políticas públicas específicas. E quando chegam, vêm mais nas zonas urbanas e sempre de forma muito pontual.

Ao analisar os motivos do fenômeno da migração da juventude, Barcellos (2013, p. 5) explica que muitos jovens “transitam intensamente entre o rural e o urbano, seja para trabalhar, estudar ou encontrar alternativas de vivência, por meio da cultura, esporte e lazer”.

Lima et al. (2013), na pesquisa “Juventude Rural e Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil”, também ressalta que o campo oferece limitadas opções de lazer e isso é um fator que impulsiona a migração dos jovens para as cidades. Assim, os jovens querem o acesso à terra e ao crédito, mas demandam questões relacionadas a outros aspectos da vida no campo, como esporte, lazer e cultura não apenas como entretenimento, mas como fonte de renda também.

Nesse conjunto de demandas, alguns entrevistados dos territórios pesquisados ressaltaram o fato do acesso à internet como um elemento primordial para a vida dos jovens no campo. Para o Entrevistado 12:

Hoje deu um salto muito grande. No período, eu acho, de quatro anos, porque hoje em dia todo mundo tem internet. Seja no campo, seja na cidade, a maioria tem wifi em casa. Antes só existia uma ou duas *lan houses* e hoje você consegue ver as casas com seus roteadores, inclusive na zona rural.

Você paga e você tem acesso, mas o acesso público pela democratização, não. Apenas em Barcelona, no centro, a prefeitura disponibiliza internet gratuita para a população (Entrevistada 11).

As citações mostram dois aspectos a respeito do acesso à internet nos territórios. O primeiro é que, concretamente, há um aumento na aquisição de pacotes de dados nas residências. Ou seja, ter internet hoje faz parte de uma necessidade para os residentes nos territórios pesquisados, em que, segundo o entrevistado, é possível ver as casas com seus roteadores nas cidades, assim como nas residências localizadas na zona rural. O segundo aspecto, presente na passagem da Entrevistada 11, é que esse acesso não é fruto de políticas públicas, mas sim da aquisição particular desses planos. E, quando há alguma iniciativa, isso não é promovido pelo Governo Federal, mas pelas prefeituras, como no caso citado no município de Barcelona.

Sobre essa contextualização, o representante do Incra, Frederico Costa (2016), assevera que:

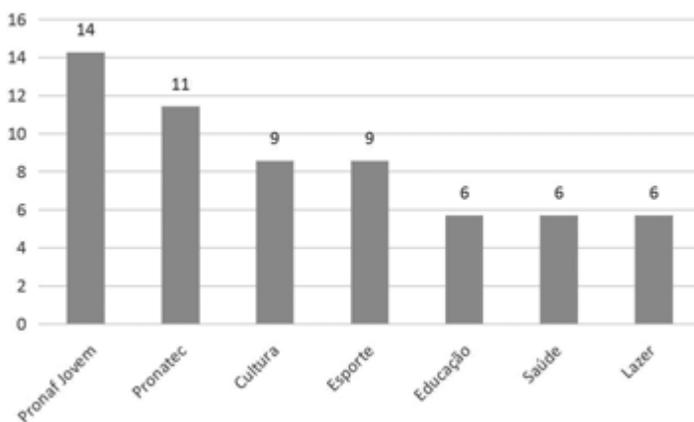
A questão da sucessão rural passa necessariamente pela qualidade de vida e isso envolve tudo: educação, saúde, esporte, lazer, habitação, independência, autonomia econômica, mas talvez dentro dessa escala aí, talvez se a gente pensar na autonomia econômica, porque com isso você já vai ter pelo menos condições de querer as outras e buscar e lutar. E aí vem a questão do crédito, mas vem também a questão do acesso à terra. Quer dizer, até a própria questão econômica também tem vários anseios e demandas e vários programas: o acesso à terra, o acesso à água porque nós estamos diante de um ambiente dentro do semiárido (informação verbal).

O gestor resume que a sucessão rural está relacionada a uma diversidade de aspectos da vida no campo que vão além das atividades econômicas, mas que perpassam também a educação, saúde, terra, água, além do lazer, cultura, esporte e entretenimento. Isso significa que os jovens buscam qualidade de vida e autonomia econômica para que possam viver no campo de forma plena.

Debates sobre políticas públicas nas Câmaras Temáticas

Espaço de diálogo acerca das demandas e interesses dos jovens dos territórios, as Câmaras Temáticas debatem a respeito das diversas políticas públicas específicas para a juventude.

Gráfico 47 - Políticas Públicas de Juventude reivindicadas ou debatidas pela Câmara Temática (em %)



Fonte: dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre o assunto, a maioria, com 14%, respondeu que o Pronaf Jovem era a política pública mais debatida nesses espaços, seguido do Pronatec, com 11%. Mais uma vez essas duas políticas despontam como elementos fundamentais para a vida dos jovens no campo, sendo pauta de interesse das Câmaras Temáticas em todos os territórios pesquisados.

Em seguida, com 9% cada, aparecem a cultura e o esporte como fatores bastante citados pelos entrevistados. Isso respalda o tópico anterior, em que os entrevistados salientam a importância

de elementos que vão além das demandas ditas tradicionais para a vida no campo, como a terra ou o crédito.

Com 6% de menções cada, surge a educação, citada de forma mais ampla, a saúde e o lazer como políticas importantes para a permanência do jovem no campo e que são debatidos nas Câmaras de Juventude.

Outros aspectos também foram mencionados uma única vez cada na pesquisa como assuntos que são tratados nesses espaços de discussão: Plano Nacional de Sucessão Rural; Pnae; editais com inclusão de jovens; acesso ao ensino técnico pelos IFRN no território; crédito específico para juventude rural; cotas dentro de alguns programa e editais, como crédito fundiário; inserção do jovem no mercado de trabalho; cursos técnicos de formação para o jovens, como o Etec e Pronera, entre outros; meio ambiente, segurança, estatuto da juventude; Juventude Viva; e programas sociais em geral.

Esse escopo de políticas públicas que são debatidas nas Câmaras Temáticas de Juventude está em sintonia com a percepção que os entrevistados têm a respeito dos programas e projetos que os jovens têm acesso nos municípios do seu território, assim como estão dentro da área de conhecimento que eles têm sobre essas políticas governamentais.

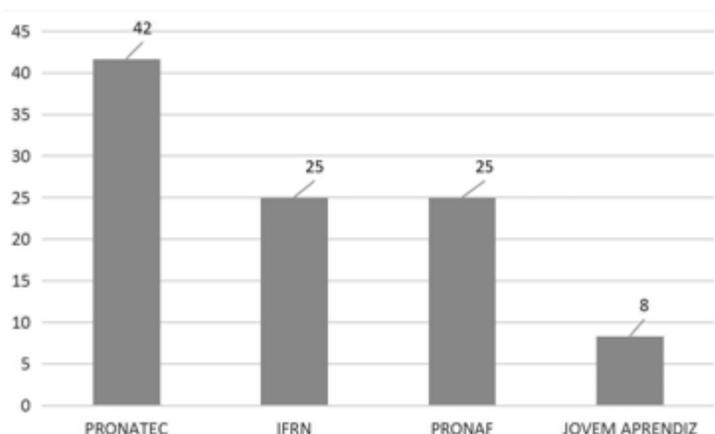
Políticas públicas que contribuem para a permanência dos jovens no campo

Ao serem questionados sobre quais as políticas públicas que disponíveis nos territórios pesquisados contribuíram ou estão contribuindo para a permanência do jovem no município, um fato que chamou a atenção é que cinco dos 13 entrevistados não

souberam responder. Isso significa que questões complexas como o fenômeno da migração e da permanência dos jovens no campo e sua relação com as políticas públicas implementadas nos territórios podem não estar sendo debatidas em profundidade entre os representantes das Câmaras Temáticas.

Com relação aos que responderam, os resultados podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 48 - Políticas públicas que contribuem para a permanência dos jovens no território (em %)



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico demonstra que, dos quatro itens citados, três são relacionados à educação no campo. Primeiro, os cursos técnicos do Pronatec aparecem mais uma vez com sinônimo de permanência no campo, tendo 42% das citações. Em seguida, estão os *campi* do Instituto Federal do RN, com 25% das menções:

A interiorização dos Institutos Federais, para mim, é o motivo mais forte para essa permanência (Entrevistada 4).

O acesso ao ensino técnico pelos IFRN no território pode contribuir para a permanência no campo (Entrevistada 13).

Os trechos reforçam essa ideia de que a interiorização e o oferecimento de cursos técnicos e de graduação e pós-graduação nos territórios são fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural.

O Pronaf também teve 25% das menções e mostra que os entrevistados relacionam o financiamento de projetos que gerem renda no campo como um elemento essencial para a não-migração da juventude. Isso porque, conforme já debatido anteriormente, os jovens precisam da formação e capacitação profissional, mas também de apoio para a organização em projetos da agricultura familiar. Por último, aparece o Programa Jovem Aprendiz, com 8%, também relacionado à educação no campo e a inserção no mercado de trabalho.

O que falta para a juventude ter acesso às políticas públicas?

Ao serem questionados a respeito dos motivos que poderiam explicar o que falta para que os jovens tenham acesso a mais políticas públicas nos territórios, os entrevistados deram respostas que podem ser categorizadas em três eixos: a falta de informação e excesso de burocracia; falta de sensibilidade do poder público; e falta de organização política da juventude rural.

Para o Entrevistado 9, apesar dos avanços obtidos nos últimos dez anos,

ainda falta muito para alcançarmos os direitos que nos foram negados a vida toda e, para os jovens terem cada vez mais acesso

a políticas públicas, é necessário o conhecimento da existência das mesmas. Parte daí a necessidade de dar publicidade e desburocratizá-las, pois, mesmo quando a conhecemos, não conseguimos ter acesso.

Embora reconheça que houve avanços, este representante da Câmara Temática ressalta que ainda há uma deficiência, visto que são direitos que foram negados à juventude rural pela “vida toda”. Nessa visão, o primeiro passo seria divulgar e dar mais visibilidade a essas políticas públicas destinadas aos jovens, mas, principalmente, rever o processo burocrático para que o público juvenil pudesse realmente ter acesso a elas.

Os trechos abaixo reforçam a necessidade de tornar públicas as informações acerca dessas políticas, de forma que todos os jovens tenham conhecimento sobre as formas de buscar os benefícios:

Sem dúvida, palestras, informações e promover algum projeto social. De modo que todos os jovens, ou a maioria, seja alcançada (Entrevistado 6).

Conhecer os seus direitos e lutar por eles (Entrevistada 6).

Os entrevistados têm a percepção de que há uma deficiência na comunicação e na publicidade acerca das políticas públicas direcionadas aos jovens rurais. Essa impressão foi apontada pela pesquisa “Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil”, realizada por Lima et al. (2013, p. 71), quando trata da obtenção do crédito agrícola:

Há deficiência na comunicação entre formuladores e usuários do Programa, que provoca o desconhecimento das normas operacionais pelos potenciais clientes e entaves no funcionamento do Programa nas agências bancárias, dificultando o acesso dos jovens, por falta de garantias.

A autora trata sobre o processo de divulgação do Pronaf, que ocorre de diversas formas, por meio do site do MDA, Plano Safra, movimentos sociais, Ater, Sindicatos, entre outros. No entanto, explica que não existe divulgação específica para a juventude rural. Para Lima et al. (2013), parte da divulgação poderia ser feita pelos agentes financeiros, mas estes apenas orientam os candidatos ao programa quando são demandados por eles. Assim, a divulgação poderia ser melhorada, principalmente, visando superar dificuldades provocadas pelas distâncias entre a residência dos jovens e os atores envolvidos.

Flores e Silva (2014, p. 137) também abordaram a questão da burocracia presente no Pronaf, afirmando que:

Nota-se que o recurso para iniciar a produção advém da família, pois apesar de existir, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma linha direcionada para os jovens denominada Pronaf Jovem, este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Baseando-se nas autoras, a linha de crédito do Pronaf Jovem possui um processo burocrático que impede o acesso dos jovens ao benefício; dessa forma, os jovens recorrem aos familiares para iniciar um projeto produtivo. Flores e Silva (2014) ressaltam ainda a exigência de capacitação em cursos técnicos ou estágios profissionais que podem estar longe da realidade dos jovens do campo.

Ainda sobre o desconhecimento dos jovens relativo às políticas públicas, a pesquisa de Lima et al. (2013) avaliou do mesmo modo o nível de conhecimento dos jovens sem-terra interessados em obtê-la sobre o processo de obtenção de terra, mostrando que:

Novamente, confirma-se um reduzido nível de informação, em geral, por parte dos jovens sem-terra. Aproximadamente a metade, nos dois municípios afirma não ter conhecimento algum do processo. Apenas 7,69% dos jovens sem-terra (e interessados em obtê-la) em Congonhinhas afirmaram conhecer todo o processo, ao lado de 12,5% dos jovens de Petrolina que declararam o mesmo (LIMA et al., 2013, p. 122).

Percebe-se um alto índice de jovens sem o conhecimento do processo para obtenção da terra nos municípios pesquisados, visto que quase 50% desse público afirmou não saber como adquirir.

Na pesquisa desenvolvida nos territórios atendidos pelo NEDET/UFRN, as falas também indicam essa percepção de que os jovens desconhecem como acessar as políticas públicas e a burocratização dos programas:

Em primeiro lugar desburocratização das políticas, em segundo lugar organização de base que ainda está fragilizada e formação dos mesmos, como também falta de divulgação das poucas políticas que existem (Entrevistada 13).

A entrevistada afirma que, além de serem poucas as políticas públicas implementadas nos territórios específicas para a juventude, esses programas e ações são poucos divulgados. Outra questão que também aparece na fala diz respeito à necessidade de desburocratizar o acesso a essas políticas para beneficiar mais jovens, que também foi salientado pelo Entrevistado 9, logo acima.

Para tanto, percebe-se que os participantes das Câmaras Temáticas esperam um aperfeiçoamento dos procedimentos burocráticos para seleção de beneficiários, como forma de facilitar o acesso à terra e ao crédito agrícola, por exemplo. Lima et al. (2013, p. 68) explicam esse processo:

O processo burocrático pelo qual o jovem tem que passar, para a obtenção de terra nos programas de crédito fundiário, envolve muitos atores e etapas, com exigências de documentação e de elaboração de projeto técnico e avaliação destes por um agente financeiro, e de todo o processo, por conselhos municipais e estaduais, além da fiscalização rotineira do MDA. Este processo começa pela divulgação de informações e termina na negativa ao pedido do jovem, ou em sua aceitação.

Nesta pesquisa sobre os territórios do Rio Grande do Norte, percebe-se que os entrevistados relacionam o conhecimento dos jovens sobre os programas ao fato de que, mesmo conhecendo-os, eles podem não conseguir se beneficiar pelo fato do excesso de burocracia. Isso pode ser visto nessa perspectiva da autora, ao afirmar que o processo começa pela divulgação sobre as políticas públicas, no caso exemplificado do crédito fundiário, e pode terminar na negativa do pedido do jovem.

Galindo (2014, p. 124) explica que a categoria juventude rural tem um componente de multidimensionalidade, que pode ser compreendida a partir dos elementos étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso, porém,

Se por um lado todos estes componentes devem ser considerados quando nos referimos à política pública de juventude rural, por outro vemos que a tradição brasileira é pouco permeável a estas questões, haja vista a tendência homogeneizante dos desenhos institucionais das políticas públicas, bem como seu alto grau de burocratização e de insuficiente condição de participação.

A peculiaridade dentro desse contexto de multidimensionalidade, cujos elementos devem ser considerados quando da constituição e implementação de políticas públicas para a juventude rural, é que há uma tendência de homogeneização dessas políticas, além do seu caráter burocrático e de pouco incentivo à participação.

Outra questão abordada pelos entrevistados diz respeito à falta de “sensibilidade” do poder público governamental com relação às especificidades e demandas dos jovens rurais. Para o Entrevistado 12:

Falta a sensibilidade de quem possui os meios para tal, carece de visão de futuro, de crescimento de igualdade de oportunidades; mesmo com determinados avanços, ainda há muito por fazer, e esse processo precisa emergir o mais rápido possível. Afinal, somos mais de 40 milhões de jovens que precisam estar inseridos verdadeiramente e ser capacitados para todos os espaços da sociedade.

Para o participante da pesquisa, alguns aspectos não são observados por quem “possui os meios para tal” e é preciso uma “visão de futuro” desses governantes. O entrevistado reconhece, contudo, que há um desenvolvimento no campo e que a implementação de diversas políticas públicas mostra que a questão do jovem rural faz parte da agenda política de governo, mas ainda é necessário avançar na oferta de oportunidades para esses jovens.

Esses aspectos podem estar relacionados aos muitos dilemas que a juventude rural enfrenta para permanecer no campo, como a escolha e decisão do que se quer fazer, a elaboração de projetos, o enfrentamento às questões burocráticas de acesso ao crédito e à terra e as garantias para oferecer, além de esperar ajuda da assistência técnica (LIMA et al., 2013). Dessa maneira, seria necessário um olhar sensível sobre a problemática. Essa percepção é complementada pela seguinte passagem:

Falta boa vontade dos governantes e mais confiança na juventude, porque quando existe algum projeto para os jovens eles não conseguem acessar por causa da burocracia; às vezes, as

informações não chegam até os jovens e eles também precisam lutar e buscar os seus direitos (Entrevistado 3).

O entrevistado reitera outras passagens citadas anteriormente, com relação à falta de vontade política dos governantes, o excesso de burocracia e a falta de informações sobre as políticas e projetos, e mostra a complexidade e a inter-relação entre esses assuntos.

Esse aspecto da sensibilidade dos gestores públicos governamentais pode se relacionar com uma compreensão mais aprofundada sobre a definição do jovem rural enquanto ator social. Lima et al. (2013, p. 58) relatam que:

Gestores ligados à definição de políticas de governo, no entanto, consideram que se deve levar em conta também uma parte subjetiva nesta definição: “é preciso entender o caminhar desta construção ‘juventude rural’, e que ela não é fixa, e não deve ser”.

Nesse sentido, haveria uma “parte subjetiva” na definição do que é ser jovem e rural. E essa definição teria um elemento de mobilidade e fluidez, pois essa construção social não seria “fixa”. Além disso, os autores explicam que também existe o elemento da não homogeneidade, pois

o chamado ‘jovem rural’ não é um público-alvo homogêneo, e que se pode segmentar este grande conjunto em diferentes subgrupos, com dificuldades e demandas específicas (LIMA et al., 2013, p. 58).

Essa concepção da falta de um olhar mais compreensivo por parte dos governantes também é compartilhada pelas falas a seguir:

Falta interesse do poder público em ter um olhar diferenciado para os jovens do campo (Entrevistado 2).

Falta vontade política dos nossos governantes (Entrevistado 1).

Falta permitir que as políticas públicas possam ser acessadas pelos jovens e tornar alguns programas em políticas públicas (Entrevistado 10).

Pelos trechos é possível observar que há uma percepção por parte dos participantes das Câmaras Temáticas dos territórios pesquisados de que um dos principais impedimentos para que a juventude possa ter acesso a mais políticas públicas é a falta de interesse político dos governantes. Isso faz com que os jovens, em alguns sentidos, muitas vezes não tenham suporte nenhum do poder público. Dessa forma, a juventude rural deveria ser tratada com “um olhar diferenciado” para atendimento de suas demandas e a concepção de políticas públicas que atendam aos seus interesses e necessidades.

A organização política foi outro motivo citado pelos entrevistados ao serem questionados sobre “o que falta para a juventude ter acesso a mais políticas públicas?”. Para a Entrevistada 11,

A participação da mesma na construção e implementação das políticas, sua organização política, bem como mais atividade dos poderes executivo e em especial legislativo na elaboração de políticas voltadas para a juventude.

Essa participante da pesquisa considera como sendo fundamental a participação da própria juventude na elaboração e implementação das políticas públicas, assim como ressalta a importância da participação política dos jovens. Lima et al. (2013, p. 104-105) utiliza Hirschmann (1970) para afirmar que

A participação política dos jovens rurais pode alterar sua capacidade de modificar as suas condições sociais, ao propiciar

a organização de suas demandas, e a busca de alternativas para sua obtenção. Esta participação dá voz aos jovens, sendo possivelmente uma das forças a evitar a saída de uma situação em que não se vê alternativas, isto é, a evasão do campo (HIRSCHMANN, 1970 apud LIMA, 2013, p. 104-105).

Os autores citam a participação política dos jovens rurais como um componente essencial de alteração de suas condições sociais, além de se constituir como um dos ingredientes necessários para evitar a migração do campo para as cidades.

Entretanto, Stropasolas (2014, p. 196) adverte que se percebe uma “débil participação dos jovens nos projetos e programas oficiais existentes nos territórios, inclusive os da cidadania”. Isso porque é necessário que haja uma formulação de propostas nos diversos entes institucionais para o fomento e incentivo da participação desses jovens rurais. Os entrevistados a seguir reforçam essa concepção de que existe uma debilidade na participação dos jovens:

Falta participação dos jovens nos espaços sociopolíticos (Entrevistado 7)

Falta da participação dos jovens nos espaços de debates de seus direitos; faltam líderes jovens nas comunidades rurais; e faltam parcerias constantes de mobilização dessa população (Entrevistado 5).

Essas passagens refletem a percepção dos representantes das Câmaras Temáticas, que são espaços de participação e organização política, nos quais há uma ausência ou uma frágil atuação dos jovens dos territórios pesquisados. O Entrevistado 5 revela um dado preocupante de que faltam jovens lideranças nas comunidades e nos movimentos sociais rurais. De acordo com Pisoni (2007 apud SILVA, 2014, p. 161), a participação da juventude

camponesa nos espaços de tomadas de decisão é “primordial para que esta se sinta parte do processo de desenvolvimento da propriedade e responsável pelo desenvolvimento da propriedade da família camponesa”. Conforme a visão desta autora sobre o tema, pode-se entender que a formação de lideranças juvenis é fundamental nos espaços de decisão em que se discutem políticas públicas para os jovens.

Galindo (2014, p. 123), interpretando Castro (2011), afirma que o campo das políticas públicas de juventude seria uma arena diversa, ou seja, não estaria restrita apenas à intervenção dos gestores públicos, já que

Esta arena é marcada por conflitos de interesse e pela ação de diferentes setores, que demandam reconhecimento e pautam a participação como componente fundamental para a construção de novos paradigmas democráticos (CASTRO, 2011 apud GALINDO, 2014, p. 123).

Com base nessa perspectiva, os jovens seriam atores sociais que demandam e disputam espaço na esfera pública, buscando formas de participação e organização política em meio a diversos representantes institucionais, por isso a necessidade de jovens lideranças que possam representar a juventude rural nessas “arenas”. A passagem a seguir ressalta a importância da formação política para os jovens:

Precisamos de uma juventude politizada para que possam acessar com muita propriedade as poucas conquistas que já existem (Entrevistada 13).

Assim, a participação política da juventude iria contribuir para o acesso às políticas públicas de forma qualificada. Uma das

formas disso ocorrer seria a participação em grupos nas comunidades rurais. Sobre isso, o Entrevistado 12 revela que:

Não existem muitos grupos organizados de jovens no território. Os contatos que a gente tem de grupos organizados são aqueles que estão dentro das associações, grupos religiosos, sindicatos, comunidades quilombolas.

Na visão desse representante das Câmaras De Juventude, existem poucos grupos organizados no território em que ele vive, e os que existem são vinculados a entidades como associações e sindicatos. A Entrevistada 11 complementa, informando que:

Mas são grupos que são “autossustentáveis” eles que se animam e que, na dificuldade, vão construindo suas atividades, mas que tenha apoio realmente da política pública federal é quase que nenhum. Agora, em Lagoa de Velhos, a Agrofito, que é nosso empreendimento, conseguiu alcançar uma banda filarmônica, que já chegou os instrumentos e tudo, mas a gente está há um ano, mais de um ano, nesse processo.

Nesse caso, percebe-se que os grupos existentes são iniciativas dos próprios jovens das comunidades rurais, sem contar diretamente com as políticas públicas de juventude para funcionar e se organizar, sendo, então, considerados “autossustentáveis” e autônomos.

Frederico Costa (2016), do Inkra, avalia que os grupos são essenciais para o fortalecimento das Câmaras Temáticas de Juventude, pois

Com relação às Câmaras Temáticas de Juventude, naquele local onde existe grupos de mulheres ou de jovens mais atuantes, se despontam (informação verbal).

Partindo dessa concepção, o representante do Incra admite, porém, que “há uma carência do capital social nos territórios”,

Mas o grande ponto positivo é o amadurecimento do capital social, não do ponto de vista do controle social, mas do ponto de vista da participação, de buscar o cidadão que esteja preocupado com o desenvolvimento atenuado com os programas que vêm e em dialogar com o colegiado (informação verbal).

A participação seria, assim, um elemento chave para o desenvolvimento dos programas e para o exercício da cidadania nos territórios. Dário Andrade (2016), do MDA, explica que já é possível identificar uma presença de grupos em diversos territórios:

É muito visível quando se chega ao território Sertão do Apodi ou no Seridó, em que você tem uma presença massiva de grupos de mulheres, de jovens. O Mato Grande está despontando. Então, quando se busca porque que tem, porque antecedendo a isso existe todo um trabalho, ou seja, tem entidades de assistência técnica. Vamos considerar no Sertão do Apodi, tem o projeto Dom Helder, que muito tempo trabalhou, vamos considerar a própria oferta de entidades de assistência técnica no território, o papel da igreja e de outros órgãos, como o sindicato. Eles têm um histórico de ter esses grupos em suas bases (informação verbal).

Por essa avaliação, os territórios que estão mais fortalecidos são os que possuem grupos mais organizados e a existência desses grupos é favorecida quando há um trabalho consistente de assistência técnica. Dário Andrade falou ainda sobre a atuação de entidades de apoio à agricultura familiar nos territórios, como o Projeto Dom

Helder Câmara⁶, além do papel da igreja e dos sindicatos para a organização e formação de tecidos sociais nos territórios. Para ele,

Um território para ser forte não são os atores que vão se fortalecer dentro da própria instância territorial. Para mim, se há, dentro dos municípios, tecidos sociais fortes então tende-se a ter um território mais qualificado. Então achar que do território vai fortalecer o município do ponto de vista da organização, para mim, é o contrário. Nós só vamos ter territórios fortes quando os municípios tiverem grupos fortes, com sindicatos, ONGs, grupos de jovens, de mulheres.

Dessa maneira, a estratégia territorial visa uma articulação de políticas públicas realçando identidades rurais que qualificam e unificam grupos. Então, quando há tecidos sociais qualificados, o território fica mais fortalecido. Esse tecido social dos territórios é formado pela heterogeneidade cultural e histórica da população rural brasileira, em que se inserem os mais diversos grupos com interesses diversos (STROPASOLAS, 2014).

No campo, os grupos específicos de juventude se relacionam com uma diversidade de outros grupos sociais que demandam interesses e reivindicações próprias e,

No caso específico dos jovens rurais, eles fazem parte de grupos sociais que possuem particularidades na organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como

⁶ O Projeto Dom Helder Câmara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável. Atua com uma proposta de Assessoria Técnica Permanente, em seis estados do Nordeste brasileiro, envolvendo oito Territórios Rurais e 77 municípios do Semiárido. Disponível em: <<http://www.projctodomhelder.gov.br/site>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

singularidades culturais e históricas na vida social. Vivenciam processos de aprendizagem e de socialização [...], que estimulam o convívio coletivo entre as gerações, bem como a mobilidade, a circulação e a atuação diversificada e ativa no exercício das atividades diferenciadas em que participam no âmbito da divisão social do trabalho na família, ou mesmo nos eventos culturais, nos mutirões e nas iniciativas cooperativas e associativas organizados entre as famílias nas suas comunidades de origem (STROPASOLAS, 2014, p. 187).

Os grupos juvenis possuem especificidades em sua organização e funcionamento, ditadas pela própria condição social dos jovens, que abarcam questões como o convívio entre gerações e atividades diferenciadas no processo produtivo e até mesmo em eventos organizados nas comunidades.

Frederico Costa (2016) afirma que é preciso buscar quais “organizações existentes nos territórios que podem construir esse tecido de jovens que são as igrejas, os sindicatos, as associações, grupos de escoteiros, de escolas, grêmios, nos IFs”. Dário Andrade concorda com essa visão, explicando que a estratégia é endossar os locais onde já existem esses grupos e, onde não existem, criar tecidos sociais visando fortalecer isso.

Para esses gestores as Câmaras Temáticas só se fortalecem se vierem para os municípios mais qualificadas e com respaldo do grupo, pois, se isso não ocorre,

O jovem vem para reunião do território, ele não vem subsidiado. Então, o que eu vou fazer lá no território? Preciso de elementos e de conhecimento daqui para levar para lá. Aqui, eu articulo, qualifico isso e volto para cá para dar a resposta. Então, não há esse feedback. Eu vou para reunião e saio, às vezes, com um compromisso, chega na outra reunião, eu não fiz nada (informação verbal).

Essa citação destaca a realidade de muitos jovens que participam das Câmaras Temáticas, mas não integram grupos que os respaldem nos municípios. Dessa forma, ocorre uma desmotivação e não há uma troca de conhecimentos e experiências entre quem participa das Câmaras Temáticas e quem está nos municípios. Ou seja, “o jovem vem do município, mas se não faz parte de uma organização juvenil, vem, discute, volta e não tem com quem dialogar”.

A partir desse panorama, percebe-se a importância da participação e organização política dos jovens em grupos nos territórios para o acesso desse segmento às políticas públicas. Além disso, como mostrando neste tópico, há a compreensão dos entrevistados de que para ter acesso aos programas e projetos, os jovens precisam superar a falta de Informação e o excesso de burocracia, assim como os gestores governamentais deveriam ter mais sensibilidade para as demandas e especificidades da juventude rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo elaborar um perfil da juventude dos Territórios Rurais e de Cidadania do Agreste Litoral Sul, Seridó, Mato Grande, Trairi e Potengi, localizados no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, buscou observar a percepção dos jovens participantes das Câmaras Temáticas de Juventude acerca das políticas públicas ofertadas nesses territórios.

Os dados históricos do Censo Demográfico do IBGE mostraram que existe uma tendência na diminuição da população que vive nas áreas rurais nas últimas décadas no Brasil e no RN. Essa redução também é observada entre os jovens que vivem no campo, principalmente, com a migração de mulheres, o que vem ocasionando uma masculinização e envelhecimento da população rural.

A pesquisa mostrou que os cinco territórios representam 33% da população jovem residente no estado, sendo que o Agreste Litoral Sul é o que possui mais jovens, com 10% da população do RN e 31% da população juvenil entre os territórios pesquisados, enquanto o Potengi é o que apresenta menor população jovem, com 2,5% e 7%, respectivamente.

Os territórios possuem mais homens do que mulheres residentes e a maioria dessa população, com 61%, é de jovens negros. Outro dado importante apresentado na pesquisa foi o considerável o percentual de jovens que ainda estão cursando o Ensino Fundamental, cerca de 40%, o que evidencia a tardia formação na Educação Básica, já que isso deveria ter ocorrido antes de completarem 15 anos.

Os resultados também contribuíram para determinar que existe em todos os territórios pesquisados uma prevalência de pessoas do sexo feminino que não estão inseridas e participando dos segmentos econômicos, como também não possuem oportunidades para se incorporar ao mercado de trabalho. Subsiste, assim, a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres jovens visando inserir essa parcela da população no contingente populacional economicamente ativo.

Esses dados permitiram traçar questões importantes acerca da juventude, como educação, trabalho e renda, além de aspectos sobre essa população por gênero e cor/raça, que foram fundamentais para a representação da população juvenil rural dos territórios potiguares.

A pesquisa também mostrou as principais políticas públicas existentes no Brasil destinadas às demandas da juventude e os órgãos que implementam essas ações. No total são 16 órgãos ministeriais implementando 49 ações e programas, que tiveram a Secretaria

Nacional de Juventude, criada em 2005 e extinta em 2016, no papel de articuladora dessas políticas destinadas ao público juvenil.

A juventude rural também foi contemplada com políticas públicas específicas para esse segmento, destacando as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações e programas visando o acesso à terra e ao crédito, a participação política e a formação da juventude.

No entanto, apesar de reconhecerem como imprescindível a implementação de políticas públicas para a permanência dos jovens no campo, a maioria dos participantes das Câmaras Temáticas de Juventude entrevistados afirmaram que os programas disponíveis nos territórios apresentam sérios problemas. Além de serem poucas as que são executadas nos territórios, há uma escassez de informação sobre as políticas públicas, assim como também carece de publicidade sobre como proceder para os jovens terem acesso. Dessa forma, é necessário o conhecimento da existência das políticas, assim como o conhecimento a respeito dos seus direitos para que a juventude os reivindique.

Os entrevistados também ressaltaram o excesso de burocracia existente nos diversos órgãos e a “falta de confiança” nos projetos apresentados pelos jovens, principalmente, no que diz respeito ao acesso ao crédito e à terra. Outra questão apresentada foi com relação à falta de sensibilidade do poder público e dos governantes para com as demandas da juventude rural, que precisam ter visão de futuro e oferecer crescimento de igualdade de oportunidades. Por outro lado, também foi enfocada a falta de organização dos jovens do campo, mostrando que há a necessidade de ampliação da participação política da juventude rural.

Esse cenário mostra que, mesmo com determinados avanços, ainda há muito o que conquistar no que se refere à implementação

de políticas públicas que efetivamente ofereçam oportunidades para que os jovens permaneçam no campo, com educação, trabalho, renda, cultura, lazer de qualidade. Esse processo precisa emergir o mais rápido possível, afinal, os jovens precisam estar inseridos verdadeiramente e ser capacitados para todos os espaços da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Porto Alegre: Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a Tematização Social da Juventude no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO; MEC; ANPEd, 2007.

ABRAMO, Helena (Org.). **Estação juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014. 128 p.

ANDRADE, Dário. **Entrevista II**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Maria Aparecida Ramos da Silva. Natal, 2016. 1 arquivo.mp4 (54 min.).

ANDRADE, Sergio; CHAGAS, Cassiele M. (Org.). **Políticas de Juventude: Kit do Gestor**. São Paulo: Agenda Pública, 2015.

ANJOS, Eucástila J. de S. D.; MOURA, Joana T. Vaz de. Execução da abordagem territorial do Desenvolvimento Rural no Mato Grande/RN. Desafios e possibilidade da representação política no território. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012.

AZEVEDO, B. I. B. B. **Ensaio sobre a juventude rural potiguar**. Natal, 2016. 25 p. Relatório de Pesquisa.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A constituição das políticas públicas para a juventude rural: relações de interdependência entre sociedade civil e estado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013.

BRUMER, Anita. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

CARTA do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas. Brasília, 24 de maio de 2012. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 106.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de et al. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. A Juventude rural dos movimentos sociais no Brasil: um perfil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

FLORES, Ana Flávia; SILVA, Silvani. Juventude assentada: guardiã do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do ChibarroAraraquara/SP. In: LIMA, Suzana M. V. et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013. p. 133-144. (NEAD Estudos, 25).

GALINDO, Eryka. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 122-132. (Coleção juventude. Série estudos, n. 1).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2009 [Online]. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão**: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. 2007. 217f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2007.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Os desafios da agricultura brasileira nos anos 90**: da crise macroeconômica ao crescimento setorial auto-sustentado. Escritório do IICA no Brasil. Brasília: IICA, 1989.

JESUS, Clesio Marcelino de; FERNANDES, Vinícius Rodrigues Vieira. Desenvolvimento territorial rural: análise socioeconômica dos territórios induzidos por políticas públicas no Rio Grande Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2015.

LIMA, Suzana M. V. et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013. 184p. (NEAD Estudos, 25).

MEDEIROS, Luís Gonzaga de. **O Povoamento do Seridó**. Caicó, 11 ago. 2008. Disponível em: <http://www.ff.medeiros.nom.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22%3Apovoamentodo-serido&catid=29%3Acaico&Itemid=29&showall=1>. Acesso em: 16 out. 2016.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. (Coleção juventude – Série estudos; n. 1).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Conferências Territoriais de Juventude:**

#3confjuv e Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
- Documento Orientador. Brasília, 2015. Disponível em:
<[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/4808/
Conferencias_Territoriais_Juv.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/4808/Conferencias_Territoriais_Juv.pdf)>. Acesso em: 21 out 2016.
PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventudes rurais do
Nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes. In:
MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir
Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e
políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República,
2014. 268 p. (Coleção juventude. Série estudos, n. 1).

PLANO de Desenvolvimento Territorial Sustentável do
Potengi, SDT/MDA. Natal, 2010a. Disponível em: <[http://
sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio_123.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio_123.pdf)>.
Acesso em: 22 set. 2016.

PLANO de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Mato
Grande. SDT/MDA. Natal, 2010c. Disponível em: <[http://
sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio055.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio055.pdf)>.
Acesso em: 20 set. 2016.

PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS
RURAIS – PROINF. **Chamada especial para juventude
rural:** ação orçamentária de apoio a infraestrutura e serviços em
territórios rurais. Brasília, 3 maio 2016. Disponível em: <[http://
www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_873/
Manual%20PROINF%202016%20Juventude%20Rural.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_873/Manual%20PROINF%202016%20Juventude%20Rural.pdf)>.
Acesso em: 28 nov. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Taciane Laís da. Juventude rural organizada no enfrentamento ao êxodo: o caso da associação dos colonos ecologistas da região de Torres - Acert, RS/Brasil. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 155-163. (Coleção juventude. Série estudos, n. 1).

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

SOUZA, Daline Maria de. **Documento técnico contendo levantamento das políticas públicas de juventude existentes nos ministérios: identificando modelos de meta e indicadores para avaliação dos impactos sociais**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. 77 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sérgio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 178-199. (Coleção juventude. Série estudos, n. 1).

VALADARES, Alexandre Arbex. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. (Estudos Nead, 7).

JUVENTUDE E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS JOVENS NO TERRITÓRIO POTENGI/RN

*Dalvanir Avelino da Silva
Maria Divaneide Basílio*

INTRODUÇÃO

O uso que as sociedades e comunidades humanas fazem do espaço é o que define o território, de acordo com o geógrafo Milton Santos, para quem o território é espaço vivido, sendo, portanto, construído socialmente pelos sujeitos sociais na medida em que desenvolvem suas ações. Ao englobar a produção da vida humana em seus aspectos materiais e simbólicos, o território vai possibilitando a construção de identidades e alteridades.

Neste artigo tecemos algumas reflexões sobre a construção de uma identidade juvenil a partir da vivência no Território Potengi/RN e as implicações desse processo na organização da Câmara de Juventude do referido território. Trata-se de um trabalho desenvolvido a partir do Projeto Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no Rio Grande do Norte, implementado pela UFRN em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o CNPq.

O percurso metodológico contou com observação participante, pesquisa documental e entrevistas. Os dados analisados apontam uma fragilidade nos processos organizativos da juventude, bem como na constituição de uma identidade ligada à noção

de Território. O envolvimento do colegiado territorial e algumas ações desenvolvidas têm contribuído para alterar esse quadro, todavia, a ausência de uma assessoria ou de organizações (ONGs, Movimentos Sociais/Sindicais) que atuem de forma sistemática junto à juventude e as dificuldades de mobilidade e formação política dentro do território tornam esse processo mais difícil, registrando momentos de descontinuidades.

A organização da juventude no interior do território aponta para uma possível superação desse desafio, sugerindo uma atuação mais perene, através, principalmente, da Câmara Temática de Juventude. Tal processo exige inicialmente o fomento/fortalecimento das organizações juvenis nos municípios e um processo de articulação entre os grupos de jovens existentes, como condição para uma atuação que gere resultados no território.

CARACTERIZANDO O TERRITÓRIO POTENGI: O PERFIL DOS MUNICÍPIOS

O território, geograficamente falando, constitui-se num espaço caracterizado por aspectos comuns. Nos anos recentes, essa ideia tem se constituído no foco da abordagem territorial do desenvolvimento, incorporando os aspectos físicos (solo e clima), sociais, culturais, de organização social e coesão. Essa perspectiva considera a identidade territorial como fundante a todo e qualquer processo de desenvolvimento.

No Brasil, a integração dos espaços e dos atores sociais fundamentou a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, pautada numa série de ações e políticas públicas, cujo objetivo é promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e do poder público, com a finalidade de integrar as dinâmicas territoriais ao processo

de desenvolvimento nacional, e assim reduzir as desigualdades regionais e sociais, por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Nessa lógica, o território tem sido compreendido como:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003).

Essa estratégia ganha corpo e se consolida com a implementação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que fomenta a criação de espaços nos quais se busca promover o planejamento territorial participativo, com ações de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar.

No Rio Grande do Norte foram constituídos 10 territórios, conforme o mapa a seguir:



Figura 1 - Mapa com os Territórios do RN

Fonte: MDA (2003).

Dentre eles, destaca-se o Território da Cidadania Potengi, o qual é formado por 11 municípios, abrangendo uma área de 2.757,78 km², localizada na Zona Homogênea do Agreste Potiguar. O Potengi constituiu-se oficialmente como território rural em 2007, a partir de uma divisão do Território da Borborema. No ano de 2009, tornou-se Território da Cidadania, a partir do lançamento do Programa Territórios da Cidadania pelo Governo Federal. A sede do Território é o município de São Paulo do Potengi, o qual conta com uma população de 17.066 habitantes, caracterizado como seu centro polarizador.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos municípios segundo a área ocupada no território e a população.

Tabela 1 - Municípios por área ocupada e população

MUNICÍPIO	ÁREA	% DA ÁREA	POP.	HOMENS	MULHERES
Barcelona	152,0	5,5	4.067	2.020	1.930
Bom Jesus	122,0	4,4	10.040	4.708	4.732
Ielmo Marinho	305,2	11,0	13.237	6.276	5.895
Lagoa dos Velhos	112,8	4,1	2.762	1.367	1.301
Riachuelo	262,9	4,5	7.753	3.560	3.507
Ruy Barbosa	125,8	9,5	3.683	1.835	1.760
Santa Maria	219,6	4,5	5.259	2.419	2.342
São Paulo do Potengi	240,4	8,7	17.066	7.824	8.019
São Pedro	195,2	7,1	6.255	3.172	5.063
São Tomé	862,6	31,0	11.196	5.436	5.391
Senador Elói de Souza	167,6	6,1	6.034	2.960	2.777
TOTAL	2.766,1	100	87.352	41.577	42.717

Fonte: baseado em dados do IBGE.

De acordo com os dados acima, os municípios de São Tomé, Ielmo Marinho, São Pedro e São Paulo do Potengi são respectivamente os de maior área no território, enquanto que Lagoa de Velhos se constitui o menor município em extensão territorial. Tais fatores não provocaram diferenciações significativas no desenvolvimento econômico dos municípios, os quais apresentam situações muito semelhantes no que se refere às atividades desenvolvidas e aos índices de desenvolvimento humano. Este último variando de entre 0.55 em Ielmo Marinho e 0.62 para São Paulo do Potengi, considerado o mais alto do território e o município com maior população.

Considerando a dimensão econômica, é importante registrar que os municípios que compõem o Território Potengi têm como atividade principal a agricultura e pecuária de subsistência, com destaque para as culturas agrícolas temporárias tais como feijão, milho e mandioca, representando a maior quantidade de área plantada. Em estudos realizados pelo SEBRAE (2015), o Potengi é apresentado como um território de baixo dinamismo econômico, com forte dependência em relação aos programas de transferência de renda. Todavia, esse mesmo estudo aponta como potencialidades a existência de uma boa malha rodoviária, a proximidade de alguns municípios (Santa Maria, Riachuelo e Ielmo Marinho) com o aeroporto, a presença do IFRN, o fato de alguns municípios serem cortados pela BR 304 (que liga as duas maiores cidades do estado: Natal e Mossoró), a pecuária e a agricultura, com destaque para produção de abacaxi no município de Ielmo Marinho e o potencial pouco explorado para o turismo de aventura.

No que se refere à composição, estrutura e organização política, o Território Potengi é constituído por 11 prefeituras, 11 Câmaras Municipais, 06 Secretarias de Estado, 05 Órgãos/Programas Estaduais, 03 Órgãos Federais e 03 Bancos Públicos, os quais representam o segmento governamental. Da sociedade civil participam 11 Sindicatos da Agricultura Familiar e diversas

associações, em sua maioria rurais. Uma rápida análise nos permite inferir que a agricultura familiar está efetivamente representada, pelo perfil das organizações que participam dos colegiados, mas se registra a ausência de organizações urbanas, fato que empobrece as discussões e enfraquece a estratégia territorial, na medida em que apenas o rural está presente.

No tocante à representatividade dos municípios nos espaços do colegiado, percebe-se uma participação mais ativa dos seguintes municípios: São Paulo do Potengi, Riachuelo, São Tomé, Santa Maria e Bom Jesus. Os demais municípios participam eventualmente, dependendo do tema a ser tratado. Registra-se que essa participação se refere, na maioria das vezes, aos representantes da sociedade civil, e não do Estado. Essa participação repercute nos projetos implementados a partir do Programa Territórios da Cidadania, os quais se concentram nos municípios mais participativos. O quadro a seguir apresenta os projetos que foram direcionados para o território, permitindo visualizar os municípios que mais foram beneficiados.

Quadro 1 - Municípios beneficiários dos projetos do Programa Território da Cidadania

ANO	PROJETO	PROPONENTE	BENEFICIÁRIOS
2006	Construção de 05 entrepostos de resfriamento de leite e aquisição de 05 ensiladeiras	SAPE/RN	Riachuelo, Ilmo Marinho, São Paulo do Potengi, Lagoa de Velhos e São Tomé.
2007	Construção de 07 entrepostos de resfriamento de leite, aquisição de 07 ensiladeiras e 09 kits de inseminação artificial	SAPE/RN	Riachuelo, São Paulo do Potengi, Lagoa de Velhos, Senador Eloi de Souza, São Pedro e Barcelona.

Continuação do Quadro 1.

ANO	PROJETO	PROPONENTE	BENEFICIÁRIOS
2008	Construção de 02 entrepostos de resfriamento de leite, aquisição de 02 ensiladeiras e 02 kits de inseminação artificial	SAPE/RN	Santa Maria e Ruy Barbosa.
2008	Implantação do Centro de Capacitação e estudos em metodologias e tecnologias do do desenvolvimento rural sustentável do território Potengi	Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi	São Paulo do Potengi (atende o território)
2009	Implantação do segundo módulo do Centro de Capacitação e estudos em metodologias e tecnologias do do desenvolvimento rural sustentável do território Potengi	Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi	São Paulo do Potengi (atende o território)
2009	Construção do Centro de Comercialização de pequenos animais	Prefeitura Municipal de São Tomé/RN	São Tome/RN
2009	Aquisição de caminhão tanque	EMATER	Território do Potengi
2009	Aquisição de equipamentos para centrais de comercialização	EMATER	Território do Potengi

Continuação do Quadro 1.

ANO	PROJETO	PROPONENTE	BENEFICIÁRIOS
2009	Assessoria ao processo de gestão territorial	FETRAF/RN	Território do Potengi
2014	Aquisição e implantação de 15 kits de irrigação, Aquisição de 01 veículo e Aquisição de 60 barracas e equipamentos para a estruturação da feira	Prefeitura de São Paulo do Potengi/RN	São Paulo do Potengi (as feiras deverão atender o território)

Fonte: baseado nos relatórios do NEDET e MDA.

É importante considerar que apenas os municípios de São Paulo do Potengi e São Tomé aparecem como proponentes. Os demais municípios só são beneficiados quando se trata de uma proposição do Governo do Estado. Sobre essa questão é possível afirmar uma concentração de projetos tendo como proponente a prefeitura de São Paulo do Potengi. Ao analisar as listas de frequência nas reuniões/plenárias territoriais, percebe-se que essa prefeitura é uma das que mais conta com representantes. Importante destacar também que a maioria das reuniões ocorre neste município. O mesmo ocorre na composição das instâncias do Território, para o qual temos a seguinte situação:

Quadro 2 - Municípios que compõem as instâncias territoriais

IN2009STÂNCIA	MUNICÍPIOS REPRESENTADOS
NÚCLEO DIRETIVO	Riachuelo, São Paulo do Potengi, Bom Jesus, Senador Elói de Souza e Ielmo Marinho.
CÂMARA DE INCLUSÃO PRODUTIVA	São Paulo do Potengi, Lagoa de Velhos
CÂMARA DE JUVENTUDE	Lagoa de Velhos, São Tomé, Riachuelo, Bom Jesus.
CÂMARA DE MULHERES	São Tomé, Bom Jesus, São Paulo do Potengi, Senador Elói de Souza, Riachuelo.

Fonte: baseado nos relatórios do NEDET.

O Quadro 2 registra a ausência dos municípios de Santa Maria, Ruy Barbosa, São Pedro e Barcelona de qualquer das instâncias do território. Importante destacar que, na Câmara de Juventude dos 11 municípios do território, apenas quatro compõem essa instância. Ao analisar a participação dos jovens nas atividades evidencia-se um predomínio da juventude rural, a exemplo do que acontece nas atividades mais gerais do território. Nos relatórios do NEDET e nas listas de frequência das atividades desenvolvidas com a juventude, percebe-se que essa participação aumenta nos eventos maiores, a exemplo do I e II Encontro dos Jovens do Potengi e da Conferência Estadual de Juventude – Etapa Territorial; no entanto, essas atividades não parecem estabelecer coesão entre os jovens ou mobilizar para a organização local ou territorial. Tal constatação nos remete a uma reflexão sobre a identidade desses jovens com o território e com a estratégia adotada pelo governo no âmbito do programa território da cidadania.

JUVENTUDE E IDENTIDADE NO TERRITÓRIO POTENGI

A literatura acerca da juventude apresenta pelo menos quatro enfoques diferenciados, a saber: 1) juventude como etapa de preparação, transição entre a infância e a idade adulta; 2) juventude como etapa problemática; 3) juventude como atores estratégicos para o desenvolvimento; 4) juventude cidadã como sujeito de direitos (KRAUSKOPF, 2003). O debate em torno do reconhecimento dos jovens enquanto sujeito de direitos tornou-se uma questão social no interior da academia, bem como uma bandeira de luta para os diversos movimentos que elegeram esse como tema central, sobretudo no início dos anos 2000. A autora Elisa Guaraná Castro (2011) apresenta algumas questões acerca do significado da efetivação desses sujeitos políticos, que são ao mesmo tempo uma categoria teórica.

A consolidação da categoria juventude sujeito de direitos representa uma alteração de paradigma, em que o público-alvo passa de passivo a agente, corresponsável pela construção das políticas públicas (CASTRO, 2011, p. 283).

No campo governamental, o tema também ganha destaque com a institucionalização de políticas públicas específicas de juventude. Assim, a Lei nº 1.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A discussão sobre direito ao território aparece na legislação na Seção IX, que trata do Direito ao Território e à Mobilidade.

Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia,

circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias (BRASIL, 2013).

Apesar de existir espaços de articulação de juventude, no âmbito dos territórios, a exemplo das Câmaras de Juventude e dos conselhos municipais de juventude ou mesmo secretarias, essa garantia da entrada do direito ao território para a juventude passa a ser oficializada com a aprovação do Estatuto da Juventude. Tal fato constitui-se, no âmbito das discussões sobre políticas públicas, o que se poderia chamar de “janela de oportunidade” para um aprofundamento do debate sobre a relação entre juventude e território. Nesse sentido emerge também uma discussão sobre a identidade desses jovens, de como se inserem no território e que significado atribuem à vida que constroem nesse espaço. O conhecimento do território torna-se, portanto, crucial na compreensão do próprio jovem que nele habita. Importante ressaltar que o tema juventude e território até pouco tempo não aparecia nos estudos e reflexões sobre a realidade juvenil, mesmo em se tratando de juventude rural, aspecto que justifica em parte o nosso interesse pelo tema.

Em suas percepções acerca do território, os jovens participantes da pesquisa destacam a ausência de informações sobre a geografia, as condições de vida, os aspectos produtivos e a organização. Tal fato pode ser atribuído à baixa circulação desses jovens entre os municípios que constituem o território ou mesmo uma ausência de identidade com esse espaço.

O conhecimento e a vivência partilhada das questões cotidianas e dos aspectos geográficos, produtivos e socioeconômicos são cruciais na construção de identidades, todavia, para alguns jovens, este conhecimento ou vivência se encerra no próprio município e ainda assim com restrições, conforme nos aponta Carraro (2016):

A organização social das cidades cria restrições geográficas, materiais e simbólicas para a constituição do livre trânsito das identidades, da produção e da fruição cultural para jovens de todas as idades. Nesse sentido, não é possível falar de identidades apenas restringindo a análise a seus aspectos culturais.

Essas constatações parecem relevantes na medida em que se verifica que a construção de uma identidade passa por questões econômicas que se revelam na transformação do espaço para a sobrevivência física e social e no contato estabelecido com o outros. Perafan e Oliveira corroboram com essa ideia ao afirmar que:

Toda identidade é influenciada por alterações históricas, geográficas, biológicas e pelas instituições sejam estas produtivas, como o trabalho, ou reprodutivas, como a família. É por isso que as identidades devem ser identificadas em seus contextos específicos e em seu desenvolvimento ao longo do tempo e do espaço (PERAFAN; OLIVEIRA, 2013, p. 10).

No caso específico do Território Potengi, ele se constitui em um território rural na medida em que sua população, mesmo os que habitam a zona urbana, vivem num contínuo rural-urbano que se revela no forte papel da agricultura e da pecuária no desenvolvimento do conjunto dos municípios. O trabalho rural e a identidade que se constrói a partir dele revela momentos de afirmação e negação para diversos sujeitos e, em particular, para os jovens. A afirmação depende dos aspectos positivos sentidos e vividos pelo sujeito.

Os movimentos e diversas organizações que atuam no território têm sido fundamentais para reafirmar as identidades presentes no território. Nesse sentido parecem relevantes a constituição de Câmaras Temáticas para tratar de temas específicos, a exemplo das Câmaras Temáticas de Juventude, de mulheres e de povos tradicionais e/ou quilombolas.

O sentido de pertencimento a um território por parte de um grupo de atores sociais pode ser compreendido se entendemos como são estabelecidas as inter-relações entre diferentes aspectos desse território, por exemplo, os movimentos sociais nele existentes, as formas de produção e comercialização, as manifestações culturais, as migrações, os sistemas agrários e o acesso à terra, o ambiente natural e os recursos (PERAFAN; OLIVEIRA, 2013, p. 11).

A percepção do rural como lugar de dificuldade, de trabalho extenuante afasta o jovem dessa identidade, empurrando-o para a construção de uma identidade mais urbana, algumas vezes distante do território. Essa constatação coaduna com as reflexões realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude, a qual afirma que:

Para os jovens dos grupos mais atingidos pelas desigualdades socioeconômicas – sobretudo aqueles das áreas de risco e das periferias das grandes cidades, bem como os das áreas rurais e das regiões mais distantes e isoladas dos centros urbanos –, questões como a reduzida mobilidade urbana, a relação predatória da sociedade com o meio ambiente, o abandono político-administrativo e o êxodo das zonas rurais e a marginalização de grupos étnicos e culturas locais, entre outras, têm sido reconhecidas como sérios obstáculos à construção dos sentidos de pertencimento e autonomia (BRASIL, 2014).

Tal fato se revela quando se observa a dificuldade dos jovens em identificar-se com o território e projetar seu futuro nesse espaço. Sobre essa questão nos parece revelador que, em uma oficina com 15 jovens, apenas 2 tenham registrado em seus projetos de futuro o desejo de permanecer no território. O processo migratório não é específico da juventude, mas estudo do IPEA (2010) constatou a idade como um dos fatores que influenciam nesse processo.

Na prática, aqueles que revelam o desejo de ficar são os que conseguem desenvolver um sentimento de pertencimento e de maior identidade com o lugar, geralmente identificando oportunidades de crescimento pessoal e econômico. Mesmo que para isso tenham que sair e retornar. É o que revela a entrevista abaixo:

Eu acho que foi realmente perceber o acesso, porque quando você vê as coisas muito distantes da sua realidade, você coloca aqui como realmente distante e nem almeja aquilo e se almeja é inalcançável né? Aí quando as políticas começaram, as políticas de educação realmente começaram a parecer acessíveis, não, isso pode, isso é palpável, aí jovens foram conseguindo entrar na universidade, outros foram conseguindo o PROUNI e aí isso foi se tornando perto da realidade deles. E com relação ao trabalho hoje eu percebo muito mais esse retorno e ah vou estudar e pretendo retornar [...]. Eu acho, na minha concepção que retornar é do cotidiano que se vive lá para o cotidiano que se vive na cidade. Ah não eu cresci naquele lugar, eu gosto daquele lugar, eu quero que os meus filhos tenham aquela vivência e com esse mundo mais próximo, esse mundo de acesso realmente, eu acho que esse retornar parece uma coisa legal, uma coisa bacana (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

Quando fala sobre esse mundo de acesso, a jovem nos remete a uma mudança que vem ocorrendo nos últimos anos que se revela numa aproximação entre campo e cidade, principalmente nos aspectos referentes ao consumo e ao acesso a uma série de facilidades que aproxima muito os dois estilos de vida. É possível permanecer no território e ter acesso à educação, saúde, trabalho e aos produtos que antes eram específicos para quem vivia na cidade grande. Para a juventude, direito ao território não se limita à permanência em seu lugar de origem, mas a condições materiais de escolha, bem como à possibilidade de circulação entre outros territórios

que ajudam a definir e redefinir a sua identidade. Nesse sentido, o território juvenil aqui falado não coincide, em muitas vezes, com o território delimitado e reconhecido pela política pública. Desse modo, considera-se que as atividades desenvolvidas pelo colegiado territorial em articulação com outros parceiros (sindicatos, universidades, etc.) contribuem para alargar o olhar da juventude na percepção do território (com seus problemas e potencialidades) e na constituição de uma identidade, ao mesmo tempo em que discute com esses jovens a importância da disposição de oportunidades para construir os projetos de vida desejados. A exemplo do que foi a luta pela construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte (IFRN), identificado pelos jovens como um espaço de oportunidades a serem construídas.

Eu acho que mudou bastante, antes a gente via um outro que pensavam em estudar, sair de lá para a faculdade, para estudar, essas coisas e outro queriam sair para trabalhar unicamente, não tinha essa perspectiva de estudar de se formar e tal. Hoje, isso mudou drasticamente assim com a chegada do IF lá, a mente da juventude assim criou uma rota, assim uma rota mais voltada para os estudos realmente, mas pensando, não, quero estudar, querido ir pra faculdade, ah eu quero uma universidade pública, se não der eu vou para uma particular também, mas eu quero uma pública, eu quero estudar Eu acho que essa foi uma das mudanças que eu percebi nessa rota de vida, posso dizer assim (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

O reforço ao lugar de origem se faz necessário na construção dessa identidade social, que é coletiva, mas tem relação direta como cada um se vê no interior de suas relações, nos seus agrupamentos, nos equipamentos sociais existentes e nas possibilidades de vivências e experimentos ligados ao local.

Quando eu saí pra fazer UFRN, a minha vida mudou muito. Eu tive a oportunidade de conhecer pessoas diferentes, de mudar minha cabeça em relação ao mundo, a vida. Hoje eu penso muito diferente do que eu pensava antes. Eu passei a entender melhor as questões relacionadas à política, inclusive aqui da minha cidade (Entrevistado 5, representante da Câmara de Juventude).

Os espaços educacionais, de lazer, de trabalho são extremamente importantes na construção da identidade. A participação nesses espaços tem modificado a vida dos jovens, bem como sua percepção em relação ao mundo e ao território vivido. Outros grupos também têm se mostrado relevantes nesse processo, como por exemplo o movimento sindical, cuja importância é destacada no depoimento abaixo:

Eu sou jovem, mulher e do movimento sindical. Pra mim a experiência no Coletivo de Mulheres e na FETRAF foi fundamental para fortalecer o meu lado agricultora. Eu desde pequena sempre gostei de agricultura e foi através do movimento sindical, das nossas lutas que pude perceber que era possível viver da agricultura familiar. Para o jovem é difícil se identificar como agricultor familiar por que a gente vê os nossos pais sofrendo com o trabalho do campo e as vezes não imagina que o campo não precisa ser um lugar de pobreza, de dificuldade. O campo pode ser um lugar de fartura (Entrevistado 5, representante da Câmara de Juventude).

Nesse sentido, vale registrar os grupos que contam com a participação dos jovens nos municípios identificados pela Câmara de Juventude:

Quadro 3 - Grupos e formas de organização dos jovens no Território Potengi/RN

Município	Grupo
Riachuelo	Grupo de jovens das agrovilas do PA Escoteiros Capoeira Quadrilha Orquestra Pastoral da sobriedade Hip Hop Jogos escolares Torneios de Futebol Jiu-Jitsu
Lagoa de Velhos	Grupo de jovens das agrovilas do PA Escoteiros Diego Lins Quadrilha Grupos de Jovens da Igreja Jogos escolares
Bom Jesus	Dança Grupo de Jovens
São Tomé	Dança Escoteiros Quadrilha AJAC – Filarmônica Grêmio Grupo de Teatro Associação de Músicos Amadores

Fonte: Relatório NEDET, mar. 2014.

A identificação desses grupos nos permite inferir que, mesmo sem assessoria ao processo de organização dos jovens, eles se juntam para produzir vida, por meio da arte, do trabalho, do esporte, da vida em coletivo. Esse coletivo possibilita a afirmação de identidades e alteridades.

Outro aspecto relevante na constituição da identidade entre os jovens tem sido a expansão dos meios de comunicação,

em especial o advento da internet e das redes sociais, que permitem um fluxo de informações maior e mais rápido e a aproximação de ideias e conceitos produzidos em ambientes diferentes, contribuindo para uma uniformização dos modos de vida. Importante ressaltar que:

As tecnologias de informação e comunicação não são mágicas produtoras de igualdade. Não se trata de apenas favorecer conexões de “banda larga” para promover a “inclusão digital”. As desigualdades sociais também se expressam na forma de utilização das tecnologias (BRASIL, 2013).

No caso do Território Potengi, o acesso à internet ainda é resultante de um esforço privado, uma vez que não existem políticas públicas para expansão do serviço numa perspectiva do direito à comunicação – com exceção da implantação de uma Casa Digital no município de Lagoa de Velhos, que, no entanto, encontra-se desativada. Não obstante esse fator, a participação no mundo virtual tem provocado mudanças no perfil dos jovens, contribuindo com a construção de uma identidade, cujas referências se encontram para além do território físico:

Existe um outro perfil da juventude do campo. É uma juventude que está extremamente ligada à tecnologia, que tem WhatsApp, que escuta hip hop, que escuta os diversos tipos de música que estão no mundo inteiro e as pessoas ainda querem que eles sejam aquele conceito de rural que foi estabelecido há anos atrás (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

A identidade se constrói também na alteridade. Desse modo, constitui-se igualmente importante o contato com jovens de outros territórios, seja nos encontros físicos possibilitados pelos diversos eventos que esses jovens participam, seja através do contato no mundo virtual. Ressalta-se que a expansão da internet e a navegação

nesse mundo virtual tanto podem expressar e aprofundar desigualdades, quanto podem ajudar no processo de mobilização:

Isto não só porque a qualidade do acesso pode ser precária, mas também porque um jovem pode não dispor de conhecimento adequado para tratar a informação a que ele tem acesso. Em outras palavras, as ações que visam a “inclusão digital” devem estar inseridas em um conjunto mais amplo de recursos materiais e simbólicos que visem assegurar direitos e promover a emancipação juvenil (BRASIL, 2013).

É importante considerar que os ambientes virtuais abrem portas a novas experiências identitárias que disputam e/ou somam com as identidades formuladas a partir dos ambientes reais e concretos. Através da internet os jovens constroem outras referências e buscam reafirmar sua identidade ou reconstruí-la. A identificação com o território é condição para que desejem repensar e formatar esse território à sua maneira. Nesse sentido, a Câmara de Juventude pode se constituir num espaço relevante na construção desse processo.

PROCESSO ORGANIZATIVO DA CÂMARA TEMÁTICA DE JUVENTUDE DO TERRITÓRIO POTENGI/RN

O Território Potengi se organiza por meio de um colegiado e um Núcleo Diretivo, que tem a atribuição de coordenar as discussões e atividades desenvolvidas. Na dinâmica do território são realizadas reuniões bimestrais do Núcleo Diretivo, de caráter mais organizativo, e plenárias territoriais também bimestrais, nas quais os diversos temas são debatidos e definidos os encaminhamentos e ações deles decorrentes. Normalmente nas reuniões do Núcleo Diretivo são definidas as questões operacionais e a pauta da reunião territorial.

Além dessas instâncias, são constituídas Câmaras Temáticas que tratam de questões específicas, consideradas importantes para o fortalecimento e o desenvolvimento territorial.

No Potengi, foram criadas as Câmaras Temáticas de Mulheres, Inclusão Produtiva e Juventude. A Câmara Temática de Juventude foi criada no ano de 2011, a partir de uma reflexão sobre a necessidade de organização dos jovens. Esta câmara ficou em atividade por algum tempo, mas depois foi desativada, voltando a ser constituída em 2015, quando da atuação do NEDET no território. Composta por jovens de 4 dos 11 municípios que compõem o território, a Câmara Temática de Juventude conta com representantes de 15 a 29 anos que atuam em diversos coletivos, tais como: pastorais, grupos culturais, sindicatos/federações de trabalhadores rurais, entre outros.

Para que a Câmara funcione é fundamental que os jovens estejam inseridos em grupos e movimentos em seus municípios para que sua atuação no território tenha respaldo e ressonância no seu local de origem/moradia. Refletindo sobre as Câmaras Temáticas nos diversos territórios, um dos entrevistados para nesse estudo faz a seguinte declaração:

Com relação às Câmaras Temáticas de mulheres e de jovens, naquele território onde existe um grupo de jovens ou um grupo de mulheres mais atuantes, elas despontam. Uma questão que interfere muito é a atuação dos NEDETs. A gente nota que em alguns NEDETs, talvez por parte do seu coordenador ou do assessor de gestão social, eles têm... digamos uma habilidade mais voltada pra articulação pra interação com os movimentos sociais, digamos com aqueles segmentos mais militantes e outros não. Eu noto que existem esses dois pontos que são importantes: a existência de grupos de jovens e mulheres no território e a participação do assessor de gestão social (Entrevistado 01, Técnico do MDA/RN).

Apesar de ter uma Câmara Temática de Juventude no território, os jovens pouco participam das plenárias territoriais. A consulta às listas de frequência das atividades desenvolvidas no território evidencia essa baixa participação. Na avaliação de um representante do Núcleo Diretivo, tal fato se dá em função de:

Eu acho que os jovens participam pouco porque falta interesse. Hoje o jovem está mais envolvido com outras coisas, com internet. Ele não percebe a importância de participar. Pra isso tem que ter formação (Entrevistado 3, Representante do Núcleo Diretivo).

Na opinião dos jovens, as temáticas discutidas no território são muito gerais ou particularizam as discussões ligadas ao rural, aos aspectos produtivos desse rural e os jovens não conseguem se sentir representados nessa discussão, conforme se evidencia no depoimento de uma das jovens que participam das atividades do território:

Eu acho que, de certa forma, pela política ter surgido do MDA de uma organização mais voltada para o campo, ainda parece que essas pautas mais gerais elas não cabem na discussão do território. Tipo a juventude desses municípios que são muito rurais, ainda que sejam urbanos, eles enfrentam problemas que estão para além da produção (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

Os temas que mobilizam a juventude muitas vezes se esgotam no próprio município, não conseguindo se expressar nas reuniões do território. O rural, onde parte desses jovens residem, não tem uma conotação apenas geográfica. Trata-se na verdade de um modo de vida que tem se alterado muito nas últimas décadas a partir de uma intensa interação com o urbano que tem modificado a identidade do jovem, bem como sua percepção sobre essa identidade, conforme podemos observar a partir da fala do entrevistado a seguir:

Eu acho que o jovem de hoje é diferente do meu tempo. Hoje eles têm mais acesso a estudo, a lazer... a tudo. Mas isso tem um lado negativo que é a dificuldade de participação desse povo. Aqui no território é difícil mobilizar os jovens. A meu ver falta formação política e eles entenderem que não precisam ir pra cidade, que o rural pode ser bom (Entrevistado 03, representante do Núcleo Diretivo).

Ao pensar as questões referentes a mobilização e formação, apontadas no depoimento acima, é importante ter clareza sobre o papel dos mediadores e da estratégia territorial nesses processos. Refletindo sobre esse tema, o entrevistado abaixo afirma tratar-se de uma dinâmica que deve se iniciar nos municípios, e não o inverso:

Achar que a gente vai do território fortalecer a organização nos municípios é um erro. Para mim é o contrário, quando se tem municípios fortes, organizados isso tende a fortalecer o território. Então se os jovens se organizam nos seus municípios eles já chegam no território fortalecidos (Entrevistado 07, Gestor do MDA/RN).

No debate sobre a participação do jovem na dinâmica territorial, algumas questões nos parecem pertinentes e ajudam a direcionar as análises: como garantir a participação e o envolvimento dos jovens nas questões mais gerais? Como garantir o envolvimento dos que não estão em movimentos ou grupos organizados? Como mobilizar os grupos que ainda estão ausentes desse debate? Essas são questões que não têm respostas prontas, mas refletir sobre elas parece absolutamente necessário, se existe a pretensão de colaborar com a construção de um território para todos, inclusive a juventude. Esse debate sobre a construção do território foi pautado pelos jovens na etapa estadual da 3ª Conferência de Juventude. Nessa conferência, quando questionados sobre o que desejam para que a vida se torne melhor no território, os jovens do Potengi elencaram 5 proposições:

1) Ter uma boa educação, um bom transporte e um bom uso de tecnologia para que o jovem do meio rural possa ter uma boa comunicação (ex: melhorar a estrutura do ensino); 2) mais informação sobre as políticas de reutilização da água e dos projetos relacionados ao meio ambiente; 3) capacitação, cursos, oficinas de reciclagem, maior informação sobre catadores e reciclagem; 4) ter um transporte de qualidade, capacitar os motoristas quanto aos direitos das pessoas com deficiência, em especial os que moram na zona rural; 5) reestruturar, ampliar espaços/casas de cultura (Grupo de trabalho: direito ao território, mobilidade e meio ambiente).

A leitura dessas proposições, bem como a observação dos debates durante a conferência, permite-nos inferir que os temas elencados como prioritários evidenciam uma juventude plural que não se encaixa mais nos conceitos outrora estabelecidos. No caso da juventude dos pequenos municípios, a diluição do que é rural e do que é urbano tem contribuído na formatação de um novo perfil de juventude, de uma outra identidade que apresenta demandas para além do rural, conforme verifica-se na fala abaixo:

Às vezes esses jovens não estão produzindo, mas eles estão ali naquele lugar e eles querem continuar lá. Só que as demandas deles são outras. Tem demandas de incentivo cultural, tem demandas de transporte, tem demandas de educação e muitas vezes parece que o olhar do território da cidadania como programa não abrange e eu acho que o jovem, ele sente um pouco isso, apesar da gente ter aberto um pouco mais a discussão nas últimas atividades que a gente fez (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

Pereira (2012), ao tratar desse tema, nos orienta a tomar duas precauções: a) entender que a noção de juventude é uma construção social e cultural e, além disso, bastante diversificada;

e b) compreender que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais. Essa reflexão é importante porque nos remete a repensar a questão da identidade como algo que pode ser comum, mas que se constrói também na diversidade. Ser jovem não é uma identidade simples; as vivências para a constituição dessa identidade estão permeadas de nuances que se modificam com o tempo atual vivido por uma geração e marcas geracionais gerais como aspectos educacionais, entrada no mercado de trabalho, questões de segurança e acesso à cultura.

É preciso compreender que essas marcas geracionais mudam rapidamente, embora haja questões genéricas pertinentes à juventude. Cada geração em seu tempo histórico, em suas lutas, mas, sobretudo, nos seus grupos diversos de interesse “moldam” seu perfil singular, ainda que coletivo. Nesse sentido parece esclarecedor o depoimento abaixo:

A gente não tem um perfil, mas nós temos questões em comum, por exemplo, a gente fica no meio termo; nós não somos da cidade grande, mas também não somos absolutamente rurais. Nós temos atividade e formas de falar e de fazer as coisas atrelados a tecnologia, de forma que os pensamentos, os conceitos do que é rural muitas vezes não conseguem dar conta (Entrevistado 4, representante da Câmara de Juventude).

Uma das tarefas da Câmara de Juventude nos anos de 2015 e 2016 foi fazer emergir esse perfil, considerando sua diversidade, e a partir dele potencializar a organização dos jovens para a construção de um território que incorpore suas demandas e necessidades. O desafio tem sido avançar no processo organizativo. Em atividades promovidas pela Câmara Temática do Território, os jovens identificaram como principais entraves à sua organização os problemas

relacionados à gestão, a falta de um suporte financeiro que possa viabilizar as atividades, as dificuldades de mobilização e comunicação e a ausência de formação.

Do ponto de vista da juventude militante, o estabelecimento de uma pauta comum, conforme já ressaltado, é fundamental para apontar caminhos na busca de direitos sociais. Essa questão por vezes é desconsiderada; entretanto, tanto a academia, quanto os órgãos que definem e implementam políticas públicas se baseiam nessas pautas, seja através da “pressão juvenil” ou ainda por meio dos espaços de participação que propiciam que as pautas apareçam e sejam dialogadas. Nenhum estudo sobre juventude deve desconsiderar esse elemento, uma vez que as questões trazidas pelo segmento são resultado de vivências coletivas em seus agrupamentos de origem. E são essas vivências coletivas que moldam as suas formas de organização, apontando possibilidades e entraves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados apontam uma fragilidade nos processos organizativos da juventude, bem como na constituição de uma identidade ligada à noção de Território. Os jovens se organizam muito mais nos municípios do que numa perspectiva territorial. A organização do colegiado territorial tem envidado esforços para alterar esse quadro, mas a ausência de organizações (ONGs, Movimentos Sociais/Sindicais) que atuem de forma sistemática junto à juventude e as dificuldades de mobilidade e formação política dentro do território tornam esse processo mais difícil, registrando momentos de descontinuidades.

Considera-se que as atividades desenvolvidas pelo colegiado territorial em articulação com outros parceiros (sindicatos,

universidades, etc.) contribuem para alargar o olhar da juventude na percepção do território (com seus problemas e potencialidades) e na constituição de uma identidade, ao mesmo tempo em que discute com esses jovens a importância da disposição de oportunidades para construir projetos de vida mais autônomos. Não obstante os avanços, é importante considerar que o debate ainda não está consolidado no âmbito institucional, e nos cabe uma reflexão sobre o contexto social conjuntural que repercute, sobremaneira, na vida dos jovens, sendo esses os primeiros a perderem direitos.

Trata-se de uma contradição, seja em termos demográficos, seja do ponto de vista de incorporar sujeitos capazes de inovar a sociedade, através de elementos próprios dessa fase juvenil, que se estimulados, podem fazer emergir uma série de mudanças sociais. Vide criatividade, desejo de mudança, fase de transformações, que se associadas à possibilidade de escolhas, podem gerar um impacto positivo no desenvolvimento do território, a exemplo dos sonhos modificados no Potengi, em função da entrada de uma Instituição Federal.

Vale citar que a fragilização da Secretaria Nacional de Juventude, órgão federal criado junto com o Conselho de Juventude e o Projovem em 2005, impacta diretamente no elemento inicial tratado aqui – o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. E as demandas, que deveriam se tornar Políticas Públicas efetivas, retornam a uma fase preliminar de bandeiras de luta, trazendo novos desafios para quem estuda o tema, mas principalmente para o segmento juvenil, que poderia ser sinônimo de desenvolvimento, como sugerido nas Conferências Nacionais de Juventude. A saída em busca da construção dos sonhos e o desejo de retornar ao lugar de origem estão ligados aos laços afetivos, mas, sobretudo, às possibilidades concretas de

oportunidades que surgem no seu município ou território a partir do estudo e da possibilidade do trabalho. Interromper esse ciclo de valorização local e territorial supõe um novo desafio sobre esse desejo de retornar e sua concretude.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa operacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

_____. Lei 11.129 de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1 jul. 2005.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação Juventude: conceitos fundamentais – Ponto de Partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: CNJ, 2014.

_____. **Plataforma Política: Juventude contra violência**. Disponível em: <<http://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/fortalecimento-da-democracia-participativa/>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. Estatuto da Juventude: Lei n 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério V.S. Ideias e práticas na gestão social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba. **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n.2, p.19-40, 2013.

CARRARO, Paulo. **Territórios Juvenis**. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/territorios_juvenis.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASSAB, Clarice; MENDES, Juliana T. N. **Jovem e cidade**: um estudo em Campos dos Goytacazes. Projeto (Pesquisa) – Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta**: Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

COSME, André de Medeiros. Diagnóstico do desenvolvimento econômico e territorial do Potengi. In: GARRIDO, Joan Del Alcazar; DINIZ, Adriana V. Santo (Org.). **Visão territorial e Sustentável do Desenvolvimento**: métodos e instrumentos para a ação do SEBRAE. [s.l.]: Universidade de Valencia; JPM edições, 2015.

PEREIRA. Juventude, juventudes. **Revista Teoria e Debate**, [s.l.]: Editora Perseu Abramo, ed. 79, 2012.

RELATÓRIO Sul-Americano. Juventude e Integração Sul-
-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações
juvenis. Demandas para a construção de uma agenda comum.
Publicação Polis e Ibase. Rio de Janeiro, 2008.

RESENDE, Enio J. **Cidadania**: O remédio para as doenças
culturais brasileiras. São Paulo: Summus, 1992.

SPOSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo C. R. **Juventude
e políticas públicas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 21 set. 2016.

<i>Título</i>	O perfil da juventude e o acesso às políticas nos territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte
<i>Organizadores</i>	João Bosco Araújo da Costa e Maria Aparecida Ramos da Silva
<i>ISBN</i>	978-85-69247-54-8 PDF
<i>Editora</i>	Caravela Selo Cultural
<i>Série</i>	Humanidades I
<i>Coordenação editorial</i>	José Correia Torres Neto
<i>Revisão de texto e tipográfica</i>	Kaline Sampaio de Araújo
<i>Normalização bibliográfica</i>	Verônica Pinheiro da Silva
<i>Assessoria de comunicação</i>	Sheyla Azevedo
<i>Capa, Projeto gráfico e Editoração eletrônica</i>	Amanda Marques e Fernanda Oliveira
<i>Imagem da capa</i>	Pixabay.com
<i>Formato</i>	15 cm x 22 cm
<i>Número de páginas</i>	268
<i>Tipologia</i>	Anton, Montserrat e Adobe Caslon Pro
<i>Local e data</i>	Natal, maio de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



PPGCS - UFRN

NEDET

NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL



GDPP

Grupo de Pesquisa Poder Local,
Desenvolvimento e Políticas Públicas



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Secretaria de
Desenvolvimento Territorial



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO